



RURALIDADES NO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA/SE:

**ressignificação das atividades
produtivas e persistência das
práticas tradicionais**

JOSÉ NATAN GONÇALVES DA SILVA

**RURALIDADES NO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA/SE:
ressignificação das atividades produtivas e persistência
das práticas tradicionais**

José Natan Gonçalves da Silva

Editora SEDUC

José Natan Gonçalves da Silva

RURALIDADES NO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA/SE:

ressignificação das atividades produtivas e persistência das

práticas tradicionais

Aracaju/SE

2021

GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE
Belivaldo Chagas Silva

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DE SERGIPE
Eliane Aquino Custódio

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA
Josué Modesto dos Passos Subrinho

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE EDUCAÇÃO
José Ricardo de Santana

SUPERINTENDENTE ESPECIAL DE ESPORTE
Mariana Dantas Mendonça Gois

Coordenador do Programa Editorial da SEDUC
Sidiney Menezes Gerônimo

Assessor Administrativo do Programa Editorial da SEDUC: Jonas José de Matos Neto

Membros do Conselho Editorial:
Josué Modesto dos Passos Subrinho (Presidente), Sidiney Menezes Gerônimo (Coordenador), Simone Paixão Rodrigues, Rosemeire Marcedo Costa, Eliana Midori Sussuchi, Débora Evangelista Reis Oliveira, Roberto Jerônimo dos Santos Silva, Aglaé D'Ávila Fontes.

Ruralidades no município de Porto da Folha/SE: ressignificação das atividades produtivas e persistência das práticas tradicionais - José Natan Gonçalves da Silva

Capa: Isabela de Abreu Hsu

Diagramação e Projeto Gráfico: Isabela de Abreu Hsu

Editora SEDUC – 2021

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

	Silva, José Natan Gonçalves da
S586r	Ruralidades no município de Porto da Folha/SE: ressignificação das atividades produtivas e persistência das práticas tradicionais / José Natan Gonçalves da Silva. – Aracaju : Editora SEDUC, 2021. 160 f. : il. color – (Coleção Palavra de Educador (a))
	ISBN 978-65-5371-042-9
	1. Território Rural - Porto da Folha - Sergipe. 2. Identidade Territorial. 3. Ruralidades Tradicionais. 4. Novas Ruralidades. I. Silva, José Natan Gonçalves da. II. Título.
	CDU: 911.373(813.7Porto da Folha)

Ficha elaborada pela bibliotecária Ma. Isis Carolina Garcia Bispo – CRB-2037



Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC
Rua Gutemberg Chagas, 169, DIA Inácio Barbosa, Aracaju - SE | CEP: 49040-780

O PROGRAMA EDITORIAL DA SEDUC

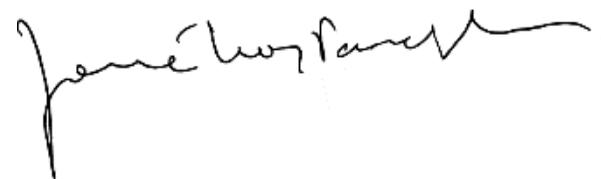
O Programa Editorial da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC/SE apresenta à sociedade os livros produzidos por estudantes, professores(as), profissionais de gestão e pesquisadores(as) em geral, envolvidos(as) com as redes públicas estadual e municipais da educação sergipana. O lançamento dessas obras sinaliza para a concretização de metas estabelecidas no **Plano de Governo Pra Sergipe Avançar (2019-2022)**, cuja execução contou com a participação do Conselho Editorial da SEDUC, de representantes das comunidades escolares e das academias de letras locais. O resultado dessa construção coletiva está materializado nas **Coleções de livros** do Programa Editorial da SEDUC.

A **magia de escrever e desenhar** é a coleção que cultiva o jardim das primeiras letras, cuidando carinhosamente do processo de alfabetização. A coleção **Estudante escritor(a)** cuida de cada palavra como flor do processo de letramento, que evolui junto com nossos(as) estudantes dos ensinos fundamental e médio.

Já a coleção **Palavra de Educador(a)** transforma dissertações e teses em livros científicos, bem como publica as aventuras docentes pelo universo literário. A coleção **Saberes em gestão educacional**, por sua vez, abriga a produção dos(as) profissionais de gestão que atuam nas estruturas administrativas da SEDUC e das Secretarias Municipais de Educação - SEMEDs.

Histórias de Sergipe é o nome da coleção responsável pela preservação da memória sergipana, ao passo que a coleção **Paradidáticos sergipanos** gesta material de apoio didático para todos os componentes curriculares da educação básica. Por fim, a coleção **Autores(as) da inclusão** abraça as criações de estudantes com deficiência no âmbito da educação pública do nosso Estado.

Espera-se que, a cada ano letivo, um novo empreendimento editorial seja divulgado, a fim de que as comunidades escolares possam desenvolver uma cultura escolar do hábito da leitura e da produção da escrita.



Josué Modesto dos Passos Subrinho

Secretário de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura

AGRADECIMENTOS

A Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe – SEDUC/SE pelo incentivo a publicação desta obra por meio da Editora da SEDUC.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo da Universidade Federal de Sergipe – UFS, por viabilizar entre os anos de 2014 e 2016 a realização dos estudos, que possibilitaram a sistematização deste livro.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes pelo financiamento da pesquisa.

A professora Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes pela orientação desse estudo.

Aos agricultores familiares, trabalhadores liberais e guardiões da cultura de Porto da Folha/SE pelo compartilhamento de saberes durante as investigações de campo.

Aos meus avós, Josina e Francisco (sempre presentes), e José e Maria dos Prazeres, cujos modos de vida estiverem alicerçados na labuta da terra no sertão sergipano. Seus contos, vivências, saberes e narrativas são fontes de inspiração em minha vida.

PREFÁCIO

Enveredar na leitura do território rural significa descortinar singularidades, por vezes escamoteadas, relacionadas às dimensões históricas, sociais, culturais e ambientais, que conformam um mosaico diferenciado com realidades específicas. Embora esteja demonstrado, por meio da leitura de informações estatísticas, o predomínio da população urbana no Brasil, comprova-se igualmente, em alguns municípios, parcelas significativas e até a supremacia dos habitantes residentes no espaço rural. Evidenciar o domínio da população no espaço rural presume que existe uma dinamização das atividades, além de constituir um lugar de vida e trabalho, como asseverou Wanderley (2001). A multifuncionalidade e a dinamização dos espaços rurais remetem às relações intrínsecas das ruralidades com as materialidades e imaterialidades vinculadas à produção agrícola, mas, concomitantemente, avançam as atividades não agrícolas consideradas neste livro como as novas ruralidades.

Essas observações introdutórias têm por objetivo ressaltar a relevância dos esforços de José Natan Gonçalves da Silva para desvendar o tecido social do espaço rural no município de Porto da Folha – Sergipe. O autor analisa a dinâmica do espaço rural deste município, as transformações, as ressignificações e as manutenções das ruralidades tradicionais enraizadas na identidade territorial da população. A publicação apresenta contribuições relevantes no estudo do espaço rural, desmistificando discussões dicotômicas relacionadas ao julgamento de que persiste o atraso nesses lugares, assim como ao sertão nordestino, além de expor a relevância da cultura e das tradições nas comunidades rurais.

A primeira contribuição do autor está vinculada à escolha do re-

ferencial teórico apresentado no livro que denota um debate atualizado a nível nacional e internacional, incorpora as dimensões materiais, mas também aquelas imateriais, as representações e o simbolismo cultural vivenciado no recorte geográfico. Alicerçado pelo arcabouço teórico, evidenciam-se no livro as inquietações do autor na leitura do seu município ancorada na identidade e na busca de explicar as dinâmicas no espaço rural, assim como as resiliências culturais mantidas pela população. Igualmente importantes foram os usos dos diversificados recursos metodológicos na sua investigação, a amplitude da pesquisa de campo realizada com os distintos grupos sociais ratificando os diferentes modos de vida dos agricultores, comerciantes, ribeirinhos, vaqueiros, quilombolas, indígenas.

O autor é natural do povoado Lagoa do Rancho, onde foi docente na Rede Pública Estadual de Sergipe e não se furta em emanar o orgulho em ter nascido nas terras de Porto da Folha e ter sua identidade arraigada aos costumes e tradições locais. A escolha do estudo da sua terra natal denota, para além da afirmação identitária, um oportuno e valioso estudo científico a respeito das configurações socioespaciais e da dinâmica do espaço rural. Esta segunda contribuição versa como um tributo aos municípios, mas também à comunidade científica que desfrutará de leitura da temática das ruralidades com reflexões que evidenciam as transformações e as permanências que coexistem no espaço rural brasileiro.

Uma mirada no sumário do livro confirmará a magnitude da pesquisa e da leitura geográfica do município de Porto da Folha valendo-se, sobretudo, de conceitos e de diretrizes de análise, com o objetivo de ratificar as especificidades das alterações recentes no seu recorte espacial, do qual é um profundo conhecedor.

As contribuições da obra, no tocante aos aspectos geográficos

e históricos, estão descritos de forma primorosa. As análises dos dados quantitativos e qualitativos relacionados aos indicadores sociais e econômicos expressam a dinâmica territorial de Porto da Folha.

O autor apresenta reflexões a respeito da agropecuária em sua dimensão histórica, com destaque para a ocupação do município e para o crescimento da pecuária leiteira como uma territorialidade que contribui para a reprodução dos agricultores familiares diante das estiagens. Ademais, a pesquisa confirma o avanço desta atividade enlaçada por saberes culturais tradicionais, somada à produção agroecológica em algumas comunidades, outrossim, emergem as práticas sintonizadas com os paradigmas da Revolução Verde, avança a mecanização e a quimificação vinculados ao produtivismo e ao “modernismo”.

Cabe ressaltar a importante discussão no tocante aos aglomerados rurais, a qual desmistifica as análises do senso comum vinculadas à estagnação do espaço sertanejo ao assinalar o avanço das atividades agrícolas e não agrícolas – denominadas de novas ruralidades, consideradas como estratégias produtivas que permitem a construção de caminhos e contribuem para a dinamização do território.

O autor ratifica a sua sensibilidade ao investigar a persistência das ruralidades e a sua dimensão cultural, retratada com uma riqueza de detalhes evidenciando a força dos laços da cultura e da identidade no território em transformação. A multiplicidade de festas e manifestações tradicionais são marcas que perseveram assim como as relações de proximidade, confiabilidade e reciprocidade que permeiam as práticas sociais e econômicas.

Ressaltam-se, por fim, o caráter didático e o cabedal de informações das discussões que contribuirão para a compreensão das transformações, ressignificações e permanências das ruralidades no espaço

rural de Porto da Folha.

A despeito de todas as ressalvas, o diálogo do autor com os protagonistas das diferentes estratégias se afigura necessário, e a discussão circunscrita da temática requer a pluralidade de conhecimentos que vislumbrem as ruralidades pautadas nas relações de proximidade, na identidade e na sua territorialidade. Por fim, ele reconhece este espaço rural como heterogêneo e múltiplo. A dinâmica impetrada pelo autor na construção do livro me impulsiona, alegre ao apresentar e agradeço a oportunidade do acesso privilegiado.

Boa leitura a todas e todos!

Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes

Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 CONFIGURAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA.....	21
2.1 Dinâmica morfoclimática: o espaço natural diante do domínio do semiárido.....	21
2.2 Formação territorial de Porto da Folha: contribuições históricas	27
2.3 A relação dos indicadores sociais e econômicos na configuração do espaço rural.....	33
3 AS INTERFACES DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS.....	49
3.1 Pecuária leiteira: a coexistência entre novas atividades produtivas e práticas tradicionais.....	49
3.2 Mecanização e quimificação das atividades agrícolas: modernização a que custo?.....	58
3.3 Infraestrutura produtiva e domiciliar dos estabelecimentos agropecuários.....	72
4 DINAMISMO SOCIAL E ECONÔMICO: a composição de um novo sertão.....	83

1. INTRODUÇÃO

A fragmentação do modo de produção feudal e a ascensão da burguesia marcaram a emergência do capitalismo como sistema político, econômico, social e ideológico. Concomitante a esse processo, nota-se a transferência do poder central do campo para a cidade e a emergência do pensamento contraditório e excludente que opunha o rural e o urbano enquanto realidades distantes, antagônicas. O primeiro concebido como atrasado, e o segundo, como moderno.

Subjugado aos ditames modernistas da sociedade, da política e da economia urbanocêntrica, perdurou em diferentes temporalidades a visão que a superação da condição de inferioridade do rural seria assegurada com a modificação das suas relações produtivas fundamentada na adesão à tecnologia.

É nesse contexto que é alicerçada a transformação dos sistemas produtivos agrícolas do Brasil, cujo aporte financeiro fomentado por políticas públicas desenvolvimentistas viabiliza, em regiões específicas do país, a modernização da agricultura. O discurso progressista, por sua vez, contradiz diante da manutenção dos velhos pactos com a aristocracia rural, assentada na concentração fundiária e na exclusão dos pequenos trabalhadores rurais, relegados à sujeição e à precarização do trabalho.

A inserção no campo da tecnologia de ponta e a industrialização da agricultura condicionou entre segmentos políticos, civis e acadêmicos o fortalecimento da perspectiva de subordinação do rural ao urbano, tornando-se convictos de um processo de homogeneização do espaço, que seria concretizado na reconfiguração do rural mediante o predomínio das características urbanas (SILVA, 1999; IANNI, 1997).

4.1 Configurações socioeconômicas nos aglomerados rurais.....	83
4.2 Atividades não agrícolas no campo: persistência e redefinição das práticas econômicas.....	87
4.3 Produção agroalimentar: análises sobre as atividades de processamento dos derivados de leite e milho.....	99
5 RURALIDADES TRADICIONAIS: a identidade e a cultura como elementos de territorialidade.....	107
5.1 Costumes, valores e tradições: a relação de alteridade na definição das identidades.....	107
5.2 Festividades tradicionais: a cultura como elemento de territorialidade.....	118
<i>5.2.1 Entre vaqueiros e cavaleiros: a afirmação da identidade sertaneja pastoril.....</i>	<i>119</i>
<i>5.2.2 Mulheres e homens de fé: valores e devoção na definição das ruralidades.....</i>	<i>134</i>
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	153

Entretanto, notou-se que a relação urbano-rural, cidade-campo e local-global impulsionada pelo acirramento das relações produtivas e pela expansão das redes de comunicação e informação não condicionou a homogeneização do espaço, pelo contrário, reforçou a sua condição heterogênea ao possibilitar a coexistência em um mesmo espaço de elementos distintos, que em determinadas ocasiões também se complementam: técnicas, atividades, valores, comportamentos, modos de agir e pensar. Esse é um processo que, na perspectiva de Haesbaert (2001), desencadeia na formação de territórios híbridos.

A reorganização e a reconfiguração do rural são observadas na tendência de modernização das práticas agropecuárias, no crescimento de atividades não agrícolas desempenhadas por trabalhadores liberais e agricultores, bem como, na revalorização do campo, sobretudo, entre urbanitas que vislumbram como bens de consumo os aspectos bucólicos, naturais e culturais preservados em determinados estabelecimentos rurais. Para Saraceno (1996), Carneiro (1998), Wanderley (2001; 2002) e Moreira (2003), esse cenário reflete a consolidação de novas ruralidades. Esse processo condiz com a emergência e a reestruturação de relações produtivas, sociais e culturais no campo, que até recentemente estavam, eminentemente, difundidas nas cidades.

Tal contexto não exprime, necessariamente, a sobreposição do urbano em relação ao rural. Defende-se, então, que o avanço de novas práticas no campo não é determinado pela dinâmica eminentemente urbana. Apesar de influenciada pelas urbanidades, a composição das novas ruralidades e das ruralidades tradicionais (arraigadas à essência cultural do território) preserva elementos atrelados à dinâmica social, econômica e cultural do campo. Para além da relação urbano-rural, as transformações no campo reforçam as condições de dinamicidade e ressignificação da cultura e práticas socioeconômicas desse espaço.

A emergência de novas ruralidades não condicionou a eliminação de valores, costumes e práticas socioeconômicas intrínsecas à identidade rural e historicamente reafirmadas pelos grupos sociais. Carneiro (1998) reforça que a cultura no campo não pode ser compreendida como estática, nem tampouco passível de anulação decorrente das transformações no rural.

No município de Porto da Folha/SE, recorte espacial deste estudo, constatou-se a coexistência nos territórios rurais e, inclusive, urbanos de inovações socioprodutivas, práticas econômicas, relações sociais e manifestações tradicionais arraigadas as identidades territoriais. Esse cenário é condizente com a problemática levantada, a qual reporta que o espaço rural do município apresenta uma inter-relação entre elementos culturais tradicionais e novas práticas sociais e econômicas, até recentemente, estranhas ao território.

Assim, esta obra tem como objetivo analisar a reconfiguração do espaço rural de Porto da Folha, diante do avanço de novas ruralidades e da persistência de ruralidades tradicionais. A priori, a realização da pesquisa possibilitou a construção da dissertação de mestrado intitulada: “Reconfiguração do espaço rural de Porto da Folha/SE: inovações socioprodutivas e ruralidades”, defendida no ano de 2016 no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Na ocasião, para além de estudos teóricos, foi realizada entre os anos de 2015 e 2016 uma metodologia científica baseada em levantamentos documentais e estatísticos sobre a dinâmica populacional, social, econômica e agropecuária do município, bem como, intervenções de campo nos territórios rurais, que resultaram na aplicação de entrevistas semiestruturadas junto a 70 agricultores familiares, 147 comerciantes, 2 representantes de laticínios, 21 proprietários de fabriquetas

de queijo¹, 28 organizadores e participantes de festas tradicionais e 2 representantes de associações. Para atualizar as informações obtidas, foram efetuadas entre 2019 e 2021 pesquisas exploratórias e novos levantamentos estatísticos, que tiveram por finalidade reanalisar as novas dinâmicas rurais do município.

Na construção desse estudo foram levantados questionamentos que desencadearam em reflexões sobre a configuração dos territórios rurais: de que forma a dinâmica do espaço natural, geohistórica, social e econômica de Porto da Folha pode ser relacionada as transformações nos territórios rurais? A modernização das atividades agropecuárias consiste em um processo de fortalecimento ou perda da autonomia da agricultura familiar? Em que medida as novas ruralidades atreladas a emergência de atividades não agrícolas conformam novas territorialidades para a população do campo? O que fundamenta a preservação da cultura e das tradições mesmo diante das transformações em curso?

Na busca por respostas a esses questionamentos, além deste primeiro capítulo introdutório, o livro está estruturado em mais cinco partes. O capítulo dois apresenta uma análise do recorte geográfico do município de Porto Folha, a respeito da dinâmica do espaço natural, a formação geohistórica do território e a configuração social e econômica.

No capítulo três são efetuadas discussões sobre as recentes transformações das unidades de produção familiar, destacando-se o debate sobre a coexistência de práticas modernas e tradicionais na pecuária, a reestruturação produtiva da agricultura e as modificações na infraestrutura domiciliar dos estabelecimentos rurais.

O capítulo quatro apresenta uma análise em torno da vitalidade

¹ A retomada das pesquisas entre 2019 e 2021 permitiram a identificação de novas fabriquetas, representando atualmente um total de 29 estabelecimentos no município.

socioeconômica do espaço rural em Porto da Folha. Na ocasião, são efetuadas abordagens sobre o dinamismo dos aglomerados rurais e o crescimento de atividades comerciais, agroalimentares e prestadoras de serviço, que fomentam à circulação de renda e à manutenção do tecido social no campo.

No capítulo cinco é realizado o debate sobre a persistência das ruralidades tradicionais no campo, mesmo diante da emergência de novas relações sociais, econômicas e culturais. Os conteúdos retratados remetem à importância das tradições, valores e manifestações simbólicas na composição das identidades dos grupos sociais.

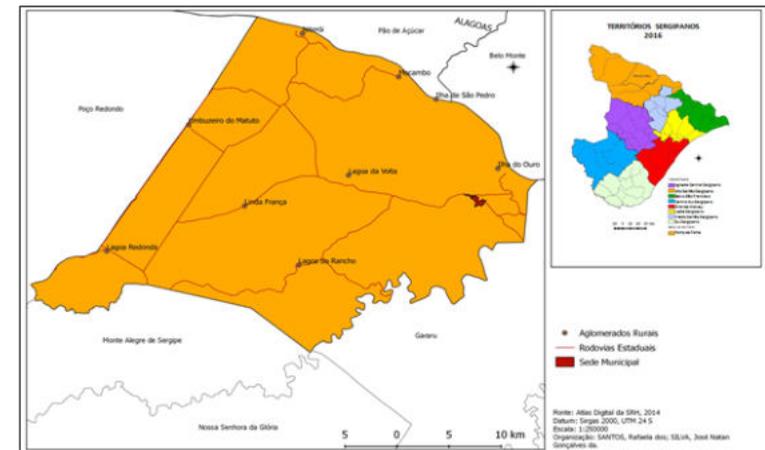
Por fim, no capítulo seis são tecidas as considerações finais, fundamentadas em proposições teóricas, empíricas e apresentadas como alternativas para o desenvolvimento social, econômico e cultural do território.

2. CONFIGURAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA

2.1 Dinâmica morfoclimática: o espaço natural diante do domínio do semiárido

Situado no noroeste de Sergipe e com uma área de 877,297 km², Porto da Folha está inserido no Território do Alto Sertão Sergipano, limitando-se ao sudeste com o município de Gararu, ao sudoeste com Monte Alegre de Sergipe, ao oeste com Poço Redondo, ao extremo sul com Nossa Senhora da Glória, e ao norte com os municípios de Pão de Açúcar e Belo Monte, ambos situados no estado de Alagoas (Mapa 1)

Mapa 1 – Localização geográfica, Porto da Folha/SE, 2021



A composição do relevo assemelha-se ao identificado por Andrade (2005) ao retratar sobre as características geológicas, litológicas e geomorfológicas do sertão nordestino e, mais especificamente, do sertão de Sergipe. Conforme o autor, predomina o pediplano sertanejo modelado no escudo cristalino e interrompido pelas chapadas de calcário e pelas serras cristalinas. Assim como em Pernambuco, Alagoas e Bahia, Andrade (2005) evidencia, que em Sergipe, devido ao nível do rio São Francisco, o pediplano é erodido, apresentando certa uniformidade em toda sua extensão.

Santos e Andrade (1992, p.66) mencionam que o Pediplano Sertanejo é a unidade de relevo que se estende por quase toda porção ocidental de Sergipe, apresentando “superfície pediplana, de erosão elaborada por processos de pediplanação, em clima árido truncando estruturas pré-cambrianas e paleozóicas, localmente dissecadas em colinas e relevos tabulares”. Os autores ressaltam que a altimetria dos relevos dissecados se assemelha à do pediplano, enquanto feições topográficas com altitudes mais elevadas destacam-se na planura generalizada de forma dispersa ou em agrupamentos.

A leitura de Ab’Sáber (2003, p.90, grifo nosso) sobre o domínio morfoclimático da caatinga apresenta semelhanças com paisagens geomorfológicas identificadas no município de Porto da Folha, especialmente no que diz respeito as “áreas de granitos recortados por diáclases múltiplas [onde] criam-se conjuntos locais de ‘campos de matacões’ ou ‘mares de pedras’”. Nesses ambientes, os solos são muito raros em decorrência dos afloramentos rochosos, denominados pelos habitantes locais de lajes ou lajedos. Morrotes do tipo inselbergs, formados por quartzito e massas homogêneas de granitos, são encontrados isoladamente na imensidão do pediplano sertanejo. Trata-se de formas de relevo residuais que resistiram aos processos de desnudação mecânica do solo, responsáveis pela formação das superfícies aplanadas dos sertões.

Em Porto da Folha predomina o clima semiárido com temperaturas elevadas no decorrer do ano, cujas médias térmicas intercalam-se entre 25° e 29° C, com amplitude térmica anual inferior a 5° C. A média pluviométrica anual situa-se entre 268 e 800 mm e possui distribuição irregular com ocorrência de chuvas principalmente no outono-inverno. O período seco, aspecto marcante do clima semiárido, perdura entre sete e oito meses.

Conforme Pinto e Aguiar Netto (2008, p.129), a reduzida ou não ocorrência de precipitações no pequeno intervalo chuvoso resulta na seca, fenômeno que pode prolongar-se por dois ou três anos, caracterizado pela “insuficiência do suprimento de umidade das precipitações ou de umidade armazenada no solo para atender às necessidades hídricas ótimas das plantas, ocasionando graves problemas sociais e econômicos”. Os autores ressaltam as diferentes classificações das estiagens: seca permanente (identificadas em áreas desérticas e semidesérticas), seca sazonal (frequentes em áreas tropicais com certa regularidade de ocorrência interanual), seca contingente (ocorre em um período curto de tempo na estação chuvosa) e seca invisível, também conhecida popularmente de seca verde (chuvas abaixo das necessidades de desenvolvimento ótimo dos cultivos).

França e Cruz (2007) e Pinto e Aguiar Netto (2008) ressaltam que em Sergipe a ocorrência das secas sazonais e contingentes apresenta danos para a agricultura convencional, sobretudo, as lavouras anuais: milho e feijão. Há registros ainda da seca invisível, cujas chuvas, apesar de permitirem o crescimento das pastagens, não são suficientes para o desenvolvimento dos cultivos (seca verde). Ocorrem também períodos de estiagens cujas precipitações, mesmo abaixo da média anual, são bem distribuídas ao longo do tempo, garantindo a pastagem e a colheita de uma safra.

De acordo com Castro (1984, p.177) “são as chuvas incertas, com um regime pluviométrico de uma irregularidade espetacular, que tornaram o clima nordestino um fator de degradação da vida do homem nesta região”, especialmente quando é associado a esse fator o descaso social ao qual está relegada a população sertaneja. Desse modo, a seca também constitui um dos sustentáculos da política eleitoral, diante da sujeição e da dependência do homem do campo às práticas assistenciais (fornecimento de água e bens de consumo) na medida em que se prolongam as crises climáticas.

Por influência dos fatores climáticos, observa-se a formação de rios intermitentes com leitos largos e pequena profundidade, onde a água corrente é detectada durante poucos dias do ano, quando ocorrem chuvas torrenciais no verão ou precipitações regulares no inverno. Pode-se mencionar como exemplos desses cursos fluviais os rios Capivara, Campos Novos e Mocambo. Denominados pela população local de riachos, eles são afluentes do rio São Francisco, que banha as terras localizadas ao norte do município e consiste em um rio perene.

Adequando-se à dinâmica dos ambientes semiáridos, a drenagem dos canais fluviais apresenta uma tipologia, predominantemente retilinizada, em virtude do embasamento geológico, seguindo a zona de fraturamento da rocha. As margens de alguns riachos e trechos do rio São Francisco apresentam processos erosivos em decorrência da retirada da mata ciliar para o estabelecimento das pastagens e de lavouras. Esses impactos, somados à diminuição da vazão dos cursos fluviais, são os principais responsáveis pelo assoreamento do rio.

Conforme Ab’Sáber (2003), as águas dos cursos fluviais que nascem no semiárido nordestino possuem uma trajetória comum, ou seja, em algum tempo do ano chegam ao oceano Atlântico. Esse fato contribui para a inexistência excessiva de salinização no sertão, apesar

da presença de manchas de solos ligeiramente salinizados e riachos designados “salgados”. Os cursos fluviais existentes no interior do município apresentam considerável teor de sais, principalmente no período das estiagens, em que ocorre a concentração do pequeno volume hídrico no leito fluvial e em poços rochosos naturais.

No tocante as paisagens vegetais, verifica-se o domínio da caatinga: “não existe melhor termômetro para delimitar o Nordeste seco do que os extremos da própria vegetação da caatinga” (AB’SÁBER, 2003, p.83). As irregulares e escassas precipitações anuais e o baixo volume de umidade, conforme Conti e Furlan (2008), condicionaram a formação no semiárido nordestino de matas secas, abertas e decíduais, com plantas arbóreas, arbustivas e cactáceas, adaptadas às características fisiológicas do clima semiárido.

Para Santos e Andrade (1992), a formação vegetal da caatinga apresenta-se como hipoxerófila e hiperxerófila junto a associações rupestres. No município, as faixas de terras ao leste e centro-sul, em que a presença de chuvas é menos escassa, a vegetação aparece como uma mata hipoxerófila, onde dominam as plantas arbóreas, herbáceas e arbustivas. Ao norte, cuja irregularidade de chuvas é maior, a caatinga configura-se como uma mata hiperxerófila, predominando a vegetação do tipo cactácea.

A ocorrência de grandes aguaceiros condiciona a formação de uma vegetação densa, cujo porte varia de acordo com as condições edafoclimáticas locais. Por sua vez, a chegada da estação seca é ligeiramente identificada com as modificações naturais da caatinga: o solo é coberto por uma camada de folhas que caem das árvores, adaptação ao clima que condiciona a redução da evapotranspiração da vegetação. A redução da biomassa vegetal com a perda da folhagem deixa as árvores mais esparsas e facilita a entrada da luminosidade emitida pelo sol. A

clarificação do ambiente torna-se mais nítida com o aspecto acinzentado dos caules das plantas devido ao prolongamento da estiagem. Tais características justificam a denominação da caatinga, que em tupi significa “mata branca”.

A interação mútua desses fatores com a ocupação e apropriação humana do espaço, contribuiu para a constituição das atuais paisagens naturais e socioculturais do semiárido. É visível o desordenado processo de antropização do ambiente físico-natural, refletido na devastação da caatinga, fenômeno resultante do processo histórico de estabelecimento da pecuária extensiva, desenvolvimento de culturas como a do milho, do feijão e da mandioca e a extração de madeira para a produção de lenha e carvão vegetal.

Apesar do elevado processo de degradação da caatinga, algumas áreas de vegetação permanecem preservadas ou pouco alteradas. Um dos fatores que contribuem para sua conservação é a persistência das vaquejadas de pega de boi no mato. Menezes e Almeida (2008) reportam que a caatinga é para o sertanejo um espaço “mítico” carregado de significados. É na mata que ele brinca nas pegadas de boi no mato, assim como retira a lenha utilizada no dia-a-dia e encontra as sementes, as cascas e as raízes utilizadas na elaboração dos chás e lambedores. A manutenção da vegetação consiste em uma forma de preservar elementos identitários atrelados à cultura sertaneja.

Logo, os recursos naturais do sertão, sobretudo, a caatinga e os cursos fluviais foram fundamentais no povoamento do território e no desenvolvimento da pecuária extensiva. Esses processos confundem-se com a formação histórica do município, discussões que serão realizadas no subcapítulo seguinte.

2.2 Formação territorial de Porto da Folha: contribuições históricas

O território do atual município de Porto da Folha foi habitado no período pré-colonial por tribos indígenas Kiriri (FRANÇA; CRUZ, 2007). A principal referência desse grupo étnico são os Kiriri-Xokó, índios que, conforme documentos do INCRA, eram chamados de Ceocose. Para França e Cruz (2007), esses indígenas foram identificados às margens do rio São Francisco nos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Relatos mais antigos reportam também a presença desses povos no sertão do Ceará.

A ocupação do território por esses indígenas também se confunde com o povoamento das terras atualmente pertencentes ao município de Pão de Açúcar/AL. Conforme relatos históricos expostos pelo portal IBGE cidades, no início do século XVII os índios Urumaris, que habitavam esses territórios em Alagoas, conseguiram do Rei Dom João IV terras às margens do rio São Francisco. Posteriormente, o povo Xokó travou batalhas com esses índios, conflitos que resultaram na conquista das terras e na expulsão dos Urumaris. Em consonância com essa abordagem, Abreu (1930) menciona que os indígenas da Ilha de São Pedro apresentavam relação com a nação do povo Urumas.

Em Porto da Folha, o início da catequização e aculturação do povo Kariri-Xokó ocorreu no século XVII por meio da realização da Missão de São Pedro de Porto da Folha, fundada por frades Capuchinhos (ABREU, 1930). Seu último missionário foi Frei Doroteu de Loreto, que “chegou à missão de São Pedro em 1849, lá permanecendo até sua morte em 1878” (OLIVEIRA; MESQUITA, 2015, p.1). Para as autoras, os Romaris e Xokó eram os dois grupos indígenas que habitavam a aldeia e estavam sob os cuidados do frei. Por sua vez, os índios Xokó “são considerados os atuais remanescentes indígenas da Ilha de São

Pedro, também conhecidos como ‘caboclos da Caiçara’” (idem, p.2).

Na concepção de Borges (2003), o capuchinho imprimia nos índios diferentes percepções associadas ao rancor e temor, mas também, respeito e admiração. Tal fato se deve a ambiguidade de sua atuação: se por um lado reprimia as manifestações indígenas e permitia o usufruto das terras pelos brancos, por outro, contribuiu para a continuidade da existência da aldeia. Por meio da sua influência junto ao governo imperial, o aldeamento resistiu mesmo após a promulgação da Lei de Terras de 1850, que consistiu na primeira iniciativa legal de regulamentação da propriedade privada de terras no Brasil.

Para além da presença dos indígenas, a expansão do povoamento do município resultou do estabelecimento da pecuária extensiva em mata nativa, inicialmente com a penetração de colonos portugueses no século XVII. O processo de exploração das terras do sertão nordestino origina-se na segunda metade do século XVI, quando inicia sua ocupação promovida pelos colonizadores por meio do sistema de doações de sesmarias. Segundo Andrade (1988, p.62), essa região “era considerada de boa qualidade para a pecuária ultra-extensiva em campo aberto”, colonizada com o propósito de fornecimento de animais (bovinos e equinos), além de mantimentos alimentares para a promissora zona da mata canavieira, e constituiu uma das áreas de maiores latifúndios do Brasil, tornando-se os sesmeiros detentores de vastas extensões territoriais (ANDRADE, 2005).

As capitânicas da Bahia e de Pernambuco possuíam como base econômica o monocultivo da cana. Em contrapartida, a formação econômica da Capitania de Sergipe Del Rei esteve associada à pecuária, fomentada pela “demanda de gado pelos engenhos das capitânicas vizinhas e a boa qualidade das pastagens naturais sergipanas” (FRANÇA; CRUZ, 2007, p.23). Todavia, a partir do século XVIII a base econômica

e social de Sergipe é impulsionada pela atividade açucareira. Conforme França e Cruz (2007), enquanto a cana-de-açúcar fazia progredir as localidades do litoral e da Zona da Mata, a pecuária e a cultura do algodão consolidavam-se como as atividades do interior da capitania, fazendo prosperar as terras situadas no agreste e sertão.

Tanezini (2014, p.358, grifos da autora) é enfática ao afirmar que “no século XVIII o gado embrenhava-se pelos sertões, enquanto os canaviais iam ocupando os vales férteis dos ‘rios de açúcar’”. O desenvolvimento da pecuária teve a contribuição fundamental do trabalho de brancos, mestiços livres e negros fugidos do domínio escravocrata na Zona da Mata canavieira, bem como, de indígenas, que no começo do século XIX viviam em povoações, aldeamentos e missões, como a de São Pedro de Porto da Folha.

Essas terras no início do século XVII estavam sob o domínio de Tomé da Rocha Malheiros, que obteve uma sesmaria de dez léguas, partindo da Serra da Tabanga, ponto inicial do povoamento, até Jaciobá. Posteriormente, Gaspar da Cruz Porto Carreiro, Pedro de Figueredo e Domingos da Cruz Porto Carreiro substituiu Tomé da Rocha Malheiros na colonização, obtendo a sesmaria concedida por carta datada de 30 de agosto de 1625.

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, em 1682, Gerônimo da Costa Taborda fundou um sítio no povoado Ilha do Ouro, e se estabeleceu com lavouras e criação de gado. Em novembro de 1807, o fidalgo Antônio Gomes Ferrão de Castelo Branco registrou seus títulos imobiliários na Câmara de Própria, declarando ser de 30 léguas a extensão de suas terras, latifúndio que constituiu o morgado de Porto da Folha.

Porém, quem colonizou as terras situadas nas proximidades da

sede de Porto da Folha foi o colonizador Tomaz de Bermudes, considerado fundador da Fazenda Curral do Buraco, que adiante originou a povoação Curral do Buraco. Dentre as datas da formação territorial destacam-se: o dia 16 de agosto de 1832, que por Decreto Imperial de mesma data cria a freguesia de São Pedro, com sede na Ilha de São Pedro, desmembrando-a da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo (atual Própria); o dia 19 de fevereiro de 1835, referente a sua elevação a categoria de vila, cuja sede foi transferida para as imediações do Curral do Buraco e configura a data de sua emancipação política; e 11 de novembro de 1896, que se refere a data de elevação de Porto da Folha a condição de cidade.

Na ocasião de sua emancipação política de Própria, em 19 de fevereiro de 1835, Souza (2009, p.49) retrata que “Porto da Folha tinha como marco divisório, ao Sul, a Serra da Tabanga, que nasce no rio São Francisco e vai até as proximidades da cidade de Nossa Senhora de Lourdes, envolvendo, portanto, o atual município de Gararu”. Na perspectiva do autor, configurava um território de aproximadamente 5.000 km², que correspondia cerca de 22% da área territorial do estado de Sergipe, abrangendo, originalmente, os atuais municípios de Itabi, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo, Canindé de São Francisco e o seu território atual.

A denominação da fazenda Curral do Buraco é atribuída à morfologia do relevo local marcado pela presença de serras e vales, aparentando a localidade estar situada em um buraco. Esse contexto condicionou a afirmação entre os portofolhenses da antonomásia de buraqueiros. A toponímia de diversas localidades e a denominação de feições naturais apontam para importância da pecuária no povoamento do município: comunidades Vaca Serrada, Alto das Vacas, Campinas e Porteiras, riachos Ponta da Vaca, Cabeça da Vaca e Campos Novos, além da própria denominação da fazenda, que deu origem à atual sede

municipal. Ao se referir à produção agropecuária de Porto da Folha em 1858, Silva (1981) ressalta que:

Um documento de 1859 nos dá minuciosas informações sobre o volume e valor da produção do município no ano anterior. Infelizmente grande parte do documento é ilegível. Assim mesmo sabemos que Porto da Folha produzia, em 1858, mil litros de milho, possuindo aproximadamente seis mil cabeças de gado vacum e cavalos tendo produzido dois mil couros.

Dominado pela pecuária extensiva, o município consistiu no principal foco de ocupação do Sertão do São Francisco em Sergipe. Sua principal frente de irradiação foi o rio São Francisco, cujas fazendas de gado dispostas de suas margens em direção ao interior, seguiam o curso fluvial. Esse contexto sustenta a afirmação de historiadores que referenciam o São Francisco como rio dos currais. A despeito das leituras sobre gêneros de vida realizadas por La Blache (2005[1911]) em regiões áridas, o autor reforça que a presença de um rio nessas áreas exerce função marcante na constituição das formas de vida.

A condição histórica da pecuária na ocupação do município está inscrita na paisagem e na cultura. Encontra-se no seu interior, resquícios de cercas de pedra (Foto 1) utilizadas outrora na apartação e aprisionamento do gado. Várias festas tradicionais possuem relação com as práticas pecuaristas do homem do campo: vaquejadas ou pega de boi no mato, corridas de mourão, cavalgadas e corridas de argola. Chama ainda a atenção a quantidade de comunidades e povoados denominados de lagoa: Lagoa do Rancho, Lagoa da Volta, Lagoa Redonda, Lagoa do Mato, Lagoa Salgada, Lagoa da Panela, Lagoa Grande, Lagoa do Barro, Lagoa do Boi, Lagoa do Jacu, Lagoinha, dentre outras.

Foto 1 – Cerca de pedra, povoado Ilha do Ouro, 2016

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Autor: SILVA, José Natan Gonçalves da. 2016.

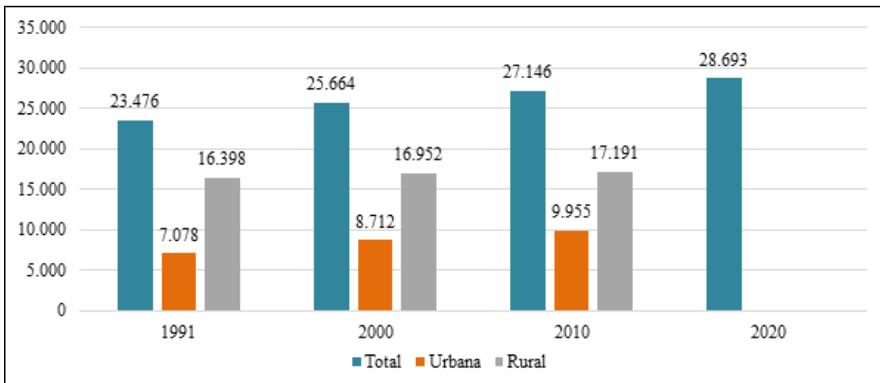
A formação dessas feições hidrológicas ocorre no período chuvoso em terrenos levemente rebaixados ou nas imediações dos cursos d'água em decorrência da saturação e redução da impermeabilidade do solo composto, predominantemente, por material argiloso. Em um espaço de domínio do clima semiárido, marcado pela escassez de água, esses ambientes foram importantes para o estabelecimento de contingentes populacionais, de atividades pastoris e, em alguns casos, para o cultivo de lavouras como a de arroz, atualmente extintas devido à redução das cheias e vazões do rio São Francisco, sobretudo, em função da construção das hidrelétricas ao longo do seu curso. Relatos de antigos moradores reportam que esses locais serviram de parada para comboieiros, viajantes, feirantes, retirantes e vaqueiros, que descansavam e saciavam sua sede e a dos animais.

A dinâmica histórica de formação dos sertões do São Francisco

possui elementos fundamentais na análise territorial de Porto da Folha. Para além disso, é preciso ressaltar que transformações recentes na política econômica e social do Brasil também são imprescindíveis na leitura da configuração geográfica do município. Tais abordagens são retratadas no subcapítulo seguinte mediante interpretações dos indicadores sociais e econômicos traçados por institutos de pesquisa e órgãos governamentais.

2.3 A relação dos indicadores sociais e econômicos na configuração do espaço rural

Conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE estima-se que a população de Porto da Folha atingiu no ano de 2020 o quantitativo de 28.693 habitantes. Essa estimativa demonstra uma pequena oscilação do crescimento da população absoluta, quando comparado aos 27.146 habitantes recenseados em 2010. O cenário de pandemia da Covid-19 e os entraves institucionais associados a realização do censo demográfico em 2020 e 2021 dificultaram a obtenção de dados precisos sobre a evolução populacional nos espaços urbano e rural. Por esta razão, nas análises demográficas também serão considerados os indicadores disponíveis no último censo demográfico, realizado no ano de 2010. Os dados do gráfico 1 retratam que o contingente populacional de Porto da Folha apresentou pequenas oscilações de crescimento entre os anos de 1991 e 2010. Constata-se que, em 2010, referente à situação domiciliar, os habitantes do município residiam, predominantemente, no campo: 63,33% viviam no espaço rural, ao passo que 36,67% no espaço urbano. Considera-se, por sua vez, que o crescimento da população urbana foi mais elevado no período analisado.

Gráfico 1 – População residente, Porto da Folha/SE, 1991-2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1991, 2000 e 2010; IBGE – Estimativa Populacional, 2020. Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

A predominância da população residente no campo, deve-se às políticas de reforma agrária, desenvolvidas a partir da década de 1980 e materializadas na implementação de projetos de assentamentos rurais e na demarcação territorial de comunidades tradicionais, indígenas (Kiriri-Xokó) e quilombola (Mocambo), bem como, a presença de aglomerados rurais, formados historicamente com o estabelecimento de atividades agrícolas tradicionais para o autoconsumo e o domínio da pecuária extensiva. A relevância da população residente no campo ante a população urbana contribui para sustentar a tese levantada por Wanderley (2001; 2002) de que no Nordeste brasileiro os pequenos municípios abrigam um significativo contingente populacional rural, constituído por agricultores familiares e, mais recentemente, por trabalhadores liberais.

Com base nos estudos realizados por França e Cruz (2007), o estado de Sergipe, seguindo uma tendência nacional, passou nos anos de 1980 por uma transição demográfica, cuja população urbana superou

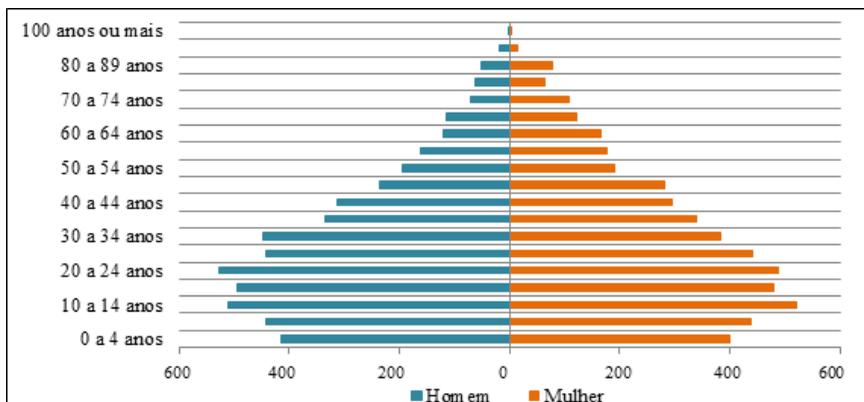
o número de habitantes do campo, até então, predominantes. Nesse contexto, a dinâmica populacional de Porto da Folha contrapõe-se a essa lógica e reforça a importância do espaço rural na sua composição social, econômica e cultural.

Nota-se ainda que a permanência de povoados no campo enquanto aglomerados rurais resulta da política mantida pelo poder político local, que diferentemente de outros municípios de Sergipe e do Brasil, não adotou o processo de “urbanização” oficial do rural.

Rua (2005) ressalta que não raro a “urbanização” de localidades rurais é utilizada pelas prefeituras como pretensão de arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, desconsiderando, muitas vezes, os aspectos territoriais intimamente vinculados à dinâmica do campo.

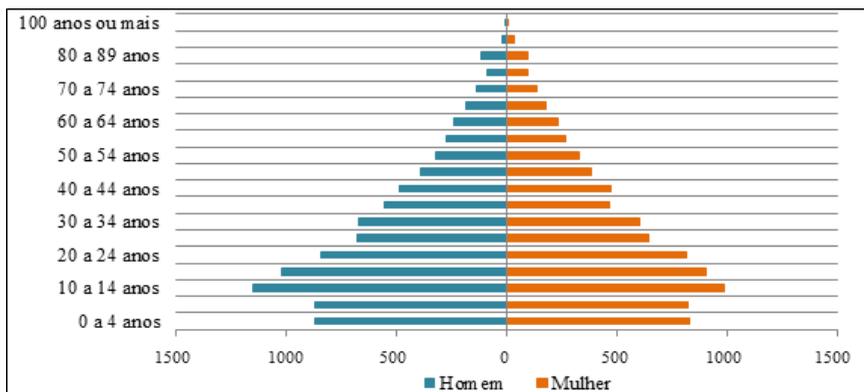
As pirâmides etárias da população urbana e rural (Gráficos 2 e 3) apresentam uma estrutura com rápida redução da base. Contribuiu para esse cenário a diminuição das taxas de fecundidade e natalidade diante do avanço das práticas de controle reprodutivo das famílias, especialmente, associadas ao uso de anticoncepcionais pelas mulheres (FRANÇA; CRUZ, 2007). Para além da revolução dos métodos contraceptivos convencionais, é notório o aumento de mulheres em idade de procriar que se submeteram à esterilização. Essa prática também foi identificada, mais recentemente, entre os homens.

Gráfico 2 – Pirâmide etária da população urbana, Porto da Folha/SE, 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1991, 2000, 2010.
Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Gráfico 3 – Pirâmide etária da população rural, Porto da Folha/SE, 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1991, 2000, 2010.
Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

A redução das taxas de fecundidade da população decorre ainda da escolha entre os indivíduos por famílias menores diante do aumento dos custos na criação dos filhos, principalmente, com educação e saúde. Por muito tempo, a presença de famílias numerosas nas pequenas cidades e no campo consistia em importantes reservas de mão de obra fundamentais para a reprodução dos membros familiares. O crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho, sua independência financeira, a elevação do índice de alfabetização da população e a ampliação das oportunidades na formação educacional e profissional estimularam entre as famílias a escolha pelo adiamento da idade reprodutiva, apresentando significativos respaldos na redução das taxas de fecundidade e natalidade.

Apesar da tendência à redução das faixas-etárias nos primeiros anos de vida, os gráficos 2 e 3 demonstram a predominância da população jovem e adulta, entre 10 e 34 anos para os indivíduos residentes na cidade, e 10 e 24 anos para o contingente populacional do campo. Durante as pesquisas foi identificada a presença de significativo contingente de jovens residentes no espaço rural que desempenhavam atividades agrícolas e/ou postos de trabalho liberais. Todavia, é notória, também, a migração de jovens para a sede do município, cidades circunvizinhas e outros centros urbanos do estado e do país em busca de melhores oportunidades de educação formal, bem como de trabalho diante da liberação de mão de obra como consequência da mecanização das atividades agrícolas.

Quanto à faixa-etária que compreende aos idosos (60 anos ou mais), nota-se que o aumento do número dos indivíduos inseridos nesse grupo resulta da melhoria das condições de vida: saúde, educação, lazer e, inclusive, financeira, com a consolidação da política de seguridade social. Esses fatores também foram considerados por França e Cruz (2007) imprescindíveis no processo de envelhecimento da população

sergipana.

O último Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM para Porto da Folha é datado de 2010 e corresponde a 0,568 (Tabela 1). Apesar da evolução do indicador, o IDH do município é classificado como baixo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. A dimensão que mais contribuiu na composição do IDHM foi longevidade, com índice de 0,739, seguida de renda, com índice de 0,537, e de Educação, com índice de 0,462. O IDHM passou de 0,256, em 1991, para 0,568, em 2010, enquanto o IDH de Sergipe passou de 0,493 para 0,727. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (crescimento de 0,375), seguida por longevidade (crescimento de 0,258) e por renda (crescimento de 0,134).

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Porto da Folha/SE, 1991-2010

IDHM e Componentes	Ano		
	1991	2000	2010
IDHM	0,256	0,387	0,568
IDHM Educação	0,087	0,219	0,462
IDHM Longevidade	0,481	0,609	0,739
IDHM Renda	0,403	0,435	0,537

Fonte: PNUD, 1991-2010. Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

O aumento do IDHM Educação decorre das políticas de alfabetização, ensino e financiamento da educação pública. Foram importantes para o avanço do sistema educacional do município políticas nacionais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa

Dinheiro Direto na Educação – PDDE, Educação de Jovens e Adultos – EJA, Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, dentre outras. Todavia, persistem problemáticas que dificultam a melhoria do sistema educacional: precarização da profissão docente, fechamento de escolas rurais, limitação da infraestrutura escolar e má gestão dos recursos financeiros.

No tocante ao IDHM longevidade, contribuiu para o seu crescimento a difusão de hábitos de vida mais saudáveis para a população e uma rápida simplificação no acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde – SUS. Todavia, deve-se ressaltar que a precarização da política nacional de saúde ainda constitui uma problemática que dificulta o aumento da expectativa de vida ao nascer.

A elevação do IDHM Renda deve-se, sobretudo, às políticas de transferência de renda do governo federal por meio do Programa Bolsa Família. Para Grisa e Schneider (2015), essa política social foi fundamental, em âmbito nacional, para a redução dos índices de pobreza. Entretanto, é preciso ressaltar para a permanência de focos de vulnerabilidade e insegurança social. Apesar do IDHM Renda apresentar o menor crescimento dentre os demais componentes, compreende-se que a sua variável, quando analisada sob a ótica da expansão das políticas de transferência de renda, contribuiu na melhoria dos indicadores da saúde infantil, haja vista a obrigatoriedade dos beneficiários no acompanhamento médico e vacinação das crianças. De modo semelhante, também se exige das famílias que acessam os benefícios sociais de transferência de renda a realização da matrícula regular das crianças e dos adolescentes nas escolas. Tal condição viabilizou a melhoria dos indicadores educacionais e, conseqüentemente, do IDHM Educação.

O IDHM reflete a melhoria dos indicadores sociais da população. Contudo, uma vez que o município está situado na 4884ª posição

entre 5.565 municípios brasileiros, observa-se a continuidade de problemáticas, que dificultam o crescimento mais satisfatório do índice.

Referente ao Produto Interno Bruto – PIB do município (Tabela 2), verifica-se crescimento relevante entre os intervalos pesquisados. Contribuem mais significativamente no total do PIB de 2002 a 2018 os setores de serviços atrelados à administração, saúde e educação públicas, além da seguridade social. Esse fato demonstra o impacto dos postos de trabalho ofertados pela prefeitura e instituições estaduais na geração de renda do município. Somado a isso, observa-se a importância das aposentadorias rurais e dos benefícios sociais originários de programas e políticas públicas do governo federal.

**Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) (mil reais),
Porto da Folha/SE, 2002-2018**

Variável	Ano		
	2002	2010	2018
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	30.941	84.916	132.215
Serviços	10.773	29.170	68.802
Agropecuária	8.760	26.311	27.000
Indústria	3.039	11.477	17.080
Impostos	2.260	6.416	16.473
PIB a preços correntes	55.773	158.290	261.570

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto (PIB), 2002-2018.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

As políticas de redistribuição de renda também contribuíram para o crescimento das atividades prestadoras de serviços. O aumento

dos valores entre 2002 e 2018 deve-se à expansão do comércio no espaço urbano e em aglomerados rurais situados no campo. Esse processo é fomentado pela elevação de renda e aumento do poder de compra da população.

A partir da década de 2000, a ampliação de políticas sociais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás apresentaram respaldo no aumento do poder aquisitivo das famílias. Os recursos provenientes desses programas foram gradativamente incorporados ao Programa Bolsa Família, criado no ano de 2003 na gestão do governo Lula (2003-2010).

Conforme a tabela 3, nota-se o crescimento do número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família entre os anos de 2005 e 2015. Em contrapartida, no ano de 2019 houve uma retração desse indicador, o que revelou uma tendência de estagnação no quantitativo de beneficiários. No tocante ao valor total repassado, verificou-se uma elevação entre 2005 e 2019, passando, respectivamente, de R\$ 2.536.920,00 para R\$ 15.116.318,00.

Tabela 3 – Programa Bolsa Família, Porto da Folha/SE, 2005-2020

Ano*	Número de famílias beneficiadas*	Valor total repassado (R\$)
2005	3.564	2.536.920,00
2010	4.208	5.236.424,00
2015	5.475	12.782.683,00
2019	5.326	15.116.318,00
2020	5.698	4.357.392,00

*Dezembro foi utilizado como mês de referência.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, 2021.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Em função da pandemia da Covid-19, o ano de 2020 configurou-se atípico nos repasses de recursos ao programa. Observa-se que, embora tenha ocorrido o aumento no número de famílias beneficiadas em relação ao ano de 2019, há um decréscimo significativo no valor de recursos repassados ao município. Tal fato se deve a substituição temporária do programa pelo auxílio emergencial. Esse benefício foi instituído no Brasil pela Lei n.º 13.982/2020 e previu, inicialmente, o repasse de três parcelas de R\$ 600,00 a trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. O benefício emergencial foi acrescido em duplas cotas de R\$ 600,00 (R\$ 1.200,00 no total) para famílias com dois membros ou mais e em casos de mulheres provedoras de família monoparental. As três primeiras parcelas foram repassadas a partir de abril de 2020, sendo prorrogadas para valores iguais nos meses de julho e agosto. De setembro a dezembro de 2020, os benefícios foram estendidos, mas, em parcelas reduzidas de R\$ 300,00 (cota única) e R\$ 600,00 (cota dupla).

No ano de 2021 foram aprovadas mais quatro parcelas do auxílio emergencial para os meses de abril, maio, junho e julho. Nesse cenário, as famílias foram beneficiadas em valores monetários mensais de acordo com os seguintes perfis: as compostas por apenas uma pessoa receberam R\$ 150,00, com mais de uma pessoa o benefício foi de R\$ 250,00 e quando chefiadas por mulher sem cônjuge ou companheiro, o valor mensal foi de R\$ 375,00. Com a redução significativa do valor das parcelas não houve uma compensação a respeito da perda da renda dos trabalhadores informais, diante da expansão da pandemia da Covid-19. Por esta razão, as famílias beneficiárias tornaram-se mais susceptíveis a vulnerabilidade social e a pobreza. Esse cenário contradiz com o objetivo inicial do auxílio, que buscava mitigar os impactos econômicos e sociais causados pela pandemia.

No que diz respeito à indústria (Tabela 2), o PIB oscilou positivamente entre 2010 e 2018. Evidenciou-se que contribuiu na composição do PIB industrial o crescimento de fabriquetas e laticínios responsáveis pelo processamento de derivados de leite, além da produção industrial de farelo e flocos de milho no povoado Lagoa da Volta e a extração e beneficiamento de calcário extraído do subsolo. Os impostos arrecadados foram responsáveis em 2018 por R\$ 16.473 mil reais do PIB total.

A agropecuária que consiste na principal atividade de ocupação da população apresentou crescimento nos valores do PIB no período pesquisado, passando de R\$ 8.760 mil reais em 2002 para R\$ 27.000 mil reais em 2018. Dentre as principais atividades da agropecuária sobressai a bovinocultura leiteira desempenhada, majoritariamente, por agricultores familiares nos pequenos e médios estabelecimentos rurais. De modo secundário, desenvolve-se a suinocultura, que constitui uma poupança para as mulheres que realizam o manejo dos animais (MENEZES, 2015). Além disso, foram encontradas pocilgas mantidas pelos proprietários de fabriquetas de queijo. Nessas unidades, a dieta nutricional dos suínos é mantida à base de soja, farelo de milho, rações de crescimento e, principalmente, o soro, resíduo proveniente da elaboração dos derivados de leite.

Destaca-se também a criação de ovinos e caprinos, animais demandados no mercado local e regional de carne. Quanto à avicultura, sobressai a criação de galinhas de capoeira nos arredores das residências dos agricultores familiares. Vale ressaltar também a existência da reprodução de aves em estruturas confinadas (granjas) mantidas por pequenos empreendedores rurais e destinadas, sobretudo, ao mercado local. Essa dinâmica contribuiu na mudança de hábitos alimentares da população, refletida no frequente consumo dessas aves em detrimento da galinha de capoeira, culturalmente enraizada na culinária sertaneja.

Alguns estabelecimentos rurais realizam a criação extensiva de equinos, muares e asininos, utilizados nas atividades cotidianas e em práticas festivas (pega de boi no mato, cavalgadas e corridas de argola). Em algumas fazendas são instalados os haras, espaços destinados à procriação de cavalos resultantes de processos de melhoramento genético. Os animais possuem acompanhamento veterinário e a alimentação é realizada parcialmente em pastagens, predominando a reprodução confinada com dieta nutricional balanceada com ração. Além das práticas de lazer, os cavalos são destinados às corridas de mourão, que, diferentemente das vaquejadas no mato, demandam animais com tratamento especializado.

Na última década foi fomentado em associações rurais o desenvolvimento da apicultura, que tem por finalidade a complementação da renda familiar dos agricultores e a preservação da vegetação da caatinga, haja vista que a criação das abelhas depende diretamente da preservação desse bioma. O prolongamento das estiagens, o insucesso de ações cooperadas e associativas, além das deficiências de apoio institucional na abertura de mercados seguros para o produto dificultam o desenvolvimento da atividade.

Na agricultura sobressai o cultivo de milho, cuja matéria-prima é destinada, sobretudo, ao beneficiamento de ração (silo e rolão) demandada na alimentação dos bovinos e de animais de pequeno porte. Sua expansão deve-se à utilização de agroquímicos e de sementes transgênicas e convencionais, recentemente, fomentada por incentivos bancários para a especialização produtiva (MENEZES, 2015). Em decorrência do avanço do milho, observa-se a diminuição das áreas de cultivos de milho crioulo, de feijão e de mandioca.

O crescimento das atividades agropecuárias no município resulta ainda de transformações na estrutura fundiária decorrentes da atua-

ção de movimentos sociais do campo e instituições associativas que pressionaram a intervenção do Estado em políticas de reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar.

A estrutura fundiária do município é composta, principalmente, por pequenos e médios estabelecimentos. O censo agropecuário realizado pelo IBGE em 2017 retrata que o município possui 2.647 estabelecimentos agropecuários (Tabela 4), mantidos, predominantemente, por agricultores de base familiar.

Tabela 4 – Estrutura fundiária, Porto da Folha/SE, 2017

Grupos de área (ha)	Número de estabelecimentos agropecuários (unid.)	Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)
Total	2.647	56.698
Menos de 1	199	119
1 a menos 5	545	1.503
5 a menos 10	546	4.087
10 a menos 20	618	8.811
20 a menos 50	497	15.173
50 a menos 100	170	12.141
100 a menos 200	43	5.866
200 a menos 500	24	6.632
500 a menos 1.000	4	X
1.000 a menos 2.500	-	-
2.500 a menos 10.000	-	-
10.000 e mais	-	-
Produtor sem área	1	X

Fonte: IBGE – Censo agropecuário, 2017.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

A estrutura fundiária de Porto da Folha assemelha-se à dos demais municípios que formam o Território do Alto Sertão Sergipano (Poço Redondo, Canindé de São Francisco, Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes). Para Tanezini (2014), essa configuração foi impulsionada, nas últimas décadas, pela formação de assentamentos rurais e delimitação de territórios tradicionais mediante projetos de reforma agrária, que tiveram no sertão sergipano a intervenção direta de organizações e movimentos sociais como a Comissão da Pastoral da Terra – CPT, Cáritas Diocesana, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Na tabela 5 constam as informações sobre o número de famílias assentadas em Porto da Folha pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

As transformações na estrutura fundiária e na agropecuária implicaram modificações nas relações produtivas, sociais e de trabalho no campo. Essa dinâmica é refletida na reorganização das cadeias produtivas da pecuária e da agricultura desenvolvidas por segmentos da agricultura familiar, abordagem que será realizada no capítulo seguinte.

Tabela 5 – Projetos de Assentamento Rural do INCRA, Porto da Folha, 1995-2013

Ano	Famílias assentadas ²	Projetos criados	Área total dos assentamentos (ha)
Até 1995	102	1	1.320
1996-2000	15	1	1.181
2001-2005	89	2	689
2006-2010	13	0	0
2011-2013	32	3	2.715
Total	251	7	5.905

Fonte: INCRA – Relatórios SIPRA, 2020. Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

² Correspondem as famílias assentadas pelo INCRA no período. A diferença entre este número com as famílias atualmente assentadas – que compreende a 209 famílias – decorre da exclusão de algumas dessas da relação de beneficiários da reforma agrária.

3. AS INTERFACES DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

3.1 Pecuária leiteira: a coexistência entre novas atividades produtivas e práticas tradicionais

Até meados do século XX, a pecuária no sertão sergipano consistia em uma atividade exclusivamente extensiva, cujos bovinos eram criados livres na caatinga. O gado “pé duro” eram reses adaptadas às condições climáticas do semiárido, alimentando-se em períodos de seca de espécies vegetais da caatinga. Woortmann e Woortmann (1997), ao estudarem comunidades rurais no semiárido sergipano, inclusive em Porto da Folha, retratam o processo de mestiçagem do gado “pé duro” com a inserção de bovinos da raça zebu. O gado “zebuado”, apesar de produzir mais carne que o “pé duro”, era menos resistente às condições climáticas e não estava adaptado ao consumo da vegetação nativa. Menezes (2015) ressalta que a partir da década de 1980, ocorrem incentivos públicos no sertão de Sergipe voltados para o desenvolvimento da bovinocultura leiteira. Diante desse cenário, priorizou-se a inserção de matrizes de reses holandesas nas unidades de produção, que, repassadas entre os agricultores pelas redes de sociabilidade, são cruzadas com o gado zebuino e “pé duro”. Atualmente, estabelecimentos da agricultura familiar também ensaiam experiências de seleção genética e inseminação artificial dos animais.

No início do século XXI, concomitantemente ao melhoramento racial dos bovinos, foi desenvolvido o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA/Leite com o propósito de absorver o leite produzido pelos agricultores. Contudo, o programa não ganhou o êxito espera-

do, diante da ineficiência da gestão pública junto aos produtores (MENEZES, 2015). Apesar da não continuidade do programa, a demanda exercida pelas unidades industriais e artesanais de derivados de leite contribuiu para a expansão da pecuária (Tabela 6).

Tabela 6 – Pecuária bovina, Porto da Folha/SE, 1995-2017

Ano	Bovinos	Vacas ordenhadas	Produção de leite (mil litros)
1995	39.264	-	13.223
2006	34.763	9.739	17.277
2017	34.746	11.213	37.119

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1995, 2006 e 2017.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Esse fato é evidente entre os anos de 1995 e 2017, quando a produção leiteira foi elevada de 13.223 para 37.119 mil litros. Embora exista uma tendência de redução do número de bovinos no período analisado, que foi relativamente estabilizado entre 2006 e 2017, há um crescimento no quantitativo de vacas ordenhadas³. Esses resultados reforçam mudanças nos padrões das atividades vinculadas à pecuária: os grandes rebanhos de bovinos para o corte são substituídos, gradualmente, por manadas de vacas ordenhadas, cujo melhoramento genético e incremento nutricional potencializam o desenvolvimento da bovino-cultura leiteira.

Nas últimas décadas diversas tecnologias foram empregadas no sertão sergipano com a finalidade de desenvolvimento da bovinocul-

³ O censo agropecuário do IBGE em 1995 não realizou levantamento do número de vacas ordenhadas.

tura. Nesse ínterim, Menezes (2015) reporta para a preocupação dos agricultores com a certificação e cuidados à sanidade dos animais, especialmente no tocante à vacinação contra a febre aftosa. Todavia, a reduzida intervenção de técnicos agropecuários disponibilizada pelos órgãos públicos dificulta a prevenção e o tratamento das demais enfermidades. Predominantemente desprovidos de assistência técnica, os agricultores recorrem à “experiência” dos amigos e aos proprietários de estabelecimentos de insumos agropecuários e de produtos veterinários no combate de doenças.

Constata-se ainda o processo de melhoramento da dieta nutricional dos bovinos com o incremento de diversos produtos, geralmente, definidos pela variação da sazonalidade. Andrade (1988) retratava que durante o período chuvoso no sertão nordestino, o gado era alimentado com a pastagem natural. Atualmente, além do pasto nativo, são cultivadas outras espécies de capim: pangola (*Digitaria decumbens*), elefante (*Pennisetum purpureum*) e buffel (*Cenchrus ciliaris*), que são fundamentais na elevação do volume de leite produzido. Com o prolongamento das estiagens, ocorre o incremento de alimentos na nutrição dos bovinos: soja, caroço de algodão, palma e rações à base de milho (silo e rolo).

A palma, cujo cultivo se adaptou facilmente às condições climáticas do semiárido, é considerada pelos agricultores o “ouro verde do sertão”, constituindo um importante alimento de sustentação dos animais. Os estudos realizados por Andrade (2005) apontam que essa cultura foi incentivada com vistas ao melhoramento da produtividade do gado.

O uso do caroço de algodão (*Gossypium hirsutum*) na alimentação das reses trata-se de uma prática antiga e remete à cultura do algodão impulsionada no sertão nordestino em meados do século XVIII e

XIX. A expansão dessa lavoura foi proporcionada por fatores externos em razão da Guerra de Secessão, que fragilizou a produção do algodão nos Estados Unidos (MENEZES, 2015). Nesse período, além da semente, utilizava-se a rama da planta enquanto suplementação para as reses no período seco.

Menezes (2015) menciona que em Sergipe, a cultura do algodão entrou em franco declínio na década de 1970, em decorrência da propagação de pragas e da desvantagem na concorrência com o estado de São Paulo, onde foram empregadas tecnologias que elevaram a produtividade e reduziram os custos com a atividade. Apesar da decadência da produção de algodão no município e no sertão sergipano, os agricultores retomam experiências de seus antepassados nos cuidados com o gado e demandam o caroço de algodão em estabelecimentos comerciais de insumos agrícolas situados nas comunidades rurais e cidades circunvizinhas.

O uso da soja na dieta nutricional dos bovinos foi impulsionado nas últimas décadas devido os incentivos à monocultura da oleaginosa no cerrado brasileiro. Conforme reportado pelos agricultores, esse alimento contribui substancialmente no aumento da produção do leite. A sojicultura no Brasil consiste em uma representação do modelo conservador da modernização da agricultura, que desde a década de 1970 esteve ancorado em políticas públicas e incentivos privados (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005).

Enquanto isso, a elaboração das rações a base de milho é realizada com o uso de máquinas ceifadeiras de forragem, que trituram o cereal juntamente com o caule e a folhagem da planta. Após o processamento, o produto é empilhado em uma valeta construída no solo e, posteriormente, isolado com lonas plásticas para impedir o contato com o ambiente externo e com a água da chuva. Quando bem armazenada, a

ração pode ser utilizada por mais de um ano. A diferença entre o silo e o rolão consiste no fato do primeiro ser produzido com o milho verde, “vivo”, enquanto o segundo é elaborado com a planta e o grão secos.

A palha, o farelo e o xerém de milho ou mesmo o grão *in natura* sempre estiveram inseridos na composição alimentar dos bovinos, mas a elaboração do silo e do rolão constituíam técnicas até recentemente desconhecidas pelos agricultores. O procedimento é uma alternativa que reduz os entraves dos agricultores diante da escassa disponibilidade de alimento para os bovinos durante as constantes estiagens. A produção das rações foi incentivada inicialmente por técnicos agropecuários provenientes de órgãos públicos e instituições bancárias (Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil) junto a associações de pequenos produtores rurais e médios e grandes proprietários de terra, que aderiram a financiamentos agropecuários (MENEZES, 2015). Posteriormente, a técnica foi transferida aos demais agricultores por meio das redes de sociabilidade.

As técnicas e atividades da pecuária no território resultam de experiências e aprendizados adquiridos, reformulados e compartilhados com diversos atores ao longo de diferentes temporalidades. Dentre as atividades agropecuárias, a bovinocultura apresenta a maior complexidade referente à coexistência de antigas e novas práticas.

As modificações na cadeia produtiva evidenciadas na adesão a novas práticas e técnicas pecuaristas são, predominantemente, condizentes com a tendência à modernização das atividades exigidas pelo modelo econômico capitalista pautado na especialização, na produtividade e no lucro. Em contrapartida, a manutenção de antigas práticas constitui uma forma de assegurar a perpetuação de técnicas e saberes que, arraigados culturalmente ao território, garante ao produtor rural autonomia e seguridade frente aos novos processos produtivos e de

trabalho, não raro, intermediado por agentes financeiros externos. No quadro 1, estão elencadas as principais práticas e técnicas associadas à pecuária bovina do município.

**Quadro 1 – Atividades da pecuária bovina,
Porto da Folha/SE, 2015-2016**

Manejo	Práticas tradicionais	Práticas recentemente incorporadas no território
Criação dos rebanhos	Pecuária extensiva na caatinga e em pastos nativos	Semiconfinada e confinada
Raças dos bovinos	Criação do gado pé-duro	Cruzamento do gado pé-duro com bovinos zebu, holandês, gir e girolando
Suplementos alimentares	Vegetais da caatinga, caroço de algodão e palha de milho	Palma, soja, silagem de milho, farelo de trigo e pastagens plantadas
Procriação dos animais	Cruzamento natural	Inseminação Artificial
Ordenha	Manual, uma vez ao dia e estímulo natural na ordenha	Mecânica, duas vezes ao dia e estímulo injetável na ordenha
Armazenamento da matéria-prima	Recipientes de ferro e zinco	Recipientes plásticos e tanques de resfriamento
Tratamento das doenças dos animais	Uso de ervas e rezas realizadas por benzedores	Inspeção sanitária e tratamento veterinário
Ofícios e profissionais	Vaqueiro, amansador de animais, carreiro, boiadeiro e tangedor	Caminhoneiro, técnico agropecuário, zootecnista e veterinário
Destino do leite	Autoconsumo e produção artesanal dos derivados de leite	Comercial e produção industrial dos derivados do leite
Meios de transporte	Equinos, muares, asininos, carroça e carro de boi	Caminhão de carga, veículo com refrigeração, reboques e motocicletas

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016. Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Conforme ilustrado, constata-se a permanência de atividades tradicionais e a emergência de outras recentemente incorporadas nos estabelecimentos agropecuários. A coexistência de atividades modernas com antigas práticas consolidadas em temporalidades remotas resulta ainda da incompletude da modernização produtiva de segmentos da agricultura familiar no Brasil, que, conforme Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) e Vieira Filho (2013), no Nordeste brasileiro é dificultada pela desarticulação entre os produtores, baixa inserção social e desigualdade na distribuição de recursos provenientes de políticas públicas de fomento ao desenvolvimento das unidades de produção familiar.

Com base nas informações do quadro 1, as atividades associadas a ordenha exemplificam, paralelamente, processos de especialização produtiva (ordenha mecânica) e a persistência de atividades tradicionais (ordenha manual).

Identificou-se nas pesquisas de campo o predomínio da ordenha manual (Foto 2): somente quatro estabelecimentos agropecuários dos 70 pesquisados fazem uso da ordenha mecânica. Na ordenha realizada manualmente, o instinto biológico no fornecimento do leite (apojar) é estimulado pela presença do bezerro (filhote) próximo à vaca, enquanto na ordenha mecânica, o bovino apoja por meio de estimulantes artificiais injetáveis. Ainda no tocante à ordenha manual, nota-se que é efetivada, majoritariamente, duas vezes ao dia, uma no início da manhã, e outra no final da tarde. Outrora, quando o leite possuía apenas valor de uso e a carne consistia no produto de troca, a ordenha das reses era realizada apenas durante a manhã. Para Menezes (2015), a miscigenação do rebanho com matrizes de raça holandesa, que produzem mais leite, contribuiu para modificações no processo de ordenha dos bovinos.

Foto 2 – Ordenha manual, comunidade Salitre, 2016

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Autor: SILVA, José Natan Gonçalves da. 2016.

Prevalece o armazenamento da matéria-prima em recipientes de plástico e ferro, depositados nas porteiras dos estabelecimentos antes de serem recolhidos e transportados para as fabriquetas de derivados de leite e laticínios situados no sertão e agreste de Sergipe. Algumas comunidades e estabelecimentos rurais com elevada produtividade armazenam o leite em tanques de resfriamento cedidos pelas agroindústrias, que demandam o produto.

A apartação e o recolhimento do gado consistem em procedimentos de trabalho realizados com o uso de cavalos e mulas, empregados na montaria e na guia dos bovinos. Todavia, atualmente essa atividade também é realizada com o uso de motocicletas. Fato semelhante ocorre com o transporte do leite efetivado, sobretudo com esses veículos. Esse contexto é resultante da expressiva substituição, nos estabelecimentos agropecuários, dos meios de locomoção de tração animal (carro de boi, carroça, equinos, muares e asininos) por meios de transporte de tração

mecânica, especialmente as motocicletas (Tabela 7).

Tabela 7 – Meios de transportes nos estabelecimentos agropecuários, Porto da Folha/SE, 2015-2016

Tração	Meio de Transporte	Número	%
Animal	Carroça	31	44,29
	Equinos e muares	23	32,86
	Carro de boi	13	18,57
	Jumentos	3	4,29
Mecânica e humana	Motocicleta	61	87,14
	Bicicleta	26	37,14
	Automóvel	11	15,71
	Reboque	3	4,29

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2016.

Os carros de boi utilizados no transporte de insumos agrícolas tornam-se elementos parcos na paisagem do sertão (18,57% dos agricultores entrevistados possuem carro de boi). Fato semelhante ocorre com as mulas e os jumentos com os seus caçuares e cangaias. Vale ressaltar que, embora predomine o transporte motorizado, verifica-se a persistência de serrarias voltadas para a construção e conserto de carros de boi e carroças (44,29% dos entrevistados dispõem de carroça). Contudo, essas se tornam escassas quando comparadas ao número de borracharias e oficinas especializadas na manutenção de tratores, automóveis e motocicletas. Dentre os estabelecimentos comerciais identificados no espaço rural do município, 33 ofertavam os serviços de borracharia ou oficina mecânica de motocicleta, enquanto apenas três eram serrarias de carros de boi e carroças.

A respeito das relações de gênero e de trabalho na pecuária, identificou-se o domínio dos homens no exercício das atividades. Woortmann e Woortmann (1997) já haviam identificado essas especificidades no sertão sergipano: enquanto ao homem era designado, sobretudo, o trabalho nos espaços fora da casa (manejo do gado, da lavoura e manutenção do estabelecimento), eram destinados às mulheres os trabalhos do interior da residência e suas cercanias. Na cadeia produtiva da bovinocultura leiteira, o trabalho da mulher sobressai na elaboração artesanal do queijo coalho realizado nos espaços de dentro (MENEZES, 2015).

Nota-se que a produção de leite se consolida como a principal estratégia de reprodução social da agricultura familiar, reforçando o pensamento de Andrade (2005, p.198): “a pecuária é hoje, como foi no passado, a grande riqueza do Sertão”. O desenvolvimento da pecuária contribuiu, inclusive, para modificações na dinâmica produtiva das lavouras.

No subcapítulo a seguir, verifica-se que o avanço das pastagens e da produção de milho, utilizado na elaboração do silo e do rolão, pressionaram a reorganização da estrutura produtiva e da base tecnológica dos principais cultivos agrícolas do município.

3.2 Mecanização e quimificação das atividades agrícolas: modernização a que custo?

Estudos sobre a modernização da agricultura familiar no Brasil apontam para a desigualdade regional no acesso a tecnologias agropecuárias. Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) mencionam que segmentos da agricultura familiar do Sul e Sudeste do país apresentam padrões

de produção altamente modernizados diante dos expressivos recursos provenientes das linhas de crédito agrícola, especialmente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Em contrapartida, no Nordeste muitos estabelecimentos familiares padecem diante de uma antiga “crise climática” e de uma instabilidade econômica e social resultante da fragilidade das atividades produtivas.

Tomando como base a dinâmica da agricultura familiar brasileira, Vieira Filho (2013) assegura que a heterogeneidade estrutural das unidades de produção familiar decorre da dessemelhança entre os segmentos, especialmente em relação à capacidade de organização, aos indicadores socioeconômicos e à intervenção do poder público na promoção das políticas públicas.

A reprodução da desigualdade regional da agricultura familiar no Brasil é evidente. Todavia, é preciso ressaltar que a expansão das políticas de crédito agrícola impulsionou o crescimento de setores da agropecuária no Nordeste, que, mesmo apresentando uma incompletude na modernização produtiva, já possuem insumos até recentemente limitados ao agronegócio.

Entre os censos agropecuários de 2006 e 2017, verifica-se o crescimento de estabelecimentos com máquinas agrícolas, bem como, o aumento no número de maquinários disponíveis nessas unidades de produção (Tabela 8).

Tabela 8 – Máquinas nos estabelecimentos agropecuários, Porto da Folha/SE, 2006-2017

Número de estabelecimentos agropecuários que possuem máquinas			
Máquinas	2006	2017	Taxa de crescimento (%)
Tratores	30	71	136,67
Semeadeiras	7	35	400,00
Colheitadeiras	6	28	366,67
Adubadeiras ⁴	0	26	-
Número de máquinas por estabelecimentos agropecuários			
Máquinas	2006	2017	Taxa de crescimento (%)
Tratores	34	102	200,00
Semeadeiras	7	41	485,71
Colheitadeiras	7	31	342,86
Adubadeiras	0	29	-

Fonte: IBGE – Censos agropecuários 2006 e 2017.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Apesar de configurarem dados importantes na leitura da expansão da mecanização agrícola de Porto da Folha, as informações da tabela 8 não contemplam o número de estabelecimentos que utilizam esses maquinários em suas atividades agrícolas, por meio da prática do aluguel de implementos mecânicos junto a empresários rurais. Todavia, as informações coletadas nas pesquisas de campo em 2015 e 2016 assinalam para o uso de máquinas e técnicas agropecuárias pelos agricultores familiares do município, embora, nem sempre detenham a propriedade sobre os insumos (Tabela 9).

⁴ Como o dado inicial em 2006 é zero, não se tem, em percentual, o crescimento no número de estabelecimentos com adubadeiras, bem como, o crescimento no número de adubadeiras por estabelecimentos entre 2006 e 2017.

Tabela 9 – Uso de insumos e técnicas agrícolas, Porto da Folha/SE, 2015-2016

Insumos e Técnicas	Número	%
Arado mecânico	67	95,71
Semeadeira manual	60	85,71
Ceifadeira ou motor de forragem	58	82,86
Milho convencional	52	74,29
Pulverizador manual	49	70
Agrotóxicos	49	70
Adubo natural	29	41,43
Adubo químico	26	37,14
Semeadeira mecânica	25	35,71
Orientação técnica agropecuária	25	35,71
Milho transgênico	24	34,29
Adubadeira mecânica	22	31,43
Pulverizador mecânico	6	8,57
Ordenhadeira mecânica	4	5,71
Roçadeira mecânica	3	4,29

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Conforme os dados da tabela 9, tecnologias que eram utilizadas, exclusivamente, nas atividades do agronegócio são consideradas inovadas pelos agricultores familiares. O uso desses insumos está voltado, predominantemente, para os manejos agrícolas, destacando-se a produção do milho. As transformações inerentes à expansão de tecnologias agropecuárias modificaram a dinâmica socioeconômica das relações produtivas e de trabalho. Em decorrência dessa configuração emerge um novo personagem no espaço rural: o tratorista, responsável pelo preparo da terra e cultivo dos gêneros agrícolas. Esses indivíduos,

quando não são agricultores, descendem de famílias que desempenham atividades agrícolas.

Se em um passado recente predominava a demanda por trabalhadores “alugados⁵” no manejo agrícola, atualmente prevalece a busca pelo trabalho especializado, que no contexto reportado materializa-se na figura do tratorista. A emergência desse novo sujeito decorre da modernização do campo e da demanda por trabalhadores rurais especializados na operacionalização de máquinas agrícolas (Foto 3).

Foto 3 – Ceifadeira de forragem, comunidade Campinas, 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Autor: SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

O tratorista consiste em um profissional vinculado a médios e grandes produtores rurais, que têm os maquinários e realizam o aluguel (R\$ 200,00 por hora) para pequenos agricultores, os quais, predominan-

⁵ Trabalhador rural ou boia-fria contratado informalmente por médios e grandes proprietários de terra.

temente, não possuem as máquinas. Foram identificados ainda, agricultores que obtiveram acesso ao serviço por meio de associações, que adquiriram os maquinários em projetos financiados por políticas públicas.

Os produtores rurais concordam que existe a redução dos custos e do tempo de trabalho quando as atividades agrícolas são realizadas com o auxílio de maquinários. Entre os agricultores familiares, observa-se ainda uma tendência de perda no controle dos processos e das relações de produção/trabalho. Tal fato se reflete na diminuta intervenção do agricultor proprietário de terras ou do trabalhador “alugado” nas atividades agrícolas, que outrora, com o auxílio de suas ferramentas artesanais (enxada manual, foice, machado, arado por tração animal, dentre outras), controlavam todo o processo produtivo.

A face perversa desse processo consiste na formação de um tecido social de desempregados rurais, que atinge os trabalhadores sem-terra e os pequenos agricultores que não conseguem manter-se ante à insuficiência dos seus meios de produção. Por sua vez, considera-se pertinente no território do sertão sergipano a formulação da política de reforma agrária, que mesmo não absorvendo todos os trabalhadores rurais sem-terra, contribuiu para a redução do desemprego, da pobreza e do êxodo rural. Vale ressaltar ainda, a relevância das políticas de redistribuição de renda e as aposentadorias rurais na composição do rendimento econômico desses indivíduos. No tocante a essas políticas, Tonneau, Aquino e Teixeira (2005, p.75) já haviam ressaltado que “a agricultura familiar é parcialmente sustentada pelo ingresso de aposentadorias e bolsas-família na economia local”, as quais contribuem na redução do quantitativo de famílias pobres no campo.

As transformações produtivas nas unidades agrícolas familiares também são observadas no uso intensivo de agroquímicos (Tabela 9). Foi constatado o emprego de pulverizador manual e de agrotóxicos em

70% dos estabelecimentos. Referente ao uso de adubo, predominam os fertilizantes naturais, presentes em 41,43% das unidades de produção, principalmente o esterco bovino, enquanto 37,14% dos entrevistados fazem uso de adubos químicos.

Esse modelo produtivo está baseado nos princípios da Revolução Verde, que na concepção de Matos e Pessoa (2011) expõe a dependência entre a agricultura e a indústria. Para o produtor rural, esse contexto encontra-se traduzido na artificialização do processo produtivo, diante da adesão de insumos, como máquinas, adubos químicos e agrotóxicos, em detrimento dos insumos naturais, como adubos de origem animal e pesticidas naturais.

Deve-se atenuar que a expansão desses recursos no campo tem sido alvo de críticas em diferentes segmentos científicos, políticos e da sociedade civil. É crescente a preocupação com relação aos problemas gerados pelo uso intensivo desses insumos, destacando-se os impactos ambientais, os problemas provocados pelo consumo de alimentos contaminados com agrotóxicos e a intoxicação de pessoas que possuem contato com essas substâncias.

A aplicação dos agrotóxicos não necessariamente é condizente com as indicações dispostas na bula. Dentre os herbicidas, o *Tordon*, destinado para o controle de plantas indesejáveis nas pastagens e culturas do arroz e do eucalipto, é adaptado para o pré-plantio do milho. Enquanto isso, o *Glifosato* é utilizado antes do plantio do feijão e na pré e pós-emergência de ervas daninhas no cultivo da palma, culturas não prescritas nas recomendações do agrotóxico. No tocante aos inseticidas, o *Cypermil*, o *Colosso* e o *Barrage* são indicados no tratamento de parasitas (carrapatos e mosca) que acometem os bovinos, mas, nas unidades identificadas também são aproveitados no controle de lagartas nas lavouras do milho.

O aperfeiçoamento dos agrotóxicos na produção dos gêneros agrícolas, geralmente, não procede de orientações técnicas de órgãos públicos de serviços agropecuários, mas, de adaptações realizadas pelos próprios agricultores ou recomendações de comerciantes de insumos agrícolas. A insegurança no processo produtivo é intensificada pelo manuseio inadequado desses produtos, não raro realizado de forma intensiva e sem o uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's: máscara protetora, óculos, macacão, luvas, chapéu e botas impermeáveis. Em decorrência da precariedade na manipulação dos agrotóxicos, nota-se o comprometimento da saúde dos agricultores e das famílias rurais, que direta ou indiretamente, estão sujeitas aos seus efeitos danosos. Verificam-se ainda danos aos recursos naturais, como a degradação dos solos, perda de espécies vegetais e animais, poluição do ar e dos cursos fluviais.

Inerente ao processo de modernização da agricultura, também é notório os incentivos bancários destinados à agricultura familiar para o cultivo de milho por meio de sementes transgênicas. Embora na tabela 9 verifique-se o predomínio do uso do milho convencional nas lavouras (74,29% dos estabelecimentos), o emprego do milho transgênico já é realizado por 34,29% dos agricultores. A produção do milho geneticamente modificado é acompanhada por um pacote tecnológico de insumos agrícolas: agrotóxicos, fertilizantes químicos e corretivos, cujos danos aos recursos naturais podem ser irreversíveis.

Até meados da década de 1990, a produção agrícola do município estava, predominantemente, estruturada na policultura consorciada, cujos principais produtos da lavoura, milho e feijão, eram cultivados no período das chuvas (março a julho), juntamente com outros gêneros agrícolas inseridos na dieta alimentar do sertanejo: maxixe, quiabo, melão, melancia, abóbora, mandioca e fava. Eram períodos de “grandeza” em que, “caso a chuva viesse, a mesa era farta”. O lavrador ciente da

possível ocorrência da estiagem reservava parte do alimento, sobretudo o milho e o feijão, a ser consumido durante todo o ano. Sempre esperançoso e preparado para a ocorrência de chuvas, selecionava e resguardava as melhores sementes a serem cultivadas na próxima colheita.

Na concepção de Castro (1984), a organização produtiva e a diversidade alimentícia do sertanejo desmistificam a percepção do sertão nordestino como uma região suscetível à extrema pobreza e ao déficit nutricional devido à escassez de alimentos. Caso não fossem os efeitos da seca e da deficiente política de recursos hídricos, que desorganiza a economia local, condiciona a escassez da água, dizima o gado e reduz a produção das lavouras, o sertão não seria configurado como um território sujeito à ocorrência da fome.

Os efeitos da seca ainda são recorrentes, mas foram amenizados com a efetivação de políticas emergenciais. Entretanto, outra problemática tem atingido os segmentos da agricultura familiar: a sua integração à lógica de produção pautada no monocultivo do milho forrageiro (Tabela 10), insumo processado e destinado a alimentação dos bovinos. Tal processo contribuiu para a diminuição da diversidade dos cultivos, refletidos na redução da produção de gêneros utilizados na alimentação: milho em grão, feijão e mandioca.

Tabela 10 – Produção da lavoura temporária (toneladas), Porto da Folha/SE, 1995-2017

Produtos Agrícolas	Ano		
	1995	2006	2017
Milho forrageiro	4.664	2.193	97.845
Milho em grão	5.708	3.247	1.717
Feijão em grão	2.354	943	93
Mandioca	628	22	16

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1995, 2006 e 2017.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

A queda na produção do milho forrageiro entre os anos de 1995 e 2006 resultou da ocorrência da seca. Entretanto, no ano de 2017 a atividade retoma o crescimento e desponta como a principal prática agrícola. Em contrapartida, os outros cultivos apresentaram uma tendência de declínio entre os três levantamentos censitários. O processo de transgenização do milho, a quimificação da agricultura e a redução da policultura consorciada contribuíram para a diminuição dos bancos de sementes crioulas, tornando os agricultores dependentes das multinacionais produtoras das sementes e sujeitos às crises e oscilações do mercado. A respeito dessas mudanças, Menezes (2013) enfatiza a força dos conglomerados industriais na transformação das práticas alimentares, bem como, no modo de produção, armazenamento e seleção das sementes, banindo das comunidades tradicionais produtos enraizados no território.

Seja na cidade ou campo, entre trabalhadores liberais ou agricultores, é perceptível a modificação dos hábitos alimentares em decorrência da adesão na produção agrícola de insumos artificiais e do

fomento ao monocultivo. Matos e Pessôa (2011) enfatizam que a população tem aderido a uma alimentação mais artificial, ao enfatizarem que os alimentos *in natura* foram significativamente substituídos por produtos procedentes das agroindústrias, não raro, alheios à cultura alimentícia dos brasileiros, como os derivados da soja (óleo e margarina), que substituem a gordura animal, e do trigo, cuja farinha agora é inserida em diversas receitas de bolos e iguarias caseiras.

Contudo, é preciso atenuar que a modificação do processo produtivo agroalimentar não resulta, exclusivamente, de uma escolha particularizada dos agricultores familiares. As transformações das relações produtivas e de trabalho se devem, especialmente, à ineficiência dos órgãos de assistência e extensão rural, cujas intervenções nos estabelecimentos agropecuários são diminutas (observar Tabela 9), e, quando existem, propagam a lógica pautada na modernização da agricultura e no produtivismo.

Todavia, apesar do contexto verificado, o trabalho de conscientização, juntamente com os agricultores familiares, bem como o incentivo às práticas alternativas de produção, que levem em consideração os saberes desses atores sociais e a convivência harmônica com os elementos da natureza, são propostas que podem reverter ou amenizar os problemas identificados.

Contraoando ao discurso da quimificação e transgenização do processo produtivo, foram identificadas experiências fundamentadas no trabalho coletivo, na difusão de saberes na convivência com o semiárido e no paradigma da agroecologia (Foto 4).

Foto 4 – Coordenadora da Associação de Mulheres, povoado Lagoa da Volta, 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.
Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Na Associação de Mulheres do Povoado Lagoa da Volta, na comunidade quilombola Mocambo e nos assentamentos José Unaldo de Oliveira (setor da Fazenda Júlia), Paulo Freire (setor da comunidade Esperança) e Nossa Senhora da Conceição (setor da comunidade Ilha do Ouro), foram identificadas experiências pautadas na agroecologia.

Altieri (2004) assinala que a produção agroecológica tem como foco o manejo de ecossistemas cultiváveis, por meio de mecanismos que assegurem a preservação dos recursos naturais, sejam culturalmente sensíveis aos saberes dos agricultores e possibilitem a reprodução socioeconômica dos produtores. Esse modelo garante à agricultura familiar vantagem comparativa quando relacionada à agricultura empresarial. Pautado em uma perspectiva bioecossistêmica e de diversidade produtiva, a agroecologia não se adequaria ao modelo produtivo do agronegócio ancorado no esgotante uso dos recursos naturais e na busca

constante pela produtividade e pelo lucro.

Os produtores agroecológicos realizam cultivos de frutas, verduras, hortaliças e legumes. Constatou-se ainda entre os assentados a produção de leite, queijo coalho, galinha e ovos de capoeira. A feira-livre, realizada semanalmente na segunda-feira na sede do município, consiste na principal alternativa de mercado desses agricultores. A chamada feira da agricultura familiar, apoiada por instituições como a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – Emdagro e o MST, referencia-se entre os consumidores pelo compromisso na comercialização de alimentos saudáveis e ecologicamente corretos.

A criação da Associação de Mulheres Resgatando sua História do Povoado Lagoa da Volta foi incentivada por religiosas que desempenhavam papéis sociais no combate à pobreza, na organização das mulheres e na preservação do meio ambiente. Atualmente a associação tem sede e uma área de terra equivalente a 0,5 ha. A instituição possui o apoio e incentivo de Organizações Não Governamentais – ONG’s e órgãos públicos como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe – Fetase, a Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe – Pronese, o Centro Dom José Brandão de Castro – CDJBC e o Projeto Dom Hélder Câmara – PDHC.

As mulheres associadas ostentam como resultado do seu trabalho a garantia da segurança alimentar das suas famílias. O excedente dos produtos é comercializado diretamente aos consumidores das comunidades local e circunvizinhas. Além do cultivo de hortaliças, verduras e legumes, realiza-se a produção de mel e de doces elaborados em uma cozinha industrial. A fim de preservar a cultura e a diversidade agrícola do território, as integrantes selecionam e mantêm um banco de sementes. No tocante ao trabalho ambiental, desenvolvem junto com os jovens a produção de mudas de árvores para reflorestamento.

Nas narrativas das mulheres e homens que realizam as atividades agroecológicas, sobressaem discursos que tratam da importância do modelo produtivo na garantia da agricultura saudável para quem cultiva e para quem consome os alimentos. Verifica-se ainda a satisfação dos produtores em desempenharem atividades que os possibilitam autonomia.

O “novo rural” que configura o município apresenta interfaces que se traduzem em diferentes discursos propagados sobre o mundo rural. Se por um lado verifica-se a emergência de segmentos atentos a técnicas agrícolas que assegurem a preservação dos recursos naturais, a produção de alimentos saudáveis, a manutenção dos saberes tradicionais e a autonomia dos atores envolvidos nas atividades, em contrapartida, constata-se a agropecuária, inclusive familiar, tendenciosa à modernização das práticas produtivas, assemelhando-se ao paradigma difundido pela Revolução Verde. Questiona-se, por sua vez, até quando resistirá esse modelo diante da exploração predatória dos recursos naturais e das inconstantes crises do mercado.

Sobre essa abordagem, Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) mencionam a importância do reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar. Para os autores, é fundamental estimular atividades que realizem o consumo reduzido de insumos e mobilizem o trabalho com a finalidade de elevar o emprego rural e assegurar a manutenção do tecido social no campo. É pertinente ainda garantir a segurança alimentar da população rural, incentivar circuitos econômicos locais e regionais e viabilizar o desenvolvimento da agricultura, por meio de parâmetros socialmente justos e associados a eficácia da gestão dos recursos naturais.

Essas medidas devem ser incentivadas por políticas públicas que assegurem o desenvolvimento qualitativo das unidades de produ-

ção familiar. No próximo subcapítulo, será enfatizada a importância das políticas governamentais nas transformações em transcurso no espaço rural do município, além dos entraves que a má gestão dessas ações desencadeia na garantia à seguridade social e econômica dos agricultores familiares.

3.3 Infraestrutura produtiva e domiciliar dos estabelecimentos agropecuários

Ao analisar a configuração social e econômica de mesorregiões do Nordeste brasileiro, Wanderley (2001; 2002) retrata que nessa região a dinâmica do espaço rural depende, principalmente, do desempenho e das condições de funcionamento da agricultura. Apesar da permanência da exclusão social entre segmentos da agricultura familiar no Brasil, em decorrência da desigualdade de investimentos políticos e econômicos, que colocam em lados opostos as unidades de produção familiar e o agronegócio, deve-se enfatizar que a inserção dessa categoria na agenda política e econômica do país, especialmente na última década, possibilitou que a população residente no campo – agricultores ou não – ensaiasse processos de desenvolvimento econômico e social. Trata-se de mudanças que podem ser constatadas em diferentes territórios das regiões do Brasil, do Nordeste e, mais especificamente, de Sergipe.

As modificações na base tecnológica das atividades agrícolas, independentemente do modelo produtivo adotado pelo agricultor familiar, não seriam possíveis sem as políticas públicas de crédito agrícola. Carneiro (1997) assinala que, relegada há décadas, a agricultura familiar sobreviveu a um longo período de incertezas diante da competição desvantajosa e da orientação de recursos em favor da grande propriedade. Todavia, Grisa e Schneider (2015) destacam que após a redemo-

cratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram ampliadas as discussões em torno da necessidade de políticas de seguridade social e econômica para a agricultura familiar, debate que, posteriormente, contribuiu para o seu reconhecimento pelo Estado como categoria social e política.

Esse contexto, junto às políticas firmadas a partir do final da década de 1990 e que se fortalece no decorrer dos dois mandatos do governo Lula (2003-2010) e, mais recentemente, no mandato do governo Dilma (2011-2016), questiona a verossimilidade da imagem construída historicamente sobre a unidade de produção familiar, como sendo formada por “pequenos agricultores” e estereotipada no discurso da pobreza do rural brasileiro.

Os estudos realizados por Grisa, Schneider e colaboradores (2015) apresentam os resultados das políticas públicas no Brasil, voltadas para o espaço rural. Contudo, neste trabalho elencamos políticas e ações que, conforme constatado nas pesquisas de campo, foram fundamentais na definição das novas ruralidades: Pronaf, Programa Garantia Safra, Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água, Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso da Energia Elétrica e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Durante as pesquisas de campo, 62,86% dos entrevistados mencionaram que já aderiram ao crédito agrícola mediante políticas públicas, destacando-se o Pronaf. Os recursos obtidos foram empregados, predominantemente, no desenvolvimento das atividades agropecuárias, aquisição de insumos agrícolas e manutenção do estabelecimento rural. Na tabela 11 é apresentado o número de contratos do Pronaf realizados no município e o valor total dos financiamentos entre os anos de 2014 e 2020. Na ocasião das pesquisas em 2015, constatou-se um crescimento no número e valor dos contratos em relação ao ano de 2014. Todavia,

entre 2016 e 2018 verifica-se uma redução tanto no número de contratos, quanto no quantitativo de valores repassados. Em 2019, apesar da continuidade da diminuição de contratos, verifica-se um aumento nos investimentos. Em 2020, os valores dos contratos correspondem a R\$ 11.527.351,08, as quotas mais elevadas no intervalo de tempo analisado. Verifica-se também o aumento no número de contratos, passando de 1.003 em 2019 para 1.030 em 2020. Por sua vez, com exceção do ano de 2019, os números de 2020 não ultrapassam o quantitativo de contratos observados nos anos anteriores.

Tabela 11 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Porto da Folha/SE, 2013-2020

Ano	Número de contratos	Valor dos contratos (R\$)
2014	1.706	8.908.482,20
2015	1.895	8.939.303,26
2016	1.450	8.385.689,41
2017	1.322	8.169.897,25
2018	1.097	8.142.333,95
2019	1.003	8.964.500,96
2020	1.030	11.527.351,08

Fonte: Banco Central do Brasil, 2013-2020.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Conforme informações coletadas junto aos agricultores e em relatórios disponíveis por instituições financiadoras, como o Banco do Nordeste do Brasil, a principal causa na redução do número de contratos é a ocorrência de casos de inadimplência entre os produtores rurais resultantes de problemas no encaminhamento institucional das ações e

na concepção dos projetos. Dentre os principais fatores que dificultam o emprego eficiente do crédito destacam-se: deficiências na aptidão das atividades, uso político do programa, ausência da assistência técnica, fragilidade da cultura do associativismo, uso inadequado das tecnologias, dificuldades na comercialização da produção e adversidades climáticas. Apesar dos impasses na implementação da política, a criação do Pronaf em 1995 representou uma mudança na orientação do governo acerca da agricultura brasileira (CARNEIRO, 1997).

Dentre as ações voltadas, especificamente, para o semiárido destaca-se ainda o Programa Garantia Safra, que atende os agricultores familiares com renda familiar mensal igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo residentes na região Nordeste, no norte do estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e norte do estado do Espírito Santo, área de atuação da SUDENE, majoritariamente inserida no polígono das secas. Conforme a Lei nº 12.766/2002, pode-se incluir no Garantia Safra os agricultores situados fora da área de atuação da SUDENE, desde que seja comprovado que as unidades de produção estão em municípios sujeitos à perda de safra devido excessos climáticos.

Para Grisa e Schneider (2015), apesar de orientada para a agricultura familiar, a política possui um referencial focado em ações sociais e assistenciais, que visam reduzir a vulnerabilidade social dos agricultores familiares em decorrência da interferência dos excessos climáticos nas atividades produtivas. Associado a esse contexto e as experiências de convivência com o semiárido, foi identificada nos estabelecimentos rurais uma infraestrutura hídrica com a finalidade de reduzir os efeitos acometidos pela seca (Tabela 12).

**Tabela 12 – Infraestrutura hídrica dos estabelecimentos,
Porto da Folha/SE, 2015-2016**

Infraestrutura	Número	%
Água tratada canalizada	62	88,57
Barreiro ou Barragem	55	78,57
Cisterna	39	55,71
Irrigação	5	7,14

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Entre os estabelecimentos, 88,57% possuem acesso à água potável canalizada, a qual é fornecida pela Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO. No entanto, não raro as unidades de produção familiar convivem com a falta do recurso devido à insuficiência e limitação do sistema da rede hídrica no atendimento aos domicílios e estabelecimentos situados no espaço rural. Contraria a população residente no campo saber que, mesmo residindo a poucos quilômetros do rio São Francisco, ainda convivem com a falta de água.

A irrigação é utilizada por apenas 7,14% dos entrevistados, cujos estabelecimentos estão localizados às margens do rio São Francisco. A técnica auxilia os produtores no cultivo de frutas, verduras, hortaliças e leguminosas. O barreiro e/ou a barragem são acessíveis a 78,57% das unidades de produção. A técnica é empregada principalmente como reserva para o fornecimento de água destinada aos animais.

As cisternas foram identificadas em 55,71% dos estabelecimentos pesquisados e, majoritariamente, foram construídas enquanto medida de intervenção pública de convivência com o semiárido. Nesse contexto, vale ressaltar a importância da Articulação no Semiárido – ASA

no fomento a distribuição de cisternas junto aos agricultores familiares. Duque (2015) reporta que o uso dessas estruturas no armazenamento da água configura uma alternativa focalizada na experiência do saber popular, aprimorada mediante o diálogo com o conhecimento científico. A distribuição de cisternas consiste em um modelo diferente de política pública adversa ao paradigma da “luta contra a seca”, recorrentemente materializada na construção de grandes reservatórios de água, não raro, voltados para o desenvolvimento do agronegócio, bem como, em operações de carro-pipa, geradoras de dependência e alicerçadas no assistencialismo. A construção das cisternas foi financiada, principalmente, pelos programas P1MC (Um Milhão de Cisternas Rurais) e do P1+2, articulados pela ASA.

As transformações do espaço rural são observadas também na estrutura domiciliar dos estabelecimentos rurais. Entre 2015 e 2016 somente 10% das residências dos produtores rurais eram de taipa. Esse tipo de moradia foi substituído, majoritariamente, pela casa de alvenaria, que corresponde a 90% dos domicílios identificados.

Tais mudanças na paisagem do sertão começaram a ser observadas no final da década de 2000, quando o governo do estado, por meio da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social – Seides, desenvolveu o Programa de Habitação Casa Nova, Vida Nova. O programa abrangia a modalidade de Erradicação de Habitações Subnormais, que incluía as casas de taipa. A medida possuía entre suas diretrizes a melhoria das condições de vida dos domiciliários e o combate à proliferação de pragas, principalmente o barbeiro, transmissor da Doença de Chagas.

A continuidade da política habitacional é sequenciada pelo governo federal por meio do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR no Brasil. Oliveira (2015) menciona que o PNHR é um subpro-

grama do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida e se insere enquanto eixo do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do governo federal. O principal objetivo da política foi diminuir o déficit habitacional do país, que, por sua vez, também se configura como uma problemática do campo. Para tanto, nos últimos anos a redução das casas de taipa e o crescimento de habitações de alvenaria devem-se às políticas governamentais que contribuíram no equacionamento do déficit habitacional rural.

A melhoria da estrutura socioeconômica das famílias também é observada no interior das residências com a aquisição de tecnologias e utensílios domésticos.

Dentre os dados informados na Tabela 13, chama atenção o componente energia elétrica, acessível em quase todos os estabelecimentos rurais (98,57%). Esse número é resultado da efetivação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos, do governo federal, fundamentado na Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

Inicialmente o programa visava prover, até o ano de 2010, o acesso à energia elétrica a toda população rural brasileira, diante de um contexto em que 80% dos habitantes residentes no espaço rural não possuíam acesso a essa fonte de energia. Por sua vez, o Decreto nº 7.520 de 8 de julho de 2011 ampliou as medidas do programa para o período de 2011 a 2014.

Tabela 13 – Tecnologias informativas e de uso doméstico, Porto da Folha/SE, 2015-2016

Utensílios e Tecnologias	Número	%
Fogão a gás	70	100
Energia Elétrica	69	98,57
Geladeira	68	97,14
Liquidificador	66	94,29
Televisão	65	92,86
Parabólica	64	91,43
Celular	61	87,14
Rádio/Som	59	84,29
DVD	43	61,43
Ventilador	40	57,14
Fogão a lenha	37	52,86
Batedeira	32	45,71
<i>Internet</i>	22	31,43
Fogão a carvão	21	30
Máquina ou tanque de lavar	21	30
Micro-ondas	16	22,86
Computador	11	15,71

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

No espaço rural do município, de fato, o programa foi efetivado satisfatoriamente. A antiga configuração do sertão como um espaço isolado, cujo rádio à pilha ou à bateria configurava-se como o principal meio de comunicação e informação dos acontecimentos regionais, tem sido gradativamente ressignificada pelo uso da televisão, telefone celular (Foto 5) e, mais recentemente, acesso a *internet* (Tabela 13).

Foto 5 – Uso de telefone celular pelo agricultor, comunidade Chumbinho, 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Atualmente, o homem do campo encontra-se conectado com o mundo em suas diferentes dimensões escalares, inclusive, estão atentos aos noticiários acerca da meteorologia e das oscilações dos valores dos produtos agropecuários no mercado. Com o celular e o acesso a *internet*, efetuam a compra de insumos agrícolas e realizam a venda dos produtos do estabelecimento. Diante disso, Ianni (1997) afirma que além de um processo de mecanização e quimificação, o campo encontra-se diante de um processo de informatização.

O aumento do poder de consumo da população rural, associado à expansão da política de acesso e uso da energia elétrica, possibilitou aos agricultores familiares a aquisição diversificada de eletrodomésticos, como foi retratado na tabela 13. Enquanto isso, verifica-se a redução do uso de técnicas e utensílios domésticos artesanais imbricados na cultura sertaneja. Com o uso da geladeira, diminuiu a antiga prática de salgar e secar a carne no sol; o fogão a lenha e a carvão cede espaço também para o fogão a gás utilizado em todos os estabelecimentos pesquisados;

com o liquidificador são realizadas praticamente todas as atividades de trituração dos alimentos, como o milho para produção da canjica, e o arroz para a produção do manuê⁶. Em contrapartida, reduz-se o uso do ralo, do moinho e do antigo pilão.

As transformações no espaço rural associadas, especialmente, à elevação da renda da população e às políticas públicas destinadas à agricultura familiar fortaleceram o dinamismo de aglomerados rurais. O papel exercido por essas comunidades na composição social e econômica do campo será retratada no capítulo seguinte.

⁶ Bolo à base de arroz, leite de coco, leite bovino, cravo e açúcar.

4. DINAMISMO SOCIAL E ECONÔMICO: a composição de um novo sertão

4.1 Configurações socioeconômicas nos aglomerados rurais

As pesquisas de campo e as informações populacionais do município refletem que viver no campo ainda tem sido uma escolha de diversos grupos sociais – 63,33% dos habitantes de Porto da Folha recenseados em 2010 pelo IBGE residiam no espaço rural. Santos e Andrade (1992) já haviam retratado em seus estudos sobre o comportamento demográfico em Sergipe que o crescimento da população rural em algumas áreas do estado apresentava especificidades a respeito do tipo de povoamento. Para os autores, “do disperso, partiu-se de forma cada vez mais acentuada, para um povoamento rural aglomerado” (SANTOS; ANDRADE, 1992, p.45). Essas comunidades, por sua vez, não podem ser confundidas com espaços urbanos, haja vista que sua organização social está, predominantemente, associada ao modo de vida rural.

Tal dinâmica é evidenciada no município de Porto da Folha com o crescimento de povoações no campo. Essas comunidades, contrariando a tendência de áreas rurais situadas em outros territórios do estado, apresentam relevante contingente populacional e número de domicílios. Conforme dados relativos ao censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE⁷, o município possui nove aglomerados rurais⁸ que totalizam

⁷ Os entraves associados a realização do censo demográfico em 2020 e 2021 dificultaram a obtenção de dados sobre a evolução populacional nos aglomerados rurais.

⁸ Na metodologia de pesquisa utilizada pelo IBGE, as comunidades que têm 50 ou mais domicílios contíguos são classificadas como aglomerados rurais.

8.440 habitantes e 2.365 domicílios (Tabela 14).

Tabela 14 - População e domicílios nos aglomerados rurais, Porto da Folha/SE, 2010

Localidades	População		Domicílios	
	Número	%	Número	%
Lagoa da Volta	2333	27,64	643	27,19
Lagoa Redonda	1781	21,10	520	21,99
Lagoa do Rancho	1164	13,79	353	14,93
Linda França	994	11,78	267	11,29
Ilha do Ouro	664	7,87	176	7,44
Niterói	459	5,44	135	5,71
Mocambo	444	5,26	123	5,20
Ilha de São Pedro	325	3,85	72	3,04
Umbuzeiro do Matuto	276	3,27	76	3,21
Total	8440	100	2365	100

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Apesar de a agropecuária configurar-se como segmento econômico mais relevante nos aglomerados rurais, deve-se ressaltar que nessas localidades ocorre o crescimento no número de trabalhadores liberais, serviços e atividades não agrícolas, que recentemente se restringiam apenas aos núcleos urbanos.

No recorte espacial trabalhado, foram identificadas localidades que apresentam dinamismo social e econômico. Esse contexto é evidenciado na expansão de instituições como associações, escolas, sin-

dicato rural, igrejas, unidades de saúde, bem como a diversidade de estabelecimentos prestadores de serviços comerciais. Na tabela 15 é exposta a estrutura social e econômica dos aglomerados rurais. As informações apontam que as localidades que apresentam mais dinamismo são aquelas que possuem maior contingente populacional: povoados Lagoa da Volta, Lagoa do Rancho, Lagoa Redonda, Linda França e Ilha do Ouro.

Tabela 15 – Estrutura socioeconômica dos aglomerados rurais, Porto da Folha/SE, 2015-2016

Localidades	Estab. Comerciais e de Serviços	Igrejas	Escolas	Associações	Unidades de Saúde	Sindicato Rural	Feira-livre
Lagoa da Volta	68	4	4	2	1	1	1
Lagoa do Rancho	54	3	4	2	1	1	1
Lagoa Redonda	51	2	2	-	1	1	1
Linda França	37	3	2	1	1	-	1
Ilha do Ouro	13	2	2	2	1	-	-
Niterói	12	3	1	2	1	-	-
Mocambo	10	1	1	1	1	-	-
Umbuzeiro do Matuto	6	3	1	2	1	-	-
Ilha de São Pedro	3	1	1	2	1	-	-
Total	254	22	18	14	9	3	4

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016 Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Nos povoados Lagoa da Volta, Lagoa Redonda, Lagoa do Rancho e Linda França identificou-se a formação de zonas irradiadas. Essas localidades exercem influência sobre as pequenas comunidades situadas na sua proximidade, especialmente na oferta de serviços vinculados à educação pública (fundamental e médio), atendimento básico de saúde e comércio. Isso, por sua vez, não exclui a sobreposição hierárquica que a sede do município e outras cidades circunvizinhas exercem sobre o espaço rural no atendimento de serviços públicos e privados.

Utilizando-se do conceito de vitalidade social empregado pela geógrafa Anne Buttimer nos Estados Unidos e incorporado nos estudos de Veiga (2003), observa-se que onde predominam as propriedades da agricultura patronal, as estruturas social e funcional das comunidades são precárias. Em contrapartida, onde predomina a agricultura familiar verifica-se desenvolvimento social refletido no crescimento da população e de estabelecimentos como escolas, associações, igrejas, clubes e empresas não agrícolas. Contribui para esse processo a consolidação do capital humano e social: “o primeiro refere-se à qualidade dos recursos humanos e o segundo, com elementos qualitativos, como valores partilhados, cultura, capacidades para agir sinergicamente e produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade” (VEIGA, 2003, p.127). Desse modo, o desenvolvimento rural não se deve apenas ao capital econômico-mercantil, mas, sobretudo, à capacidade de organização do tecido social, à composição de redes e relações que favoreçam a comunidade e à comunicação pautada em valores e elementos culturais territorializados.

É notável nos aglomerados rurais a expansão de conjuntos habitacionais financiados por políticas governamentais de habitação rural. O crescimento populacional pressiona a abertura de ruas em áreas periféricas e conseqüentemente a retração das atividades agrícolas. Ferreira, Romanatto e Souza (2008), ao trabalharem com áreas fronteiriças

entre o rural e o urbano no município de Araraquara/SP, identificam a composição do que eles chamam de perímetro periurbano. Consiste em uma área periférica no entorno da cidade caracterizada pela diversidade de atividades agrícolas e não agrícolas industriais, que sofreram um movimento de refluxo diante do crescimento da malha urbana. Apesar de configurarem realidades distintas, observam-se semelhanças com a dinâmica de aglomerados rurais em Porto da Folha, que, em função da expansão da área territorial, com o crescimento domiciliar, pressionou o deslocamento das atividades agrícolas para sua área limítrofe.

A infraestrutura das comunidades, independentemente da sua área territorial, apresenta algumas problemáticas, especialmente no que diz respeito à deficiência ou inexistência de serviços básicos de esgotamento sanitário, coleta diária do lixo e espaço adequado para despejo dos resíduos sólidos. Por sua vez, considera-se relevantes os investimentos em pavimentação das vias públicas e de áreas de lazer e recreação, como praças, parques infantis e, em alguns casos, quadras poliesportivas.

São notórias as modificações na infraestrutura e na dinâmica socioeconômica do espaço rural. Inserido nesse contexto, serão aguçadas as discussões em torno do crescimento das atividades não agrícolas no campo.

4.2 Atividades não agrícolas no campo: persistência e redefinição das práticas econômicas

As abordagens da nova configuração do espaço rural brasileiro, discutida por diferentes autores – Carneiro (1998), Silva (1999), Wanderley (2001; 2002), Moreira (2003), Rua (2005; 2006), Schneider

(2009), Candiotto e Corrêa (2008) e Marafon (2011a; 2011b; 2014) –, convergem para pontos comuns, destacando-se a modernização da agricultura, a resignificação das identidades rurais e o crescimento de atividades não agrícolas no campo. A execução dessas atividades, juntamente ou não com atividades agrícolas, comporta-se como uma prática recorrente entre muitos agricultores e trabalhadores liberais que vivem no espaço rural do município. Esse contexto torna relevante a afirmação de Wanderley (2001), ao mencionar que a pluriatividade não raro tem sua origem nas unidades de produção familiar.

Constatou-se nas pesquisas de campo que até recentemente muitas atividades não agrícolas estavam limitadas ao espaço urbano. Todavia, na sua expansão para o campo, essas adquirem especificidades atreladas à dinâmica cultural, econômica, ambiental e ecológica do espaço rural, o que não exclui a manutenção de elementos eminentemente urbanos.

Vê-se, portanto, entre o rural e o urbano, entre o local e o global, um processo dinâmico de reelaboração da cultura, mediante o compartilhamento e a imposição de novos hábitos, valores e técnicas (CARNEIRO, 1998). Para Carneiro (1998), Wanderley (2001) e Moreira (2003), consiste na emergência e resignificação de atividades que reforçam o conceito das *novas ruralidades*, ou seja, novas manifestações que atenuam para a dinamicidade social, econômica e cultural do rural.

Excetuando-se Wanderley (2001; 2002), cujos estudos foram realizados no Nordeste, os autores mencionados anteriormente partem de pesquisas efetivadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e apontam que as novas atividades não agrícolas no campo – que conferem aos agricultores a condição de pluriativos – trazem intrinsecamente elementos do rural, como a paisagem bucólica, o ar puro, a tranquilidade e bens ecológicos e culturais, destinados aos urbanitas, que fogem de

uma realidade metropolitana marcada pela contração do tempo, artificialidade, *stress*, violência, insegurança, poluição, dentre outros elementos característicos dos centros urbanos.

Todavia, o rural brasileiro é diversificado e complexo como consequência das diferentes formas de ocupação, exploração dos seus recursos e estabelecimento das atividades econômicas, não podendo ser concebido como alvo de um processo idêntico de transformação. A dinâmica apresentada anteriormente difere de algumas características observadas no espaço rural de Porto da Folha, especialmente no que diz respeito às atividades desenvolvidas e aos atores que usufruem os serviços ofertados.

Diferentemente dos estudos realizados no eixo sul-sudeste do Brasil, as atividades desenvolvidas no município de Porto da Folha, majoritariamente não possuem relação com o turismo, nem tampouco estão direcionadas exclusivamente para os urbanitas, que buscam usufruir os bens naturais e culturais do campo, resignificados e transformados em mercadorias. Trata-se de atividades comerciais e prestadoras de serviços direcionadas, principalmente à população rural constituída por agricultores e trabalhadores liberais residentes no campo.

Nota-se ainda que os proprietários dos estabelecimentos são comumente os atores locais, que compõem uma estrutura de pequenos empreendedores rurais. Predomina entre esses comerciantes e profissionais uma relação familiar com a agricultura. Foi constatado na pesquisa que 96,60% dos entrevistados mencionaram que em um determinado momento de sua vida exerceram alguma atividade agrícola ou são descendentes de famílias de agricultores. Quando analisado o número de comerciantes que afirmaram possuir íntima relação com as atividades agrícolas, observa-se que 55,63% desvincularam-se da agricultura.

Com base nos relatos dos entrevistados, apesar do reconhecimento da melhoria de vida dos agricultores locais com as políticas de transferência de renda, financiamento agrícola e seguridade social, os fatores que motivaram a adesão exclusiva às atividades não agrícolas foram a busca por novas alternativas de sobrevivência, diante dos entraves periódicos com a agropecuária decorrente dos efeitos das estiagens prolongadas. Além disso, eles reforçam que o crescimento das comunidades e as exigências por novos serviços pela população rural os instigaram a desenvolver novas atividades vinculadas ao comércio e à prestação de serviços.

Ainda em relação as atividades produtivas desempenhadas pelos comerciantes, verifica-se que 44,37% dos entrevistados continuam exercendo também a agricultura. Para eles a manutenção das duas atividades é fundamental na elevação da renda familiar e comportam-se como complementares. Desse modo, é relevante o pensamento de Candiotto e Corrêa (2008), ao reportarem que a manutenção das atividades agrícolas e não agrícolas pode ser definida como estratégias de territorialidades protagonizadas por atores originários do rural, que buscam permanecer no campo.

As atividades não agrícolas desenvolvidas nas comunidades rurais suscitam alguns questionamentos sobre a dinâmica espaço-temporal da estrutura econômica e cultural do campo, mais especificamente do sertão sergipano: até que ponto esses estabelecimentos fazem referência a novas atividades rurais? As atividades comerciais comportam-se enquanto novas ruralidades, ruralidades tradicionais ou ruralidades em processo de resignificação e reinvenção?

As abordagens realizadas por Carneiro (2006) denotam que atividades não agrícolas sempre consistiram na essência da agricultura de base familiar e, por sua vez, não foi eliminada integralmente da unidade

de reprodução camponesa. O que difere da atual estrutura das famílias rurais é o fato da execução das atividades não agrícolas, por vezes, refletir a crise e a perda da autonomia das unidades de produção familiar frente às condições de subalternidade a qual estão sujeitas e ao avanço das relações de produção capitalista no campo.

No espaço rural do município, as práticas não agrícolas sempre foram protagonizadas pelas famílias, juntamente com as atividades da agricultura e pecuária. Nota-se que algumas configuram ruralidades tradicionais por remeterem, ainda que resignificadas, a uma referência cultural do território. Conforme constatado, profissões, práticas comerciais e ofícios foram extintos, ou perpassam por processos de eliminação, devido à expansão e modernização da indústria, à tendência de profissionalização das atividades e à integração dos territórios rurais e urbanos ao mercado globalizado. Dentre esses se destacam a extinção do ferreiro, demandado na produção de ferramentas resultantes da fundição do metal; do caixeiro viajante, substituído pelos representantes comerciais; do construtor dos cercados de pedra, atualmente erguidos com estacas de madeira, de cimento e arame farpado.

Configuram-se ainda em profissões e estabelecimentos comerciais sujeitos à eliminação: o marceneiro, que perde espaço diante do crescimento da indústria e do comércio mobiliário; as casas de farinha, onde se produz os derivados da mandioca (beiju, pé de moleque, farinha, malcasado) e hoje configuram rugosidades (SANTOS, 1986) nos territórios rurais; e os botecos onde se serviam as tradicionais cachaças e pingas incrementadas com as denominadas cascas de pau e folhagens retiradas da vegetação da caatinga, que hoje cedem espaço para bares tomados pelo *marketing* de cervejarias.

Outra mudança verificada são as bodegas com seu típico balcão de madeira, que separava o espaço do cliente e do comerciante respon-

sável pela entrega dos produtos diretamente ao consumidor. Atualmente esses estabelecimentos são substituídos por minimercados marcados nitidamente pela diversidade de produtos ofertados e pela diminuta relação entre o cliente e o comerciante no processo de compra.

Em contrapartida, verifica-se que antigos ofícios, atividades e setores comerciais ainda resistem, mesmo que apresentem mudanças e ressignificações: a serraria, cujos profissionais expõem sua arte e sabedoria na construção de porteiras, mourões, carroças e carros de boi; a barbearia, que persiste como ponto de encontro entre amigos e espaço de sociabilidade, mesmo com a expansão dos salões de beleza e da indústria cosmética; o carpinteiro, exigido principalmente na construção da estrutura dos telhados dos domicílios; o carreiro, com seus carros de bois (Foto 6), ainda é demandado no transporte de insumos agrícolas e materiais da construção civil; e os canoieiros, que diariamente realizam a travessia de pessoas nas águas do rio São Francisco.

Foto 6 – Carreiro, povoado Lagoa da Volta, 2016



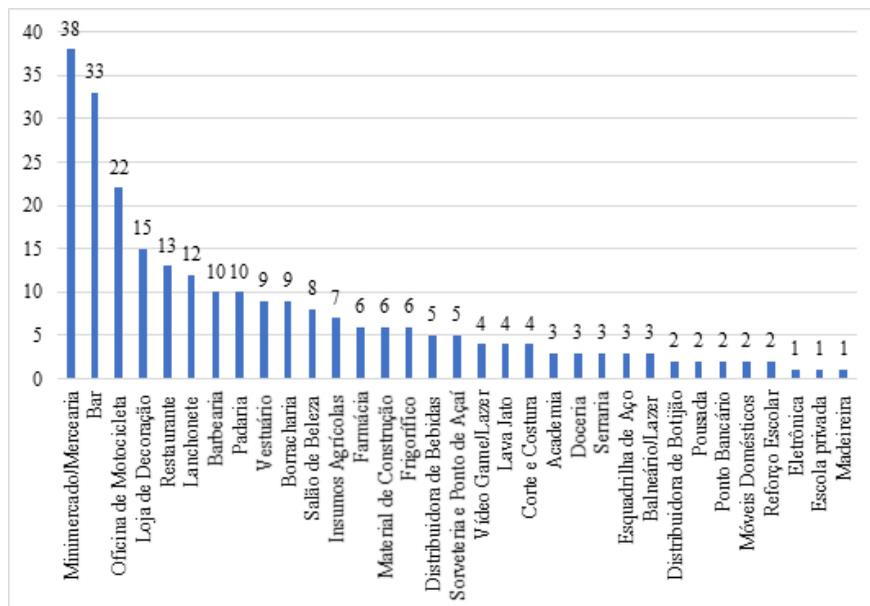
Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Autor: SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Mantém-se ainda a elaboração do queijo artesanal, iguaria arraigada à culinária do território e demandado pelo mercado consumidor regional; o ofício de corte e costura, no qual mulheres expõem seus saberes herdados de suas mães e avós, mesmo que adiram a máquinas industriais e aos novos estilos de confecção; as bordadeiras e as rendeiras, que preservam a arte dos bordados de crochês, redendê e ponto de cruz (Foto 14); e os feirantes, ocupação nos últimos anos estimulada entre segmentos da agricultura familiar diante do incentivo à produção e comercialização de produtos agroecológicos.

Todavia, percebe-se que muitas práticas econômicas prestadoras de serviços atualmente reproduzidas no território constituem novas ruralidades. Trata-se de setores totalmente reinventados ou até recentemente inexistentes no campo, resultantes das exigências de segmentos da população rural diante dos processos de ascensão social e econômica e devido à influência da cultura mercantilizada. Destacam-se dentre essas atividades e profissionais: o pedreiro, o taxista, o caminhoneiro, o tratorista, a manicure e pedicure, os postos de trabalho gerados pelas agroindústrias de derivados de leite e milho, os trabalhadores atrelados ao funcionalismo público e à expressiva diversidade de estabelecimentos comerciais, que estão elencados no gráfico 4. No total foram identificadas 254 unidades de comércio e serviços distribuídas em 33 setores. Desse total, 147 estabelecimentos foram entrevistados, que, por sua vez, são responsáveis pela geração de 361 postos de trabalho nas comunidades rurais, 307 de origem familiar e 54 não familiar.

Gráfico 4 – Estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços nos aglomerados rurais, Porto da Folha/SE, 2015-2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Dentre os estabelecimentos predominam aqueles voltados para a comercialização de alimentos e bens domésticos não duráveis (38 minimercados e mercearias). O fator que contribuiu para a expansão dessa atividade comercial no espaço rural foi as políticas de transferência de renda do governo federal, especialmente o Programa Bolsa Família. O benefício destinado, principalmente às mulheres é utilizado, majoritariamente na obtenção de alimentos, contribuindo para o crescimento dos setores de comercialização desses produtos alimentícios. Silva e Schneider (2015) reportam sobre a importância do programa na elevação da renda e ganhos alimentares e nutritivos das famílias, fatores fun-

damentais na redução da desigualdade social e dos índices de pobreza e extrema pobreza no campo.

Os minimercados e mercearias praticamente não apresentam nenhuma relação com os antigos armazéns e bodegas, cujas principais características são o balcão de madeira, onde o proprietário realizava o atendimento aos clientes, e os reduzidos tipos de produtos, muitos desses pesados e ensacados pelo próprio comerciante. Os novos estabelecimentos, diferentemente das bodegas e armazéns, possuem inúmeros produtos de variadas marcas de empresas nacionais e multinacionais.

Outra mudança expressiva nas comunidades diz respeito ao crescimento de borracharias e oficinas mecânicas especializadas na manutenção de veículos. O que contribuiu para esse contexto foi o aumento da aquisição de meios de transportes mecânicos pela população local: motocicleta, automóvel, caminhão e trator, bem como, a utilização desses veículos nas atividades agropecuárias. Nas comunidades pesquisadas foram identificadas 22 oficinas de motocicletas e nove borracharias.

Arelado ainda à dinâmica do espaço rural e às transformações das atividades agropecuárias, observa-se nos aglomerados rurais e cidades circunvizinhas a especialização de estabelecimentos na comercialização de insumos agrícolas: milho (transgênico e convencional), farelo, soja, ração, pulverizadores, semeadeiras manuais, além de utensílios empregados na manutenção dos estabelecimentos rurais e nas atividades realizadas pelos agricultores: arame farpado, cordas, baldes, botas e chapéus.

Percebe-se ainda a estruturação de estabelecimentos de vestuário, decoração, salão de beleza, sorveteria, lanchonete, bares e academia. Esse último reflete a adoção de novos costumes e preocupações

com o corpo e a saúde. Muitos dos produtos ofertados nessas unidades comerciais e de serviços não consistem em bens de consumo básico, o que demonstra a constituição na população de novos valores influenciados pelos discursos midiáticos e da cultura de massas. Contudo, sua oferta é indicativo do aumento da capacidade de consumo dos atores locais.

O crescimento populacional dos povoados, a estruturação de áreas de comércio e a ampliação de serviços básicos, como saúde, transporte e educação, impulsionou a criação de restaurantes e pousadas destinadas ao atendimento de visitantes, trabalhadores liberais e funcionários públicos que residem em outras localidades e realizam o deslocamento semanal para as comunidades.

Destacam-se ainda os balneários, procurados tanto por visitantes, quanto pelos moradores locais. Contrastando com o aspecto quente e seco do ambiente, o banho em piscinas artificiais com água proveniente da DESO consiste em uma atividade convidativa para moradores e visitantes. Além da demanda da população residente no campo pelos serviços, observou-se a presença de urbanitas provenientes, principalmente, das cidades circunvizinhas, que contribuem para a dinamização das novas ruralidades.

Na última década, três desses estabelecimentos foram construídos no espaço rural do município. Os principais frequentadores são jovens e adolescentes que buscam nos serviços alternativas de lazer. As atividades prestadas são de bar, *shows* musicais e banho de piscina. Além disso, um deles possui campo *society* e serviços de pernoite e estadias em uma pousada. Esses espaços são utilizados ainda na realização de eventos festivos: aniversários, confraternizações e casamentos.

Especificamente no povoado Ilha do Ouro, localizado às mar-

gens do rio São Francisco, são desenvolvidas atividades de serviços vinculadas a espaços de visitação e exploração de bens ecológico-naturais (Foto 7). Sobressai nessa comunidade bares e restaurantes que servem comidas típicas atreladas à culinária ribeirinha: pirão de peixe, pitú, camarão e peixes assados ou regados ao leite de coco. No local, os consumidores usufruem das águas do rio para o banho, passeios em lanchas, canoas e novos instrumentos de lazer como passeios em *jet-ski*.

Foto 7 – Passeio de jet-ski, povoado Ilha do Ouro, 2016



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Alguns estabelecimentos adaptaram as formas de pagamento ao fator crediário diante da expansão das relações capitalistas e das exigências dos próprios consumidores que demandam os produtos. Em função da facilidade de acesso aos cartões de crédito, as atividades comerciais aderem, cada vez mais, esse recurso na realização de pagamentos eletrônicos. Recentemente, com os avanços tecnológicos na

informatização das transações monetárias, os estabelecimentos comerciais e de serviços também incorporaram o uso do Pix como forma de pagamento eletrônico instantâneo.

Essa nova forma de obtenção de bens e serviços não inviabilizou ou extinguiu as formas de pagamento pautadas nas relações de confiança. Pelo contrário, são essas que mais estimulam as trocas comerciais no espaço rural. O pagamento eletrônico coexiste com antigas práticas, como o fiado e as anotações na caderneta, alicerçadas no pagamento semanal realizado por agricultores e trabalhadores liberais, que recebem nos finais de semana o rendimento auferido de suas atividades informais ou empregatícias.

As relações de proximidade, confiabilidade e reciprocidade são intrínsecas ao território e permeiam as práticas sociais e, inclusive, as atividades econômicas. Com base nos dados, 93,2% dos comerciantes/prestadores de serviços confirmaram a existência da prática de venda fundamentada na confiança e reciprocidade. A não observância dessa dinâmica social com os consumidores foi mencionada apenas por 6,8% dos entrevistados. O cenário identificado durante as intervenções de campo reforça a manutenção das relações de proximidade, convivência, amizade e parentesco inerentes à dinâmica do lugar e do cotidiano. Percebe-se que mesmo diante das transformações, ruralidades tradicionais atreladas às práticas sociais e aos valores humanos influenciam a configuração das atividades econômicas.

Ao serem analisadas as respostas dos entrevistados sobre a relação estabelecida com os representantes comerciais e atravessadores, os resultados divergem quando comparadas às relações com os consumidores: 64,63% dos proprietários dos estabelecimentos mencionaram que não existe a composição de uma estrutura de reciprocidade e proximidade com os intermediários. Com base nas respostas, os entrevista-

dos enfatizam que a relação está pautada no lucro e na competitividade do mercado capitalista. Deve-se ressaltar que um número relevante de entrevistados (35,37%) mencionou que possuem relações de proximidade, confiança e reciprocidade com os intermediários. Esse contexto é motivado pela existência de fornecedores de produtos locais (lácteos, pescados e carnes) e representantes comerciais residentes no município ou nas localidades circunvizinhas, que já mantinham relações de amizade com os comerciantes/prestadores de serviços.

Sabourin (2006), ao discutir sobre a influência dos valores humanos na composição das práticas sociais e econômicas, ressalta que nas sociedades rurais atuais coexistem estruturas comerciais vinculadas à reciprocidade e a intercâmbios racionalizados pelo sistema capitalista. Atrelando o pensamento do autor à dinâmica econômica então trabalhada, verifica-se que apesar da expansão dos processos de mercantilização capitalista, esse espaço ainda preserva mercados socialmente constituídos e legitimados por práticas e valores humanos enraizados territorialmente como a confiança, a honestidade e o respeito.

Essas relações e valores culturais dinamizam também as atividades não agrícolas atreladas à produção agroalimentar de derivados do leite e do milho, que, alicerçadas na identidade territorial do sertanejo, consistem em alternativas de reprodução social e econômica desempenhadas por famílias e empreendedores rurais.

4.3 Produção agroalimentar: análises sobre as atividades de processamento dos derivados de leite e milho

Dentre as atividades não agrícolas até então reportadas, a produção dos derivados de leite traduz a importância da pecuária no

desenvolvimento econômico e na afirmação da cultura sertaneja. Requier-Desjardins, Boucher e Cerdan (2006), ao analisarem a dinâmica econômica e territorial da produção de derivados de leite no sertão sergipano, remetem à formação de um Sistema Agroalimentar Localizado – Sial do leite. Os autores reportam para a estruturação de *clusters* locais de indústrias e fabriquetas, cuja competitividade está baseada, principalmente na qualidade dos recursos humanos, na capacidade de inovação e nas relações à montante e à jusante, que têm como elemento característico a proximidade entre os agentes econômicos.

O Sial difundido no município está ancorado em três tipos de estabelecimentos agroalimentares: queijarias caseiras, fabriquetas e laticínios. Essas unidades apresentam diferenças no que diz respeito à dinâmica produtiva, aos aspectos organizacionais e à capacidade de inovação. A produção artesanal do queijo coalho, realizada nas queijarias e fabriquetas, não se configura como uma ruralidade em processo de eliminação no espaço rural do município (Foto 8). Menezes (2015) atribui o crescimento dessa atividade nas últimas décadas a consolidação do consumo local desse alimento e ao aumento da demanda pelo produto nos centros urbanos de Sergipe, especialmente na área metropolitana de Aracaju.

A relação identitária dos migrantes sertanejos com o queijo impulsionou as atividades em torno da elaboração e da comercialização do queijo, que se configura como uma alternativa autônoma de reprodução social desempenhada por agricultores familiares. A utilização do leite procedente do próprio estabelecimento e a condução das atividades queijeiras constituem estratégias de territorialidade das famílias rurais.

Foto 8 – Derivados artesanais de leite, comunidade Vaca Serrada, 2021



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Autor: SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

É perceptível nas etapas de elaboração do queijo a preservação de técnicas e instrumentos de produção artesanais (elaboração manual e uso de formas e prensas de madeira), arraigados à dinâmica produtiva desempenhada pelos antepassados dos produtores. Trata-se de uma atividade ancorada em saberes herdados e compartilhados pelos agricultores em diferentes temporalidades. A elaboração do queijo caseiro, por limitar-se a princípio às cozinhas sertanejas, território não controlado pelo homem, consiste em uma incumbência das mulheres (MENEZES, 2015). De fato, são elas as precursoras e mantenedoras desse saber-fazer ao longo de diferentes gerações familiares.

O estímulo à produção de queijo repercutiu modificações sociais no processo produtivo. Menezes (2015) reforça que anteriormente, o queijo possuía apenas valor de uso, destinado ao consumo familiar e à venda do pequeno excedente, quando existia. É nesse contexto que a mulher sobressai como a principal responsável pelas atividades queije-

ras. Todavia, à medida que seu beneficiamento é destinado a comercialização e torna-se a prática mais rentável do estabelecimento, a responsabilidade é transferida sobretudo para o homem. Conforme reportado pela autora, existem preconceitos acerca da figura da mulher e de sua capacidade de domínio da atividade. Entretanto, não foi identificado o acirramento de conflitos pelo poder e disputa pelo território.

Essa conjuntura é reforçada quando se analisa a conformação das fabriquetas de derivados de leite, unidades dominadas pelo trabalho masculino que aderem a um sistema semipadronizado de organização com a finalidade de elevação da produtividade. Conforme a tabela 16, verifica-se o crescimento no número de estabelecimentos agroalimentares entre os anos de 2015 e 2021, passando de 21 para 29 fabriquetas. Esses dados denotam o aumento de 38,1% no quantitativo de unidades de produção.

Tabela 16 – Número de fabriquetas de derivados de leite, Porto da Folha/SE, 2015-2021

Localidades	Ano	
	2015	2021
Lagoa do Rancho	8	9
Lagoa Redonda	5	7
Craibeiro	3	3
Vaca Serrada	2	3
Linda França	1	1
São Domingos	1	2
Chumbinho	1	2
Lagoa da Volta	-	1
Ranchinho	-	1
Total	21	29

Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2021. Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Diferentemente dos estabelecimentos dedicados à elaboração do queijo coalho caseiro, as fabriquetas não são mantidas somente por famílias vinculadas à agricultura. Pelo contrário, sobressai o protagonismo empreendedor de atores locais, que se dedicam quase exclusivamente ao gerenciamento das unidades de produção. As fabriquetas destacam-se na geração de postos de trabalho nas comunidades rurais, mesmo considerando a informalidade das ocupações diante da não legalização dos estabelecimentos.

Menezes (2015) elenca características particulares das fabriquetas que as diferenciam das unidades de produção dedicadas à elaboração do queijo coalho caseiro: processamento diário de leite superior a 150 litros – o que constata a elevação da produtividade –, utilização de um espaço específico exterior à residência e aquisição parcial ou total da matéria-prima de outros estabelecimentos rurais. Somado a isso, observa-se uma tendência à adesão de mão de obra não familiar e o emprego de inovações tecnológicas: prensa de ferro, máquina de embalagem a vácuo, desnatadeira, câmara de ar refrigerado e *freezer*.

Nas fabriquetas também há uma maior diversidade de alimentos processados, destacando-se, para além do queijo coalho, o requeijão, a manteiga, o queijo pré-cozido e o queijo *mozarela*. Os dois últimos resultam de modificações produtivas aderidas e reinventadas pelos produtores mediante orientações adquiridas junto a técnicos em agroindústria.

O consumo dos derivados artesanais de leite (elaborados nas fabriquetas e nas queijarias caseiras) é significativamente difundido no município e em todo estado de Sergipe. Os produtos são adquiridos em mercados de circuito curto como as feiras-livres, o varejo de alimentos e diretamente ao consumidor nas unidades de produção. As iguarias também são destinadas para centros urbanos e polos regionais do

Nordeste brasileiro como Paulo Afonso e Feira de Santana, na Bahia, Delmiro Gouveia e Arapiraca, em Alagoas, Caruraru, em Pernambuco, e Campina Grande, na Paraíba. Por meio desses locais, os produtos são difundidos para outros municípios e demais estados do Nordeste.

Em Porto da Folha algumas fabriquetas foram transformadas em laticínios mantidos por grupos familiares e cooperados. Em 2016 foram identificadas duas agroindústrias no município: Yomilk e Coopeagri. Esses estabelecimentos configuravam as primeiras iniciativas bem-sucedidas de formalização da agroindústria de lácteos no município. As unidades possuíam porte médio e realizavam o processamento de leite pasteurizado, iogurte, bebida láctea, queijo *mozarela* e manteiga.

O fornecimento da matéria-prima era realizado por pequenos e médios produtores de leite dos municípios de Porto da Folha e Gararu. O destino comercial dos gêneros processados alcançava o estado de Sergipe e, sobretudo, Porto da Folha. A empresa Coopeagri também apresentava experiências no fornecimento de derivados de leite a instituições de ensino do município mediante a participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Todavia, durante pesquisas realizadas em 2021 constatou-se o fechamento de ambos os laticínios. Além das crises inflacionárias que impactam na volatilidade e no aumento do preço do leite, esses estabelecimentos enfrentam entraves à manutenção das atividades devido o avanço de agroindústrias de grande porte no território, sobretudo, a Natville.

Essa empresa possui estratégias de monopolização da produção do leite no território mediante acordos de comercialização da matéria-prima com pecuaristas e segmentos da agricultura familiar. Assim como observado em Porto da Folha, Silva (2021) constatou no estado de Alagoas que a integração da agricultura de base familiar com grandes laticínios e, inclusive, a Natville, dar-se por mecanismos geralmen-

te alienantes, que forjam um contexto aparentemente vantajoso na comercialização do leite. Os produtores rurais são atraídos pelo aumento monetário do produto, que posteriormente não apresenta uma valorização progressiva e regular. Nota-se ainda a oferta de assistência técnica e a construção de uma logística de escoamento do leite, traduzida na disponibilidade de caminhões que realizam o recolhimento e transporte do produto em tanques de resfriamento. Tais condições, aparentemente benéficas, contrastam com as exigências e os elevados custos com a especialização produtiva.

Atualmente no povoado Lagoa do Rancho, que apresenta a maior concentração de fabriquetas (Tabela 17) e produtores de queijo coalho caseiro, verificam-se duas iniciativas de formalização de agroindústrias familiares de pequeno porte, que anteriormente realizam a produção artesanal de derivados de leite. A regulamentação das atividades busca atender as normativas sanitárias determinadas pelos órgãos de inspeção.

No âmbito das atividades não agrícolas agroindustriais, destaca-se também o protagonismo de agricultores familiares da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Lagoa da Volta, que, atrelada à instituição, fundaram a Fábrica Santa Luzia, que realiza o beneficiamento de farelo e flocos de milho.

Foi constatado que a produção é realizada, predominantemente com o uso de máquinas industriais: triturador, peneira e fôrnia semielétrica. A finalidade é realizar o beneficiamento do milho de membros da associação e agricultores locais, que geralmente comercializavam seu produto a preço mínimo no mercado de insumos agrícolas.

Problemas associados ao prolongamento das estiagens, não raro, configuram entraves ao fornecimento do milho por parte dos as-

sociados e agricultores locais. Nessas ocasiões, parcelas consideráveis da matéria-prima são provenientes de outros municípios do sertão e agreste sergipano (produção transgênica e convencional). A respeito da produção agroindustrial, o que dificulta a permanência da atividade é a não aquisição do certificado para a atuação em âmbito estadual. Por esta razão, a distribuição do produto é limitada ao território do próprio município.

Apesar dos entraves vinculados a manutenção das atividades, deve-se enfatizar a importância do protagonismo dos associados no estabelecimento da fábrica de beneficiamento de milho Santa Luzia, por desenvolverem uma estratégia coletiva de geração de renda que se contrapõe aos mecanismos do mercado capitalista adotado pelos grandes empreendimentos agroindustriais. Por sua vez, considera-se que a não utilização de padrões intensivos de produção do milho (transgenização e quimificação do processo produtivo) agregaria valor ao produto, elemento que fomentaria a inserção dos associados em mercados alternativos, cujos consumidores valorizam a produção e o beneficiamento de alimentos saudáveis, que não resultam de modelos convencionais, geralmente, fundamentados na exploração predatória dos recursos naturais e no processamento de gêneros ultraprocessados.

A expansão das novas ruralidades no campo foi fundamental para a reconfiguração do território, apresentando transformações significativas nas técnicas, na economia e na estrutura sociocultural das comunidades. Todavia, conforme será retratado no próximo capítulo, concomitante a esse processo, nota-se a manutenção de costumes, práticas e manifestações tradicionais preservadas e (re)inventadas em diferentes territórios rurais do município.

5. RURALIDADES TRADICIONAIS: a identidade e a cultura como elementos de territorialidade

5.1 Costumes, valores e tradições: a relação de alteridade na definição das identidades

Seja na cidade ou no campo, resistem em Porto da Folha hábitos e costumes fundamentados na cultura rural, que configuram elementos identitários intrínsecos às territorialidades dos sujeitos. O tempo lento controla momentos da vida social dos indivíduos, apesar da expansão do tempo rápido sobre as atividades produtivas e humanas. Santos (2006, p.180), principal expoente dessa discussão, ressalva que apesar da supremacia do tempo rápido em relação ao tempo lento, na sociedade urbano-industrial, ele “não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações”. Os territórios refletem essa conjuntura híbrida de tempos lentos e tempos rápidos que resultam da sobreposição de períodos e processos históricos afirmados pelos grupos sociais.

Nesse ínterim, nota-se que a expansão das redes de comunicação informativa em Porto da Folha não tornou menos expressiva as relações pessoais locais, destacando-se as prolongadas conversas informais entre parentes, amigos e vizinhos. A tranquilidade ainda é um elemento qualitativo predominante no município. A calma permite que as calçadas, praças e estabelecimentos comerciais configurem pontos de encontro e reunião entre familiares e amigos. A temperatura amena

durante a noite no sertão é uma característica convidativa do clima para que homens e mulheres saiam de suas casas e usufruam ligeiro cochilo nas calçadas antes de deitar-se e dormir.

As crianças também aproveitam esses aspectos para brincar nas ruas de pega-pega, pião, bola de gude, macacão (amarelinha), piquenique, boneca e tantas outras brincadeiras herdadas de seus antepassados e reinventadas por sua criatividade. Nesse contexto, ressalta-se que muitos momentos do seu cotidiano já são sedentarizados pelos programas televisivos, jogos eletrônicos e ferramentas informativas dos computadores, *tablets* e celulares.

Valores como a amizade, a honestidade e o respeito são estimados como as principais virtudes do homem. O descumprimento e a contestação dessa estrutura podem desencadear a repulsa do indivíduo pelo coletivo. Na perspectiva de Sabourin (2006), os valores humanos são gerados da institucionalização das redes de reciprocidade e redistribuição em estruturas sociais e, inclusive, econômicas.

A relação de alteridade imbricada nos territórios ora conjuga, ora separa os diferentes grupos sociais: buraqueiros, beradeiros, quilombolas, índios Xokó, vaqueiros, agricultores, pescadores... sertanejos. Carneiro (1998) destaca que no seio da diversidade, a identidade do grupo é assegurada pela tomada de consciência de si, na relação estabelecida com os “de fora”. Nessa perspectiva, a identidade sertaneja fundamentada, sobretudo, numa sociedade pecuarista, sobressai como dominante, apresentando códigos que permeiam o cotidiano dos territórios. Todavia, sua diversidade paisagística e cultural torna-a passível de hibridismos (HAESBAERT, 2001; 2005), que fazem emergir do seu interior símbolos, tradições e práticas sociais que configuram identidades singulares, reivindicadas por grupos específicos.

O indivíduo não comunga uma única identidade, a inter-relação estabelecida com outros territórios em diferentes temporalidades e dimensões escalares permite-lhe se autorreconhecer em múltiplas identidades, algumas singulares, outras mais amplas. Foram identificados no município grupos sociais que reivindicam elementos identitários, que os tornam relativamente distintos dos demais sujeitos. Não querendo entrar em reducionismos, sobressaem nesse contexto grupos sociais com características simbólicas particulares e bem definidas, que exigem desse estudo uma apreciação específica. Não tem como falar de Porto da Folha sem remeter à peculiaridade identitária dos buraqueiros, beradeiros, quilombolas, índios Xokó e vaqueiros.

O território que legitima a identidade buraqueira é a sede do município, a típica cidade interiorana sertaneja, que mantém enraizamentos sociais, econômicos e culturais com o rural. Assim como ocorre em outras localidades do município e do sertão sergipano, predomina nesse grupo a população branca, denominada de galegos, cuja origem diverge entre historiadores dedicados aos estudos sobre a colonização e povoamento de Sergipe. Sobressai a hipótese da influência holandesa, decorrente da fixação no território desse povo durante a Invasão Holandesa em Sergipe no século XVII. Fala-se da influência espanhola e de galegos provenientes da Galícia. Destaca-se ainda uma referência à origem cigana, especificamente, dos indivíduos que compõem a comunidade da Restinga⁹.

A linguagem também configura elemento singular dos buraqueiros, considerada, para quem está de “fora”, “arrastada”, “cantada”, devido ao comumente prolongamento da pronúncia da sílaba tônica das

⁹ Comunidade situada na entrada da cidade (sentido município de Monte Alegre de Sergipe a Porto da Folha). Aqueles que são originários da Restinga são chamados de restingueiros. Devido ao estereótipo de marginalidade social e cultural dos ciganos no Brasil, os restingueiros renegam a hipótese da origem cigana.

palavras. Sobressaem também algumas expressões particulares como: maluco(a) besta (inocente; sem noção); num pode (negação; surpresa); fono (avarento); mas tá, mas tá (surpresa; insatisfação); espi, espi (surpresa; olhe para isso; veja isso); virar borboletão (nunca morrer); maluvado(a) (desobediente); cê acha (surpresa; indignação); pegar o boi (ser sortudo(a); conseguir algo); Ahh!; Ó! (interjeições utilizadas durante diálogos informais, exemplos: Ahh! Maluco besta, ó!; Ahh! Deixe disso!; Menino sem jeito, ó!). Teles (2005, p.1) ressalta que “a língua é um bem comum a todos, determinante territorial e cultural de um povo”.

Dentre as expressões culturais dos buraqueiros, as festas natalinas também adquirem uma tessitura particular. Os Natais são realizados nos principais logradouros da cidade e denominados de acordo com o nome dos principais organizadores ou com relação à toponímia das ruas atribuídas tradicionalmente pelos antigos moradores (Quadro 2).

Quadro 2 – Circuito Natalino, Porto da Folha/SE, 2019

Dia/Mês	Denominação do Natal
21/dez ¹⁰	Natal da Lagoa Salgada
24, 25 e 31/dez e 01/jan	Natal da Praça da Matriz
26/dez	Natal da Rua de Cima
27/dez	Natal da Coroa do Meio
28/dez	Natal das Sete Casas
29/dez	Natal de Zé Ceará ¹¹
30/dez	Natal da Rua da Baixinha

Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

¹⁰ Nas últimas edições o Natal da Lagoa Salgada foi realizado no sábado que antecede a véspera natalina em 24 de dezembro.

¹¹ Atualmente também denominado de Natal de Zé Bezerra.

Em 2019, o Circuito Natalino de Porto da Folha foi promovido entre os dias 21 de dezembro e 1º de janeiro. Na praça da matriz, as festividades ocorreram por quatro dias (24, 25 e 31 de dezembro e 1º de janeiro), enquanto nas demais localidades, o Natal foi promovido em dias distintos que antecederam ou sucederam os festejos da praça da matriz. São comemorações feitas pelo povo e para o povo (Foto 9). As ruas são tomadas pelas famílias locais e procedentes de comunidades adjacentes, que vivenciam o espírito natalino com a comensalidade de alimentos tradicionais como o manuê de arroz e a amorosa¹². Destacam-se ainda espaços estruturados pelo comércio informal com artigos religiosos e infantis, parques de diversão, jogos e brincadeiras tradicionais. Para Claval (2001, p.130), ao homem é “necessário entrepor à existência momentos de repouso, de distração e de jogo”.

Foto 9 – Natal da Praça da Matriz, Porto da Folha/SE, 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.
Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021

¹² Refresco produzido à base de corante artificial ou groselha.

O brinquedo mais desejado pelos participantes é o curre, engenhoca de madeira, semelhante a um carrossel, movida pela força humana. A tradição, mantida pelo antigo morador, Zé Malfeito, foi repassada para seus descendentes, que preservam ao longo de três gerações. Para animar o espaço, um grupo de cantadores entoam músicas no ritmo do forró pé de serra. Os brincantes, predominantemente adolescentes e crianças, em clima de alegria rememoram os feitos passados de seus pais e avós.

Preserva-se ainda o tradicional pau de sebo, que atrai a curiosidade da população, atenta à coragem e agilidade de homens que escalam um elevado mastro de madeira untado com sebo (gordura animal) com objetivo de alcançar o prêmio colocado no topo. Outra brincadeira vivenciada é o quebra-pote, cujas crianças de olhos vendados, depois de repetidos rodopios, e com o auxílio de uma vara, divertem-se na brincadeira centrada na tentativa de quebrar um pote, cheio de guloseimas, erguido num travessão de madeira. Enquanto isso, homens e mulheres buscam a “sorte grande” nos jogos de azar. Aglomerados nas bancas do jogo de vispa¹³, eles se mantêm atentos à marcação de cartelas, que para os vencedores, renderá um dinheiro extra para usufruir nos Nataizinhos.

Se a origem, a linguagem e a manutenção de manifestações tradicionais como os Nataizinhos são a marca simbólica dos buraqueiros, para os beradeiros a sua identidade é referenciada por costumes e hábitos regulados pelo cotidiano às margens do rio São Francisco. As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos grupos sociais são a pesca artesanal, a travessia fluvial de pessoas em canoas e lanchas, e os serviços de restaurantes e bares, cujo crescimento, sobretudo, no povoado Ilha do Ouro, deve-se aos estímulos de turistificação das práticas

¹³ Jogo de azar semelhante ao bingo, cujos participantes devem marcar em uma cartela numerações retiradas do bozó (saco de tecido). Vence o jogador que marcar três numerações de uma fileira horizontal da cartela.

de lazer: banho e passeio no rio e degustação da culinária local a base de pitú, camarão vermelho, pirão de peixe e pescados assados e regados ao leite de coco. Nos povoados Niterói, Mocambo e Ilha de São Pedro – também situados às margens do rio – foram identificadas as lavadeiras do São Francisco, que seguindo a tradição de suas mães, realizam a lavagem das roupas nas águas do Velho Chico.

As lavouras de arroz, orientadas pelo regime das cheias e vazantes do rio, constituíam o principal cultivo dessas comunidades ribeirinhas. Com as alterações provocadas pela construção de barragens no rio São Francisco, esse plantio foi eliminado e as comunidades adquirem esse alimento no mercado convencional. Os pescadores/agricultores que possuem acesso a terra, desenvolvem em áreas diminutas o cultivo consorciado de milho, feijão e hortaliças. Em contraposição a agricultura desempenhada por tais sujeitos, avançam nas terras situadas às margens do curso fluvial, estabelecimentos rurais voltados para a prática do veraneio e dedicados a fruticultura irrigada de melancia, banana, mamão e manga.

A afirmação das identidades quilombolas e Xokó consiste em um movimento de autodefinição imprescindível no processo de reterritorialização dos negros do Mocambo e dos índios da Ilha de São Pedro. Na perspectiva de Claval (2008, p.21), “é se opondo aos outros e, simultaneamente se identificando aos seus, que se constrói uma identidade”. Preservar suas tradições e legitimar-se enquanto povos distintos dos demais grupos sociais dominantes no sertão sergipano foram os primeiros passos para conquista e retomada de suas terras.

A vocação para o trabalho na terra associada a manutenção de atividades agropecuárias tradicionais e o modo de vida influenciado pelo cotidiano ribeirinho condiciona o afloramento nos territórios de identidades múltiplas: eles se consideram sertanejos, agricultores, pes-

cadores, beradeiros, mas, antes de tudo, quilombolas e Xokó.

Nos territórios onde estão situadas as terras dos quilombolas e dos indígenas, predominam reservas de caatinga praticamente intactas. Foi identificada entre esses grupos, o respeito à conservação da natureza. É da caatinga que eles retiram as ervas (raízes, cascas, folhas e flores) utilizadas na elaboração dos chás, lambedores e garrafadas que cuidam das enfermidades físicas dos membros da comunidade. Algumas plantas também compõem rituais de rezas, realizados por benzedoras(os), que curam as enfermidades espirituais como o mal olhado, o ar ruim, o fogo selvagem, a espinhela caída e os males da cabeça. Referente, especificamente ao povo Xokó, é na mata que eles iniciam rituais de definição das lideranças da comunidade, a dança do Toré e o agradecimento e respeito às divindades.

O modo de vida que regula a rotina desses grupos está, intimamente, associado ao desempenho de atividades agrícolas, predominando os cultivos tradicionais consorciados de milho, feijão, fava, abóbora e mandioca. O trabalho é realizado coletivamente pelas famílias que se revezam entre o plantio e a colheita. No preparo da terra, foram identificadas modificações da base técnica com o uso de arado mecânico. Entretanto, os agricultores empregam procedimentos como a limpeza artesanal da roça, contrapondo-se a métodos produtivos que fazem uso de agrotóxicos. É da terra que os índios Xokó também retiram o barro (argila) utilizado na elaboração das panelas pelas mulheres da comunidade.

A aculturação dos negros e dos indígenas fragmentou as manifestações culturais desses grupos, especialmente, as expressões religiosas dos seus ancestrais. No Mocambo, os quilombolas foram convertidos ao cristianismo católico romano, fator que contribuiu para a dissolução das religiões de matriz afro-brasileira. A principal herança

dos seus antepassados é o samba de coco, cujos participantes, vestidos de branco, dançam e entoam cânticos de valorização da coragem e força do negro.

Apesar do povo Xokó ser convertido ao catolicismo, na Ilha de São Pedro há o cruzamento cultural com expressões religiosas animistas. É por intermediação da mãe natureza, dos seus deuses e ancestrais que são predestinados o cacique e o pajé, lideranças da comunidade. O ritual do Ouricuri, cerimônia secreta com participação exclusiva dos indígenas, possui dentre as práticas a beberagem da jurema e a dança do Toré, manifestações que transcendem os indígenas para o contato com suas divindades e seus antepassados.

Na Festa da Retomada, comemorada no dia 9 de setembro, os índios realizam o Toré (Foto 10), reverenciando seus deuses pela luta e conquista da Terra Caiçara. A dança ritmada por cantos, pela batida do pé e por instrumentos artesanais tem a participação das crianças e mulheres e homens adultos. Todos apresentam pinturas tribais corporais à base de jenipapo e urucum, os homens usam calções pretos, lanças de madeira e cocares de pena e palha, enquanto as mulheres travestem acessórios artesanais, saias de palha e blusas brancas. Os pontos centrais da dança é o mastro com a bandeira do povo Xokó – que leva o desenho de um cocar e a data de retomada das terras – e o cruzeiro erguido defronte à capela de São Pedro, padroeiro da comunidade. Ainda dançando eles adentram a igreja, onde é celebrada a missa pelo pároco e/ou pelo bispo.

Foto 10 – Dança do Toré na Festa da Retomada, comunidade Ilha de São Pedro, 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021

Os índios participam da comunhão e realizam cânticos e orações do catolicismo, todavia, a missa difere das celebrações comumente realizadas pela Igreja Católica. O espaço do altar, geralmente centralizado na figura do celebrante católico, é também compartilhado com o pajé, o cacique e outros membros da comunidade. Após a bênção final, os líderes indígenas falam em nome da comunidade, reportam para a luta do seu povo e afirmam que esse é território Xokó.

Na configuração territorial do município, destaca-se ainda a figura singular do vaqueiro. O seu espaço de domínio abrange diversos territórios que ultrapassam a limitação do recorte espacial estudado. A lida na pecuária ou a “vida de gado”, como preferem chamar, fundamenta seu cotidiano, seu modo de vida. O vaqueiro compreende um ator imprescindível na ocupação e formação sociocultural do sertão nordestino. Na perspectiva de Diniz (1996), foi utilizando-se da quarteação

– sistema de compensação de trabalho nos grandes estabelecimentos rurais –, que ele se transformou em pequeno criador de gado. No ano de 2013, atendendo a reivindicações dos vaqueiros foi sancionada a Lei nº 12.870, que dispõe sobre o reconhecimento do exercício da sua atividade profissional. Em seu art. 2º “considera-se vaqueiro o profissional apto a realizar práticas relacionadas ao trato, manejo e condução de espécies animais do tipo bovino, bubalino, equino, muar, caprino e ovino” (BRASIL, 2013). Além de reconhecer a categoria, a lei contribui para preservar as práticas sociais e culturais desempenhadas por esse sujeito.

O fruto do seu trabalho é o pequeno rebanho de bovinos com predomínio das chamadas vacas parideiras, que lhe garante a obtenção diária do leite – produto com valoração de uso e troca – utilizado na reprodução social da família. Apesar do valor atribuído aos bovinos, para o vaqueiro seu animal favorito é o cavalo. No sertão, dominado pelo ciclo do gado, é o cavalo que o acompanha na rotina diária e nas pegas de boi no mato.

Enquanto conduzem o gado, os vaqueiros entoam os aboios, canto livre de improvisação, marcado por vogais. O aboio geralmente inicia e finaliza com uma incitação a boiada: *ei boi, boi brabo, ei lá* (CASCUDO, 1999[1954]). Os que são salientados como bons aboiadores também são exímios nas toadas. Trata-se de canções breves e improvisadas de pequenos versos e refrãos, entremeadas com aboios. Essas cantigas retratam a lida com o gado, feitos heroicos, histórias de amor e recordações dos amigos.

Também são singulares as vaquejadas, festas protagonizadas pelos vaqueiros que, montados em seus cavalos, adentram a caatinga para capturar o gado. Sua proteção vem da fé em Deus e da indumentária de couro curtido: guarda-peito, gibão, perneiras, luvas, chapéu e sapatos de couro, que os protegem dos espinhos, trocos retorcidos e espécies de

plantas urticantes. O cavalo também possui acessórios de couro como a sela, utilizada como acento na montaria, e a cabeceira e o peitoral, que protegem o animal do impacto com a vegetação.

Na saída da caatinga, o vaqueiro é recebido por sua família e pelos espectadores como um herói. Orgulhoso, ele expõe as marcas na sua face como símbolo de valentia e bravura. Os riscos da atividade, a indumentária de couro e a coragem ao adentrar no mato são elementos que os tornam seres dotados de uma identidade particularizada, alicerçada na história e na labuta diária do sertanejo.

As festividades populares, expressões simbólicas do sertão, traduzem a relação de pertencimento do homem com o território. Para além das vaquejadas, serão retratadas no subcapítulo seguinte as manifestações festivas que remetem à cultura pastoril do sertanejo.

5.2 Festividades tradicionais: a cultura como elemento de territorialidade

As festividades configuram manifestações culturais que reavivam os territórios e têm a capacidade de aglutinação de pessoas em busca de propósitos comuns: festejar, rever familiares e amigos, comemorar o final ou início de um novo ciclo, agradecer e pedir bençãos aos deuses. Elas dão ritmos aos importantes momentos da vida familiar e marcam os tempos da vida coletiva, religiosa e cívica (CLAVAL, 2001). A persistência e (re)invenção (HOBSBAWM, 2012) dessas manifestações possibilita a comunidade interpretar a história e conhecer o território em diferentes temporalidades.

A festa, ao apresentar referência ao passado remete ainda a um território material, ou imaterial. Ela é parte “integrante de uma terri-

torialidade simbólica pela qual os grupos afirmam e reivindicam sua identidade cultural” (BOSSÉ, 2004, p.168). Apesar de sua condição transitória, as simbologias que as constituem, não raro, traduzem uma realidade condizente com sua dinâmica social, econômica e cultural, bem como, com a identidade daqueles que vivem as manifestações, conforme se pode observar a seguir.

5.2.1 Entre vaqueiros e cavaleiros: a afirmação da identidade sertaneja pastoril

A formação econômica e social do sertão sergipano está intimamente vinculada ao desenvolvimento da pecuária. Diante desse contexto, diversas festividades associadas à cultura pastoril foram (re)inventadas, constituindo importantes marcadores identitários dos grupos sociais. Neste estudo são destacadas a importância simbólica das vaquejadas, cavalgadas, corridas de argola e corridas de mourão.

A vaquejada tem sua origem na festa da apartação, organizada por fazendeiros que convidavam vaqueiros das localidades circunvizinhas e de seu estabelecimento para recompor o gado solto na mata com vistas à comercialização (ABREU, 1930; MENEZES; ALMEIDA, 2008). O caráter extensivo da pecuária na caatinga, até a segunda metade do século XX, demandava habilidade e coragem para os vaqueiros, que tinham como trabalho nas fazendas a missão de recolher e capturar o gado bravo na mata fechada, coberta por vegetação herbácea e cactácea espinhosa, arbórea e arbustiva de troncos retorcidos. Nos relatos dos vaqueiros sobre sua saga nas pegas de boi no mato, é reportado o processo de invenção da vaquejada, enquanto festa, devido a decadência da pecuária extensiva na caatinga.

Além de uma atividade do campo ou festa, a vaquejada configura-se como marcador identitário de grupos sociais do sertão. A diminuição da cobertura vegetal, substituída pelas pastagens, e o cercamento das propriedades, tornou a busca pelos bovinos na caatinga uma prática irrelevante. Todavia, com a finalidade de manutenção da tradição, a atividade é transformada em festividade e prática de lazer. Na perspectiva de Menezes e Almeida (2008, p.184), o trabalho do vaqueiro “torna-se festa; a seriedade do trabalho como cumprimento da obrigação torna-se alegria, que se reveste no encontro com os amigos, na demonstração de habilidade, de destreza, de vigor físico dos sertanejos”.

As vaquejadas são realizadas durante todo o ano em estabelecimentos rurais e nas imediações da sede do município e têm como protagonistas os vaqueiros. As festas que ocorrem isoladamente nas fazendas ou são promovidas por pequenos criadores de gado possuem um porte menor. Configura-se como um encontro entre amigos, com a presença de poucos participantes e um número reduzido de reses soltas na caatinga. Assim como abordado por Menezes e Almeida (2008), foi identificado que, nessas festividades, as premiações para os vaqueiros que capturam o gado nas corridas apresentam, geralmente, um pequeno valor quantitativo, convertidos em remuneração em capital, artigos para o vaqueiro, caprinos, ovinos, galinhas e bebidas. Os prêmios, não raro, são inferiores ao valor da inscrição efetivada pelo vaqueiro. Por sua vez, essa condição não torna a vaquejada irrelevante: o que importa é competir e a “consideração” pelos amigos que a organizou.

Práticas cultural-religiosas do sertanejo também são protagonizadas durante as vaquejadas. Costuma-se ocorrer à realização de missas e benções no início ou final das festividades. Os cortejos da alvorada e do encerramento levam a imagem dos santos padroeiros dos lugares. As pegadas de boi no mato ocorrem, predominantemente, nos sábados e às quartas-feiras. Embora já ocorram vaquejadas aos domin-

gos, alguns vaqueiros preferem não participar das festas nesse dia, por considerarem um dia santo, de resguardo.

Algumas vaquejadas que, a princípio, possuíam uma pequena dimensão foram transformadas em grandes eventos. É o caso da Festa do Vaqueiro¹⁴, realizada desde o ano de 1969 na sede do município de Porto da Folha. Essa festividade ganhou grandes proporções, transformando-se em atrativo turístico. Além da missa e desfile do vaqueiro, que ainda perduram, ocorreu o aumento dos dias festivos, foram inseridos o concurso para a escolha da rainha da vaquejada, os *shows* com músicos de estilo *country*, de forró eletrônico e bandas de axé.

Participam da festa mais de 500 vaqueiros e, diferentemente das vaquejadas promovidas pelos pequenos criadores de gado, na Festa do Vaqueiro de Porto da Folha o valor da inscrição é elevado, chegando a R\$ 240,00 no ano de 2015, e as premiações variam em valores em dinheiro e motocicletas. Os vaqueiros das comunidades e municípios circunvizinhos preparam-se durante o ano para participar da festa, considerada “a mãe das vaquejadas”. No entanto, as limitações impostas pelo elevado valor das inscrições, não raro, excluem a participação de muitos vaqueiros. Constatou-se ainda um processo de informatização das inscrições, dispondo os participantes da alternativa de pagamento eletrônico por meio de depósitos e transferências bancárias.

A adesão a elementos inovadores não indica que as antigas estruturas culturais tornaram-se obsoletas (HOBBSAWM, 2012). A cultura não pode ser apreendida enquanto um conjunto fechado e inflexível de comportamentos, normas, práticas e técnicas. Para Claval (2001,

14 A Festa do Vaqueiro de Porto da Folha foi idealizada por Frei Angelino. Natural de Porto da Folha e fundador de uma Comunidade Eclesial de Base – CBS no município, o frei vislumbrava a realização da festa como uma forma de valorizar as práticas rotineiras e culturais do vaqueiro, bem como, aproximar para a igreja os homens e mulheres pobres do campo.

p.63), ela está arraigada a um passado e mergulha no território, o que não a impede de se transformar “sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio”. As modificações as quais perpassam as vaquejadas constituem, predominantemente, uma busca constante pela preservação da tradição.

Os dias festivos ocorrem na sexta (abertura), sábado (corrida no mato) e domingo (encerramento) do último final de semana do mês de setembro. A escolha da data está associada aos saberes tradicionais dos vaqueiros com relação às características climático-botânicas do semiárido: trata-se do período que, predominantemente, não chove, mas, a caatinga ainda está verde devido à proximidade com o fim do período chuvoso.

Durante a festa, a sede do município é tomada por cavaleiros procedentes de Sergipe e demais estados do Nordeste do Brasil. A cidade, regulada por hábitos e costumes do campo, denota a força da ruralidade tradicional sertaneja, que contrasta com os elementos da cultura urbana trazida pelos milhares de turistas. Muitos desses desconhecem a origem e a dinâmica da pega de boi no mato, mas, são atraídos pelo *marketing* e pela proporção que o evento adquiriu. Foram identificadas diferentes representações atribuídas à festa pelos visitantes, vaqueiros e buraqueiros. Para os dois últimos, a vaquejada carrega símbolos e elementos identitários, que qualificam e dão significado à sua vida. Para os turistas, especialmente, aqueles não procedentes do sertão, a festa possui apenas valor de entretenimento e diversão.

Nos meses que antecedem o evento, as chácaras, residências, pousadas e hotéis são previamente alugados pelos visitantes. O comércio local é impulsionado, e durante os dias festivos são montadas, nas ruas e praças, barracas com artigos para o vaqueiro (selas, chapéus, cabrestos, botas, tacas e esporas), parques de diversão, bares e lanchos

netes ambulantes, estrutura voltada para atender os participantes da festa. Cavaleiros, amazonas e demais participantes da festa travestem-se, principalmente, com roupas que remetem à dinâmica do espaço rural, sobressaindo o uso de botas, chapéus e calças *jeans* em combinações que se aproximam do estilo *country*. Vaqueiros tradicionais preferem utilizar acessórios de sua indumentária de couro como expressão de valorização, orgulho e satisfação de pertencer à cultura vaqueira.

Nas duas últimas décadas, a festa foi fomentada pelo poder público em uma perspectiva de atração turística. Suas ações estão voltadas, predominantemente, à organização do comércio informal alocado nas ruas e a contratação de *shows* musicais vislumbrando a atração de turistas e visitantes. Além disso, houve uma iniciativa junto à Associação Recreativa Parque Nilo dos Santos – a quem compete a promoção da festa – de valorização de manifestações tradicionais, como os forró pé de serra no clube do vaqueiro e a pega de boi no mato.

Nesse contexto, deve-se enfatizar o protagonismo dos membros da associação, formada, predominantemente, por vaqueiros e agricultores, no trabalho para angariar recursos financeiros direcionados à manutenção das representações tradicionais da festa, como os cortejos de vaqueiros e cavaleiros na alvorada e encerramento da vaquejada, o incentivo aos grupos de forró pé de serra e de aboiadores, bem como, a valorização das pegas de boi no mato.

As corridas são realizadas no Parque de Vaquejada Nilo dos Santos, nas imediações da comunidade Serra dos Homens (Foto 11). Em duplas ou em grupos, os vaqueiros montados em seus cavalos, usando suas vestimentas de couro, adentram a caatinga com a finalidade de capturar o boi, previamente sorteado. Nesse espaço, a festa remonta à sua origem: o vaqueiro com suas indumentárias de couro, exibindo suas faces cortadas e machucadas, o curral velho com o bravo gado “pé

duro”, o locutor e aboiadores improvisando toadas, e o salão de dança com forró pé de serra e de vaquejada.

Foto 11 – Pega de boi no mato, Festa do Vaqueiro de Porto da Folha, 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.
Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021

Além da Festa do Vaqueiro de Porto da Folha, foi identificada outra vaquejada que vem adquirindo grandes proporções. Trata-se da pega de boi promovida por quilombolas da comunidade Mocambo, juntamente com agricultores do povoado Lagoa da Volta. Conforme o locutor Maurício do Pajeú, essa festa é a segunda maior pega de boi no mato do município de Porto da Folha. A vaquejada é realizada na reserva de caatinga pertencente à comunidade quilombola do Mocambo e atrai vaqueiros sobretudo de Sergipe, Alagoas e Bahia. As premiações variam entre valores em dinheiro, carneiros, bodes e bovinos.

Na Fazenda Pajeú é promovido ainda o Circuito de Vaquejada no Mato. As corridas ocorrem durante todo o ano nas quartas-feiras e aos sábados, e são disputadas entre turmas de vaqueiros procedentes

das comunidades locais e municípios circunvizinhos, que se dividem em duplas de corrida. Os vaqueiros que pegarem as reses são classificados para disputar a pega de boi no mato que ocorre no último dia do circuito. Nesse dia, a festa atrai inúmeros vaqueiros e espectadores que, em meio ao consumo de bebidas alcoólicas e forró nos estilos pé de serra e vaquejada, esperam em pontos estratégicos da caatinga a consagração do vaqueiro vencedor da disputa.

Durante as vaquejadas não foi identificada a participação de mulheres nas corridas. Nos relatos obtidos, somente o nome de Tereza Pinote foi mencionado como um dos raros exemplos de mulheres, que outrora tenham vivenciado a experiência da pega de boi no mato em Porto da Folha. Já falecida, Tereza Pinote atuava na organização da Festa do Vaqueiro, realizava o ofício de parteira e destacou-se como a primeira mulher vereadora eleita do município. Diante da sua postura de liderança na comunidade era considerada uma mulher à frente de seu tempo.

Reitera-se que a reduzida participação das mulheres como vaqueiras remonta a uma questão de gênero e apresenta fundamento nas discussões já realizadas por Woortmann e Woortmann (1997), que analisaram a divisão de tarefas entre mulheres e homens agricultores(as) no sertão e agreste sergipano. Nesse sentido, os autores reportam que o espaço de dentro é domínio das mulheres, e o espaço de fora é domínio do homem. Logo, a pega de boi realizada no espaço de fora (a caatinga também era originalmente um espaço de pastejo), consiste em uma atribuição do gênero masculino. Nota-se, inclusive, a inexistência de reivindicação entre as mulheres de disputar e apoderar-se desse território. Nas vaquejadas elas são brincantes da festa e espectadoras que aguardam, angustiadas e ao mesmo tempo orgulhosas, o reconhecimento da coragem dos seus filhos, companheiros, pais e irmãos.

Associada às pegadas de boi no mato, foi criada nas últimas três décadas as cavalgadas (Foto 12). Durante a realização das vaquejadas, os espectadores que não participam das corridas (agricultores e trabalhadores liberais), assim como os vaqueiros, costumam cavalgar em seus cavalos nas fazendas e localidades onde são promovidas as festas. Essa prática foi constatada na Festa do Vaqueiro de Porto da Folha e na Festa do Vaqueiro do Povoado Lagoa da Volta e dos Quilombolas, cujas localidades são tomadas por centenas de cavaleiros.

Foto 12 – Cavalgada, povoado Lagoa do Rancho, 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021

A prática de cavalgar, intrínseca às atividades pastoris do sertanejo, transcende o território cultural das vaquejadas e adquire atributo de festa com a denominação de cavalgada. Sua organização tem contribuição direta dos vaqueiros, reconhecidos enquanto personagens imprescindíveis na realização do evento. Colaboram ainda nos preparativos grupos de recreação de cavaleiros e lideranças locais, que angariam

recursos junto aos agricultores, comerciantes, trabalhadores liberais e grupos políticos.

Desprovida de incentivos públicos e empresariais, as cavalgadas caracterizam-se pela inexistência do *marketing*, sendo promovida pelos atores locais. Elas são realizadas durante todo o ano em comunidades rurais e na sede do município, e atraem comboios e caravanas de vaqueiros e cavaleiros de diversas localidades situadas no sertão sergipano. Em um palanque erguido para apresentação de *shows* musicais, o locutor e os aboiadores anunciam e agradecem à chegada das turmas por meio de toadas. Os versos também homenageiam os organizadores da festa, os antigos vaqueiros e as pessoas que foram importantes para o desenvolvimento da comunidade.

O momento mais esperado é o desfile que apresenta à frente amazonas trajadas de vaqueiras ou no estilo *country*, levando as bandeiras do município, do estado de Sergipe e do Brasil. Vaqueiros com suas indumentárias de couro trazem faixas que saúdam a cavalgada, e um carro de som leva o locutor e os aboiadores. Logo depois, dispostas em duas fileiras, vêm os comboios e grupos de cavaleiros.

Após a finalização do desfile, ocorrem diversas premiações para a amazona mais bonita, o vaqueiro mais novo, o vaqueiro mais velho, o vaqueiro da localidade mais distante, o cavalo mais bonito, o cavalo mais feio e o cavalo mais adestrado. Os prêmios possuem um valor simbólico e variam entre artigos para o vaqueiro e bebidas. Posteriormente, ocorre a apresentação de *shows* com músicos locais e regionais, cujas danças são ritmadas pelo forró eletrônico, pé de serra e de vaquejada.

A relação identitária do sertanejo com a prática de cavalgar e com as atividades pastoris motivou ainda a criação das corridas de argola (Foto 13). Conforme ressaltado pelos corredores, essa tradição apre-

senta semelhança com as argolinhas e cavalhadas.

Foto 13 – Corrida de argola, comunidade Craibeiro, 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021

Câmara Cascudo (1999[1954]) menciona que a argolinha é uma manifestação cultural realizada em Portugal desde o século XV e foi trazida para o Brasil no período da colonização. Conforme o autor, “pendendo de um arco ou poste enfeitado, uma argolinha deve ser tirada pela ponta de lança do cavaleiro, em desfilada. A argolinha enfiada na lança era oferecida a uma autoridade ou às moças e senhoras, havendo prêmios” (CASCUDO, 1999[1954], p.103). A corrida de argola também se assemelha às cavalhadas, manifestação cultural de influência europeia medieval.

Baseando-se ainda no referencial de Cascudo (1999[1954]) e nos relatos dos corredores de argola, as cavalhadas compreendem competições entre cavaleiros que, mediante corridas com lança, têm

o objetivo de retirar uma argola colocada entre duas hastes de madeira erguidas e encravadas no solo. A disputa é realizada por duas equipes de corredores, compostas por integrantes distintos por cores, predominantemente, azul e vermelha, representando, respectivamente, os cristãos e os mouros ou os encarnados. Os cavalos e os cavaleiros são ornamentados com fitas de suas respectivas cores. Nas cavalhadas estão embutidas simbologias atreladas ao catolicismo popular. Em muitas competições, antes do início da batalha, os participantes saúdam em uma capela o santo padroeiro, pedindo sua proteção. Da mesma forma, no término das corridas os integrantes prestam uma homenagem ao santo defronte à igreja. Além disso, uma banda de pífanos é responsável pela animação, que acompanha o cortejo ao local da batalha, e um trio de jurados é incumbido de fiscalizar a corrida e declarar o grupo vencedor. As cavalhadas atualmente não são promovidas no município de Porto da Folha. Todavia, os corredores rememoraram características das competições, reportando para semelhanças e diferenças em relação às corridas de argola.

A principal similaridade entre as cavalhadas e as corridas de argola é a destreza do cavaleiro, que tem como finalidade tirar com uma lança a argola colocada entre as hastes de madeira. Diferentemente da cavalhada, na corrida de argola as competições não são realizadas por equipes, mas, individualmente pelos vaqueiros. Nota-se ainda a inexistência de ornamentação das vestimentas e dos cavalos, além da não relação simbólica com alguma divindade.

Os participantes das disputas apontaram também modificações intrínsecas às corridas, destacando mudanças nas regras de pontuação¹⁵, diminuição do tamanho da lança – atualmente, assemelhando-se a um

¹⁵ Outrora, cada argola possuía uma pontuação e o maior somatório implicava na vitória do cavaleiro. Atualmente, ocorrem corridas classificatórias, que levam para uma etapa final de corridas.

punhal –, bem como, a redução do raio da circunferência da argola. Para os organizadores das festas, as mudanças exigem mais habilidade, destreza e treino dos cavaleiros. As competições atraem corredores do sertão sergipano e alagoano, mas também do agreste e litoral de Sergipe. Os espectadores, que assistem às corridas e à apresentação de músicos locais, são procedentes da comunidade onde é realizada a festa e das localidades adjacentes.

As competições configuram-se como momento de encontro entre amigos, não apresentando conflito e acirramento entre os participantes. As premiações variam entre valores em dinheiro, animais do campo, bebidas e utensílios domésticos e para o cavaleiro, não raro, agregando menor valor que as despesas com o deslocamento até o local da festa e a inscrição. Desprovida de apoio do poder público, a manutenção das corridas compete ao protagonismo de vaqueiros, agricultores e grupos de recreação, que ressaltam a necessidade de estímulo à valorização e preservação da manifestação cultural.

A relação identitária com a festa fomenta a manutenção e a transmissão da tradição pelos corredores de argola. Os significados que permeiam as competições são elementos que atribuem sentido à vida desses homens. Os corredores confiam a manutenção e transmissão da tradição aos seus filhos, netos e sobrinhos. Para Claval (2001; 2008), a família e a comunidade local são matrizes fundamentais na difusão da cultura, que constituem parte essencial da vida dos grupos sociais. É por meio de suas projeções e de seu grupo social que interiorizam os valores, costumes e tradições que configuram a identidade que necessitam.

Em consonância com as transformações recentes da pecuária – melhoramento genético dos equinos, criação extensiva em pastagens e redução da cobertura vegetal – foi criada a corrida de mourão (Foto

14), que atualmente também se destaca pela capacidade de aglutinação de pessoas em torno da festa. As competições são realizadas por duplas com o objetivo de derrubar, em uma faixa demarcada por cal, o boi solto em uma arena de areia. Apesar de dominada pelos homens, foram identificadas mulheres que participam das competições.

**Foto 14 – Corrida de mourão,
Parque de Vaquejada Alan Alves, 2015**



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.
Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021

Maia (2003), ao discutir sobre as corridas de mourão, trata essa manifestação enquanto uma reinvenção da pega de boi no mato, todavia, marcada, notadamente, pela descaracterização das práticas e elementos identitários que compõem a tradicional vaquejada na caatinga. Para Menezes e Almeida (2008), a vaquejada de mourão reflete a conjuntura do capital no processo de apropriação e ressignificação da festa. Assim como ressaltado pelas autoras, constatou-se que as corridas de mourão não são atrativas para os vaqueiros do mato, que as consideram pouco

animadas, com elementos elitizados e excludentes. A incorporação de novos elementos em substituição as práticas tradicionais da vaquejada na caatinga, além da mercantilização da festa, dependente de grandes investimentos financeiros para quem a promove e para os participantes das competições, torna o evento pouco atrativo e sem “brilho” para os vaqueiros das pegadas de boi no mato.

Em Porto da Folha, foram identificados eventos e circuitos no Parque de Vaquejada Dona Neli, situado nas proximidades da sede municipal, e no Parque de Vaquejada Alan Alves, povoado Linda França. Além disso, muitas fazendas possuem arenas destinadas a competições menores ou para treino dos vaqueiros.

As vaquejadas são realizadas no interior dos estabelecimentos rurais e promovidas por fazendeiros e empresários. A festa apresenta um caráter eminentemente privado, com controle de pagamento para ingresso nos espaços delimitados para *shows*, estacionamento de veículos e, em alguns eventos, para assistir às competições.

Diferentemente dos vaqueiros do mato, muitos cavaleiros que participam das corridas de mourão possuem contratos assinados por fazendeiros e empresários, que detêm o controle parcial das premiações conquistadas nas competições. Os vaqueiros são transformados em profissionais especializados nas corridas. Diante disso, para os competidores, a corrida de mourão é uma alternativa de reprodução social e uma oportunidade de ascensão econômica.

As corridas são subdivididas nas categorias: aspirante, constituída por iniciantes; amador, formada por vaqueiros com habilidade superior à do iniciante; e profissional, que agrupa os cavaleiros mais experientes. O capital investido nas premiações varia de acordo com as categorias, situado, predominantemente, entre R\$10.000 e R\$ 50.000.

Os valores das inscrições alternam, majoritariamente, entre R\$ 400 e R\$ 2.000 e também estão em conformidade com o tipo de categoria e as premiações das vaquejadas, conjuntura que exclui a participação de pequenos agricultores e vaqueiros de classe baixa.

Quando confrontados os elementos e as práticas que compõem as corridas de mourão e as pegadas de boi no mato, notam-se mais diferenças do que semelhanças. A caatinga cede espaço para a arena de areia; arquibancadas são construídas para o público; a iluminação do local permite que as competições adentrem a noite e a madrugada; predominam as reses da raça nelore em substituição ao gado “pé duro”; ao invés dos rústicos cavalos, são utilizados equinos resultantes de melhoramento genético; os locutores não possuem a arte do aboio; não se vê vaqueiros com seus trajes de couro; e os confortáveis *trailers* com cômodos climatizados e suítes são ambientes de descanso desfrutados por muitos cavaleiros e suas famílias. Apesar da presença de uma massa relevante de espectadores de diferentes classes sociais, a corrida de mourão é uma festa produzida e usufruída, sobretudo, pela elite, compondo territórios de segregação social.

A importância econômica da festa, apresentando-se enquanto um “grande negócio” para empresários e fazendeiros, estimulou sua expansão para os centros urbanos e, inclusive, para outras regiões do país. Vaqueiros entrevistados durante as pesquisas de campo relataram que já participaram ou têm conhecimento de vaquejadas que ocorrem em outros estados do Nordeste e, também, do Sudeste, Centro-oeste e Norte do Brasil.

Apesar da espetacularização e elitização da festa, observa-se que a vaquejada de mourão emerge como uma nova tradição intrínseca à identidade de grupos sociais do sertão, sobretudo para aqueles cujas famílias mantiveram, até recentemente, poderio local pautado na con-

centração fundiária ou experimentaram nas últimas décadas ascensão econômica com o fortalecimento de atividades da agropecuária. Para esses grupos, as competições configuram um novo estilo de vida. Influenciados por gerações passadas, nessas festas adolescentes competem e almejam tornar-se grandes profissionais das corridas de mourão.

As festas de Porto da Folha traduzem ainda a relação entre religiosidade e identidade na constituição das ruralidades tradicionais. Essas manifestações reanimam os lugares e são, para homens e mulheres, refúgios de renovação material e espiritual.

5.2.2 *Mulheres e homens de fé: valores e devoção na definição das ruralidades*

As manifestações do sagrado costumam ocorrer em festividades de devoções. Para Claval (2001), as festas que marcam os tempos de vida coletiva, como as religiosas, são organizadas em datas fixas e representam acontecimentos de expressividade do lugar. Bonjardim e Almeida (2013) mencionam que em Sergipe o ápice da manifestação simbólica atrelada à Igreja Católica é a festa do padroeiro, cujos fiéis se voltam para a invocação do sagrado e reforçam experiências compartilhadas historicamente pelos grupos sociais.

Até meados do século XX as precárias estruturas de comunicação implicavam relativo isolamento das comunidades rurais no sertão. Essa conjuntura, atrelada a inconstante presença de padres no interior de Sergipe, proporcionou a autonomia entre os habitantes residentes no campo na realização de rituais tradicionais, como ofícios, novenas, batismos e a organização das festas dos padroeiros. Apesar da expansão das redes de informação e comunicação e da territorialização da Igreja

em Porto da Folha, a ausência de imposições clericais durante décadas propiciou o desenvolvimento de práticas, costumes e expressões de fé fundamentadas nas convicções e percepções dos grupos sociais que formavam as comunidades rurais.

Soma-se a isso, a concepção religiosa da Teologia da Libertação difundida por sacerdotes no final da década de 1960 mediante a fundação de uma Comunidade Eclesial de Base – CBS¹⁶ no município. Essa concepção religiosa constitui uma prática dominante no município até a década de 1990. Em defesa da justiça social, os religiosos aproximaram-se de grupos excluídos – lavradores, sem-terra e comunidades tradicionais –, atrelando a literatura católica e bíblica ao cotidiano dos sujeitos.

Tais condições propiciaram a formação de costumes locais entremeados à cultura-religiosa popular. Na vida social e cultural dos habitantes, as marcas do sagrado estão intrínsecas na construção de casas de oração nas margens das estradas em memória aos mortos em acidentes, na edificação de estátuas de santos, na elevação de capelas, nos ofícios, novenas e benditos populares e nas benzedeadas que curam os males do ar e do olho gordo com rezas e ervas medicinais.

Mais representativas são as festas dos santos padroeiros realizadas nas paróquias (Porto da Folha possui três paróquias: Nossa Senhora da Conceição na sede municipal, Santa Luzia no povoado Lagoa da Volta e São José no povoado Lagoa do Rancho) e capelas situadas no espaço rural e urbano, as devoções aos santos do ciclo junino e as comemorações do calendário litúrgico, destacando-se a Semana Santa e o Natal. Todavia, compreender a simbologia de todas as manifestações cultural-religiosas ultrapassaria os limites do objeto de análise desse

16 Destacam-se como sacerdotes atuantes na CBS do município: Frei Angelino, Frei Juvenal Vieira Bomfim, Frei Roberto Eufrásio de Oliveira, Frei Enoque Salvador de Melo e Padre Isaías Carlos Nascimento Filho.

estudo. Logo, este trabalho limitar-se-á às comemorações religiosas da festa de Bom Jesus dos Navegantes, de São José, dos festejos juninos e de Santa Luzia, que incorporam, nitidamente, elementos do cotidiano rural e das estruturas sociais e econômicas do território. Assim como as demais representações, tais manifestações contribuem para a redefinição das ruralidades.

Em janeiro as comunidades ribeirinhas rendem homenagens a Bom Jesus dos Navegantes (Foto 15). No povoado Ilha do Ouro as comemorações são realizadas na segunda semana do referido mês. A procissão fluvial de embarcações nas águas do rio São Francisco consiste na principal manifestação cultural da festa. É o momento em que os beradeiros saúdam o santo padroeiro protetor dos pescadores e navegantes. A festa também se destaca pela expressividade de práticas profanas e pela atração de visitantes que se aglomeram nas praias, bares e restaurantes situados às margens do rio.

Foto 15 – Procissão fluvial de Bom Jesus dos Navegantes, Ilha do Ouro, 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.
Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021

A despeito da proximidade e inter-relação com outras culturas do próprio município, os elementos culturais que regulam o cotidiano do beradeiro, diferenciam-se do modo de vida do homem do interior do sertão. Esse último não dispõe da água em abundância e dos alimentos ofertados pelo rio – maiores riquezas dos pescadores –, nem tampouco é devoto de Bom Jesus dos Navegantes, que protege os desbravadores das águas do rio São Francisco.

Para os sertanejos tradicionais do interior seco do município, a festa mais esperada é a de São José (Foto 16). Trata-se de uma festividade sagrada entre os agricultores, que confiam ao santo à graça da chuva no semiárido. No dia festivo, em 19 de março, o sertanejo aguarda com fé pelas “bênçãos de águas do céu”, mas, se, para a aflição do agricultor, não vem a chuva, passa-se, segundo Andrade (2005), a se prevenir para uma provável estiagem.

Foto 16 – Procissão de São José, povoado Lagoa do Rancho, 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.
Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021

O período da estação chuvosa no semiárido, quando ocorre, costuma iniciar em meados do mês de março. O sertanejo, cuja cultura está embasada em valores religiosos, associa as alterações do clima a São José, que passa a ser venerado como protetor do agricultor. A associação do santo ao clima é uma manifestação cultural do homem religioso, que visualiza a natureza não apenas como um bem natural, mas também, carregada de elementos sagrados (ROSENDAHL, 2002).

É no dia 19 de março que o sertanejo invoca o santo e, em uma demonstração de fé, semeia a terra e planta o milho para comer na noite de São João. Caso as chuvas sejam promissoras, o mês de junho será de fartura no sertão. Por esse motivo, muitos sertanejos fazem referência a São José como o primeiro santo do ciclo junino. Todavia, deve-se ressaltar que a introdução de sementes transgênicas de milho no território, mais resistentes ao prolongamento das estiagens, alterou práticas culturais como a simbologia do trabalho na terra no dia de São José. Alguns agricultores reportaram que as modificações técnicas na cadeia produtiva do milho possibilitaram o adiamento da semeadura.

A veneração ao santo é realizada por meio de celebrações litúrgicas e procissões. No povoado Lagoa do Rancho, além das comemorações no dia do santo, celebram-se as novenas de São José, período de nove dias festivos que antecedem o 19 de março. A organização da festa cabe ao pároco e aos membros da comunidade. Os devotos rememoram que nas primeiras festividades os moradores empenhavam-se na realização de leilões¹⁷, dramas¹⁸, pescarias¹⁹ e feirinhas²⁰ com a finalidade de

17 Manifestação cultural que consiste na prática de leiloar objetos, alimentos e animais domésticos do campo, doados pela população local.

18 Encenações teatrais combinadas com cânticos apresentadas por jovens da comunidade aos fiéis.

19 Brincadeira tradicional, cujos participantes com o uso de uma vara de pesca retiram peixes falsos construídos de papel e colocados em uma área coberta de areia. Assim que pesca, o brincante recebe como retribuição um prêmio (iguaria, doce, brinquedo).

20 Comercialização de iguarias e doces tradicionais.

angariar recursos para custear as despesas.

Atualmente, a mobilização dos moradores acontece de diversas maneiras: alguns oferecem a força de trabalho e as habilidades na ornamentação da igreja, do andor e do palanque onde são celebradas as missas. Os movimentos da igreja dedicam-se à aquisição de ofertas junto à população local. A resignificação de práticas são um comportamento intrínseco a toda cultura. Hobsbawm (2012, p.12) assevera que a adaptação existe para “conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins”. As modificações refletem a condição de dinamicidade da cultura, sujeita à substituição e/ou incorporação de novos elementos, que, por sua vez, complementam outros já existentes.

Em decorrência das comemorações, espaços profanos são estruturados para atender aos devotos e visitantes. Bares avançam sobre as ruas, onde são comercializadas bebidas e realizadas serestas à noite. Em espaços próximos à igreja, parques de diversão atraem a presença das crianças e dos adolescentes.

Nas celebrações e cortejos, movimentos da igreja e segmentos das comunidades, incluindo vaqueiros e agricultores, são responsáveis pelas homenagens ao santo. No dia 19, quando o agricultor semeia a terra, é realizada a maior procissão, considerada pelos devotos o ápice da festa. Nesse momento os fiéis de diversas comunidades se resguardam, fazem suas preces, agradecem as graças alcançadas e realizam o pagamento de promessas andando descalço, vestindo-se de branco e soltando foguetes. São as simbologias do catolicismo popular que resistem ao tempo e reavivam a história da comunidade. Participar da festa é reafirmar uma identidade construída historicamente pelos antepassados dos devotos. Em cada expressão de fé, sertanejos e sertanejas purificam a alma e o corpo, enquanto, sem perder a esperança, aguardam a chega-

da das chuvas no sertão.

Na ocorrência de precipitações suficientes para o cultivo dos cereais, raízes e vegetais, os agricultores aguardam o mês de São João²¹, quando se comemora a festa da colheita e da fartura para homenagear os santos juninos: Santo Antônio, São João e São Pedro. Durante a seca, que periodicamente atinge o semiárido, o consumo dos derivados de milho acontece mediante a aquisição da matéria-prima com produtores rurais do sertão de Sergipe, que possuem propriedades as margens do rio São Francisco e dispõem de técnicas de irrigação. Apesar da invocação religiosa, os festejos destacam-se pela sobreposição de manifestações profanas a elementos sagrados. Em todo o Nordeste brasileiro, essa é a maior festa, motivando uma mudança na organização do espaço. Menezes (2014) destaca que em Sergipe as ruas, estabelecimentos comerciais e repartições públicas ganham um colorido singular com bandeirolas e balões.

Em Porto da Folha, as manifestações iniciam no dia 13 de junho em homenagem a Santo Antônio. Na comunidade Linda Flor, que tem o santo como padroeiro, e entre famílias tradicionais – geralmente, as que possuem algum membro que leva nome do santo – são realizadas novenas durante as nove últimas noites que antecedem a comemoração festiva, e costuma-se ainda acender a fogueira em honra ao santo na frente das residências. É comum também a entrega de pãezinhos nas igrejas após celebrações religiosas alusivas ao dia do santo. Conforme a tradição, o pão é conservado junto à farinha de mandioca – alimento comumente presente nas refeições do sertanejo – para que nunca falte a comida para a família.

²¹ Os agricultores tradicionais e antigos moradores do município denominam o mês de junho de São João. Trata-se de uma homenagem simbólica ao principal santo junino. Fato semelhante ocorre com o mês de julho, denominado Santana para homenagear Sant'Ana, cuja festa é realizada no mês de julho.

Dentre os santos do ciclo junino, o que possui menor representatividade nas manifestações culturais é Santo Antônio, com exceção da localidade que o tem como padroeiro. Os principais símbolos dos festejos estão concentrados, sobretudo, nas noites de São João, comemoradas em 23 e 24 de junho, respectivamente, a véspera e o dia em que, conforme a tradição católica, nasceu o santo.

Nas cozinhas as mulheres elaboram diversas iguarias e doces caseiros, ofertados à noite na ceia: milho cozido, pamonha, canjica, mungunzá, arroz doce, manuê de arroz, bolos de milho, puba, fubá, macaxeira e leite, doces de banana, mamão e leite, cocada, mudinha e bala de leite. Nas feiras-livres são adquiridos: beiju, saroió, pé de moleque, malcasado, saquarema, queixada, amendoim cozido, laranjas e quebra-queixo. Nas brasas da fogueira são assados: milho, queijo coalho e carnes vermelhas, comumente acompanhadas com farofa. Em decorrência do *marketing* e da expansão do mercado de bebidas, também foi constatado nas ceias o elevado consumo de cervejas e refrigerantes. Em contrapartida, nota-se o reduzido consumo de bebidas artesanais como o quentão, os licores de frutas e as cachaças incrementadas com cascas de pau, folhagens e raízes retiradas da caatinga.

A diversidade de comidas inseridas na culinária nordestina e a comilança são elementos que persistem nos festejos juninos. Maciel (2005, p.50) evidencia que a alimentação possui uma dimensão além do fator biológico: “o quê, quando e com quem comer são aspectos que fazem parte de um sistema que implica atribuição de significados ao ato alimentar”. Trata-se de significados enraizados na cultura que transformam a comida em um marcador identitário. Para Menezes (2014), o consumo de comidas, sobretudo as derivadas do milho e da mandioca, é uma característica dos festejos juninos no Nordeste brasileiro.

Muitas combinações alimentares têm como base produtos do

território, demonstrando que “a comida é, por definição, mais diretamente ligada aos recursos do lugar” (MONTANARI, 2008, p.135-136). O milho, alimento cultivado nas lavouras, é a base de iguarias como a canjica, a pamonha e o bolo. O leite bovino, fundamental na composição de praticamente todas as comidas, é um alimento associado à cultura pastoril do sertanejo.

A tradição de acender a fogueira em homenagem ao santo ainda é preservada por muitas famílias. Próximo aos fogaréus, elas consomem as iguarias, enquanto as crianças estouram os fogos de artifício. Além disso, são realizados os batismos e a consagração das relações de compadrio.

Durante as entrevistas, antigos moradores retrataram o ritual do batismo (Foto 17). Entre as brasas da fogueira, padrinhos e afilhados dão as mãos, um defronte ao outro, quando o padrinho menciona: “São João dormiu/ São Pedro acordou/ Maria será minha afilhada/ Que São João mandou”. Na sequência o afilhado responde: “São João dormiu/ São Pedro acordou/ José será meu padrinho/ Que São João mandou”. Afilhado e padrinho, ainda de mãos dadas, dão um giro de 90° na fogueira, de modo que a nova e a antiga posição sinalizem o formato de uma cruz. Depois repetem os mesmos dizeres e ao final pulam, de um lado ao outro, sobre a fogueira. O mesmo rito é realizado pela madrinha com o afilhado e entre os compadres. Nesse último caso, mudam-se apenas os nomes e as atribuições: “São João dormiu/ São Pedro acordou/ José será meu compadre/ Que São João mandou; São João dormiu/ São Pedro acordou/ Manoel será meu compadre/ Que São João mandou”. Apesar de não ser reconhecido pela Igreja Católica, no batismo de fogueira estão imbricados sentimentos de respeito e seriedade, valores perpetuados por afilhados, padrinhos e compadres.

Foto 17 – Batismo na fogueira, comunidade Salitre, 2020



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021

Destaca-se ainda nos festejos juninos a valorização por roupas de tecidos de chita e xadrez, uma referência às antigas vestimentas de homens e mulheres do campo. As comemorações são acompanhadas por danças e músicas no ritmo forró. Grupos familiares e amigos empenham-se na construção de arraiais nas ruas, onde ocorre a apresentação de trios de forró pé de serra e grupos que encenam as quadrilhas, manifestação cultural nordestina. Na comunidade Ranchinho, cujo padroeiro é São João, as noites juninas também são celebradas com manifestações do catolicismo, que incluem a realização de novenas, missas e procissões.

Nos dias de São Pedro, 28 e 29 de junho, as manifestações da comilança, a construção das fogueiras, os forrós e os batismos são reproduzidos novamente, contudo, em menor intensidade quando comparado ao São João. A exceção é a Rua Nova, situada na sede do municí-

pio, e as comunidades rurais Pedro Leão e Ilha de São Pedro, que têm capelas cujo santo é padroeiro. Na aldeia Xokó, os índios convertidos ao catolicismo reverenciam seu patrono, que na cultura ribeirinha também é invocado como protetor dos pescadores e navegantes.

Outra manifestação cultural que altera a rotina do homem do campo é a Festa de Santa Luzia (Foto 18), comemorada no povoado Lagoa da Volta. As celebrações religiosas iniciam no 1º de dezembro com trezenas que se prolongam até o dia 13 do referido mês, quando é comemorado o dia da santa. Realizada no mês natalino, a festa é comumente referenciada pelos moradores da localidade e comunidades circunvizinhas, como o Natalzinho da Lagoa da Volta, termo alusivo ao ludismo do evento, que conta com a espacialização na praça da matriz de parques de diversão e barracas de guloseimas. Esse fato decorre ainda da centralidade que a sede do município exerce na promoção do circuito natalino.

Foto 18 – Procissão de Santa Luzia, povoado Lagoa da Volta, 2015



Fonte: Pesquisa de campo, 2015-2016.

Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021

Tementes e em respeito à santa, fiéis não realizam atividades domésticas no dia de sua festa, e as costureiras e bordadeiras, cujos ofícios requerem a boa utilização dos órgãos da visão, ausentam-se de suas atividades. Agricultores devotos também dispensam o exercício das atividades agrícolas, realizando apenas o necessário.

Para Rosendahl (2002), esta é uma particularidade do sagrado: à medida que é atraente, ele também é temido pelas pessoas. A relação entre o devoto e a divindade é marcada pela bem-aventurança, pela paz espiritual, mas ainda, pelo mistério e pelo imprevisível. Se a tradição determina preservar um costume em respeito ao sagrado, o recomendável é obedecer: o contrário pode desencadear situações inesperadas ou indesejadas, seja no espaço terreno ou transcendental. Na concepção de Claval (2001), os valores são estruturados por crenças e normas abstratas de comportamento, que estão sob o domínio da religião ou da metafísica.

Agraciados pelas bençãos de Santa Luzia, fiéis são convictos da necessidade de pagamento das promessas com a oferta ou o sacrifício prometido. As graças alcançadas, geralmente, são recompensadas com a doação de aves domesticadas (pato, peru e galinhas de capoeira), caprinos, ovinos e bovinos. A expressão cultural consiste na oferenda de animais com “olhos vivos”, uma alusão aos olhos que foram extraídos da santa. Conhecedor da tradição histórica de Santa Luzia, o sertanejo adapta às condições e à realidade do seu meio e do seu cotidiano, retribuindo as graças alcançadas com o fruto do seu trabalho.

Os animais, juntamente com donativos (cestas básicas, bebidas, queijos, doces e utensílios domésticos) ofertados pelos fiéis, são leiloados defronte à matriz. O leilão tem por finalidade adquirir recursos financeiros para custear a festa. Os prêmios são oferecidos pelo pregoeiro (leiloeiro) em meio a versos de rima e arrematados pelos participantes.

Para além das festas religiosas, os leilões são organizados por famílias como um momento de lazer, sociabilidade e solidariedade entre amigos, haja vista que também têm o propósito de ajudar famílias carentes, pessoas enfermas e na construção de estabelecimentos comunitários.

Assim como nas comemorações de santos padroeiros do município, a procissão do dia da santa é o marco central da festa. Todos exaltam louvores e agradecimentos à padroeira. Alguns vestidos de branco e/ou descalços seguem o cortejo junto ao andor como pagamento de promessa e símbolo de penitência pela cura dos males da visão. Após a procissão, o encerramento da festa religiosa é realizado com missa campal e seguida pelos estouros de fogos de artifício. Famílias, amigos e visitantes finalizam as comemorações em bares e no clube comunitário, onde ocorrem serestas e a apresentação de músicos locais e regionais.

Em meio a simbologias de fé religiosa e paganismos, o homem do sertão reforça a sua identidade e legitima ruralidades do território. A persistência de costumes e tradições no campo, diante das constantes transformações técnicas e socioprodutivas, reforça a sua condição heterogênea, multidimensional e multiterritorial. Esses processos refletem a hibridização de ações e objetos nos territórios rurais e urbanos, na medida em que também refutam os postulados que defendem a supremacia de relações meramente produtivistas e a fragmentação de cimentos sociais e culturais historicamente territorializados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração de inovações socioprodutivas no espaço rural do município de Porto da Folha está fundamentada, basicamente em dois elementos centrais: a adesão de novos pacotes tecnológicos pela agricultura familiar e o avanço de atividades não agrícolas desempenhadas por agricultores e/ou trabalhadores liberais.

A reorganização das cadeias produtivas pautada no avanço de tecnologias agropecuárias foi fomentada pelo acesso ao crédito agrícola por meio de políticas públicas e incentivos bancários. Com a perspectiva de fortalecimento da cadeia produtiva do leite, os agricultores aderiram a melhoria genética dos bovinos mediante a introdução de matrizes de gado holandês, visando a elevação da produtividade da matéria-prima.

O melhoramento da bovinocultura leiteira também foi viabilizado por modificações na dieta nutricional dos bovinos, alimentação confinada, inspeção sanitária e, recentemente, experimentações de inseminação artificial e uso de ordenha mecânica. Por sua vez, essas inovações coexistem com práticas tradicionais arraigadas ao território e reproduzidas pelas antigas gerações familiares. Predomina ainda o emprego da ordenha manual e da criação extensiva em pasto.

No tocante à agricultura, as transformações também foram significativas nas últimas décadas. Ancorada na mecanização e na quimificação do processo produtivo, os incentivos públicos e institucionais voltaram-se ao monocultivo do milho, que reduziu substancialmente a diversificação de cultivos como: feijão, fava, mandioca, abóbora, dentre outros alimentos inerentes à dieta nutricional do sertanejo.

A modernização da agricultura alicerçada no pacote tecnológico da Revolução Verde não traduz efeitos positivos à agricultura familiar. Nota-se entre agricultores a perda da autonomia no processo produtivo e a dependência ao mercado fornecedor de insumos agrícolas. Os riscos do uso inadequado dos agroquímicos também ameaçam a conservação dos recursos naturais e a integridade física dos produtores.

Porém, foram identificados agricultores em assentamentos rurais, associações e comunidades tradicionais que propagam o paradigma da agroecologia. A produção ecologicamente responsável contribui para a conservação dos recursos naturais e a garantia da segurança alimentar das famílias rurais, além de fomentar a geração de renda no campo, elemento fundamental na reprodução socioeconômica dos agricultores.

Diante do exposto, sugere-se a integração entre segmentos da agricultura familiar, entidades públicas, organizações associativas, movimentos sociais e órgãos de extensão rural na promoção de políticas e ações que fomentem o desenvolvimento de modelos alternativos de produção como a agroecologia. É preciso incentivar uma modernização pautada na redução do consumo de insumos e que, por sua vez, estimule a geração de trabalho no campo. As unidades de produção familiar devem se aproximar de atividades alicerçadas na gestão eficaz dos recursos naturais e que sejam socialmente mais justas, ou seja, assegurem a autonomia dos produtores e a manutenção do tecido social rural.

Vale ressaltar ainda, a importância da garantia de condições de mercado seguro aos agricultores, como o estímulo ao fornecimento dos produtos agrícolas às repartições públicas e às escolas. As feiras-livres, manifestação econômica e social difundida no Nordeste brasileiro, também constitui um importante nicho de comercialização da produção familiar.

Também é fundamental a superação de problemáticas no que diz respeito à deficiência da infraestrutura hídrica, que compromete o fortalecimento social e econômico dos agricultores. O desenvolvimento e a expansão de tecnologias de convivência com o semiárido, como o reaproveitamento e armazenamento de água por meio de cisternas, o cultivo de espécies vegetais resistentes ao clima semiárido destinadas à alimentação dos animais e o uso do potencial solar na geração de energia, configuram alternativas que, somadas a outras ações, podem contribuir para a melhoria das condições de vida no sertão.

Apesar das contradições embutidas na política social, econômica e agrícola no Brasil, deve-se enfatizar que a partir da década de 2000 a promoção de políticas de seguridade social, redistribuição de renda e incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar contribuiu para a dinamização socioeconômica do campo. Tal contexto é refletido na melhoria da infraestrutura domiciliar, produtiva e informativa dos agricultores.

A elevação do poder aquisitivo das famílias rurais estimulou a expansão no campo de setores comerciais e prestadores de serviços, anteriormente limitados aos centros urbanos. O acesso aos bens de consumo reflete, em certa medida, a melhoria da qualidade de vida da população, permitindo afirmar que, nos âmbitos social e econômico, emerge a configuração de um novo rural, um novo sertão, que se contrapõe ao discurso reproduzido pela grande mídia e, inclusive, no espaço acadêmico que, não raro, remete o território sertanejo à condição exclusiva do atraso, da miserabilidade e do desvio social. As contradições retratadas nesses conteúdos não contribuem para a superação das problemáticas que atingem o sertão, pelo contrário, fomentam a estigmatização de estereótipos sobre o território e os grupos sociais.

A execução de atividades não agrícolas são práticas recorrentes

entre membros das famílias rurais. Trata-se de estratégias protagonizadas com a finalidade de elevação e complementação da renda que refletem a busca por alternativas de permanência no campo. Atrelado ao desenvolvimento da bovinocultura leiteira, consolidam-se as atividades em torno da produção agroalimentar de derivados de leite, responsáveis pela geração de trabalho e pela reprodução social de famílias residentes no rural. O protagonismo dos agricultores do povoado Lagoa da Volta também impulsiona a produção de farinha de milho, cuja comercialização contribui na geração de renda para os membros vinculados ao associativismo.

A adesão ao trabalho não agrícola junto ao desenvolvimento de atividades agropecuárias, configura estratégia de manutenção do tecido social rural diante da redução do trabalho agrícola, como consequência da modernização de segmentos da agricultura. É preciso que as políticas públicas reconheçam a diversidade da multifuncionalidade e da pluriatividade da agricultura familiar. O estímulo à organização dos agricultores em cooperativas beneficiadoras de alimentos consiste em uma alternativa de geração de renda e trabalho no campo que reduziria o desemprego e o êxodo rural.

A exploração responsável dos patrimônios ecológico, natural e cultural disponíveis no território também conformam estratégias de geração de renda. Essas novas ruralidades são vislumbradas por turistas, sobretudo provenientes dos centros urbanos, como bens de consumo. A construção de roteiros turísticos que envolvam a coparticipação do poder público, segmentos da agricultura familiar e setores do comércio pode contribuir para o desenvolvimento territorial.

As transformações socioeconômicas advindas no rural coexistem com práticas e manifestações culturais que fundamentam a identidade territorial dos grupos sociais. Trata-se da configuração he-

terogênea que se traduz na convivência em um mesmo território de novas ruralidades e ruralidades tradicionais formuladas e reproduzidas em temporalidades distintas.

A identidade territorial constitui o principal elemento de diferenciação cultural dos grupos sociais do município. Nesse contexto, sobressai, dentre as manifestações identitárias dos buraqueiros, a incerta – e não menos instigante – origem dos galegos, a singularidade de sua linguagem e as festividades em torno do Natal. No tocante aos bera-deiros, as expressões culturais que dinamizam seu modo de vida são reguladas pela vivência às margens do rio São Francisco.

Destaca-se ainda a resistência das identidades quilombola, no Mocambo, e Xokó, na Ilha de São Pedro. A legitimidade cultural desses grupos sociais e a autodiferenciação foi imprescindível no processo de luta e conquista de suas terras. Suas atividades econômicas estão centradas no trabalho coletivo na terra e na pesca. Existe ainda o usufruto sustentável da caatinga, de onde retiram as ervas utilizadas na cura de doenças físicas e dos males espirituais. Para o povo Xokó, a mata também resguarda os mistérios de seus deuses e de seus ancestrais. No interior do sertão e do município de Porto da Folha, a figura emblemática que se destaca é o vaqueiro, cujas atividades desempenhadas estão atreladas à pecuária extensiva.

A diversidade de festividades também contribui na configuração cultural do território. Alicerçada na dinâmica da pecuária, sobressaem as vaquejadas no mato, que remetem à saga do vaqueiro na captura do gado bravo na caatinga. Sobressaem ainda as cavalgadas e as corridas de argola, promovidas por agricultores, grupos de recreação e vaqueiros que veem na tradição o significado de sua existência. As corridas de mourão, uma reinvenção das vaquejadas no mato, também reportam às atividades da pecuária. A espetacularização e elitização do evento

constituem elementos que não atraem a participação dos vaqueiros tradicionais. Entretanto, já se identifica a relação identitária de indivíduos dos territórios rurais e urbanos com a festa.

Os valores e tradições religiosas também configuram importantes expressões na definição da cultura sertaneja. As festas de santos padroeiros traduzem elementos identitários do sertão. Na festa de Bom Jesus dos Navegantes, homens e mulheres rendem homenagens ao protetor dos ribeirinhos e pescadores. Nas comemorações a São José, o homem do campo semeia a terra, acreditando nas bênçãos divinas de chuvas por intercessão do santo. Na Festa de Santa Luzia, bordadeiras, costureiras e agricultores tradicionais ausentam-se de suas atividades tementes à santa, protetora da visão. Como pagamento de promessa, fiéis oferecem animais de “olhos vivos”, como retribuição as graças alcançadas por intermediação da santa.

A comilança são marcas dos festejos juninos. A Festa da Colheita, que rende homenagens a Santo Antônio, São João e São Pedro, apresenta como expressões culturais o consumo de iguarias derivadas do milho e da mandioca, as relações de compadrio na fogueira, a ornamentação das ruas com balões e bandeirolas e as danças e músicas ritmadas pelo forró.

Para além das dimensões social e econômica, é preciso garantir, junto aos grupos sociais, a valorização e a manutenção do patrimônio cultural embutido nos costumes e nas tradições que afirmam a força das ruralidades sertanejas na composição do território. Logo, as análises acerca do espaço rural devem transcender o discurso funcionalista e a lógica meramente produtivista e abranger as diferentes representações simbólicas na definição da organização social e da identidade dos grupos sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano Honório de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. 2 ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1930.

AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste: alternativas da agricultura**. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

_____. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Rodrigo Borges de. Práticas sócio-culturais e religiosas: elementos constituintes do lugar. In: CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa. **Geografia e cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida**. Goiânia: Editora Vieira, 2008. p.166-203.

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias; ALMEIDA, Maria Geralda. Hierofanias territorializadas: a Igreja Católica em Sergipe, Brasil. **Cuadernos de Geografia: Revista Colombiana de Geografia**, Bogotá-Colômbia, v. 22, n. 1, p.69-79, ene.-jun. 2013.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em Geografia Cultural – Algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004. p.157-179.

BORGES, André Luiz Mandarino. **Ser da terra: o ambiente na produção do imaginário Xocó**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA. Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2003.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível: <www.mda.gov.br>. Acesso: 22 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996** (Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF). Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso: 22 ago. 2020.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006** (Regulamento as Diretrizes da Agricultura Familiar). Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso: 22 ago. 2020.

_____. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005** (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS), 2020.

_____. **Lei nº 12.424, de 16 de julho de 2011** (Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV), 2020.

_____. **Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011** (Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos), 2011.

_____. **Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011** (Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água para Todos), 2011.

_____. **Lei nº 12.870, de 15 de outubro de 2013** (Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro). Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12870.htm>. Acesso: 21 jun. 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades e urbanidades no circuito italiano de turismo rural, município de Colombo-PR. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais**. (Org.) Uberlândia: Assis, 2008. p. 213-249.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abril 1997.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p.53-75, outubro de 1998.

_____. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, p.165-185, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999 (1954).

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

_____. Geografia e dimensão espacial: a importância dos processos na superfície da terra. Traduzido por Lorena Francisco de Souza e revisado por Maria Geralda de Almeida. In: ALMEIDA, Maria Geralda; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa. **Geografia e cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida**. Goiânia: Editora Vieira, 2008. p.17-46.

CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Angelo. Geocologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geografia do Brasil**. 5. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p.67-208.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A condição camponesa em Sergipe – Desigualdade e persistência da agricultura familiar**. São Cristóvão, NPGeo, 1996.

DUQUE, Ghislaine. Água para o desenvolvimento rural: a ASA e os Programas P1MC e P1+2 – Desafios da participação sociedade civil – governo. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.19-50.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: FAO/INCRA, 1994.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; ROMANATTO, Maria José. SOUZA, Anderson Rafael Bento de. A cidade e o campo em seus limites, o rural e o urbano em suas interações. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais**. (Org.) Uberlândia: Assis, 2008. p. 201-216.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza. **Atlas escolar de Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa – PB: Editora Grafset, 2007.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento**

rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.19-50.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro Nacional da ANPUR, IX., 2001. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 1769-1777.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP/EGAL, 2005.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric John Ernest; RANGER, Terence Osborn. **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p.7-26.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados populacionais, econômicos, agropecuários e fundiários de Porto da Folha/SE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 fev. 2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária em Porto da Folha/SE**. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2021.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Nossos Clássicos: I Geografia Geral – Os Gêneros de Vida na Geografia Humana, **GEOgraphia**, Ano 7, n. 13, 2005 (1911), p.113-130. Versão original: Annales de Geographia, n. 111, ano XX, tomo XX, 15 de maio de 1911. Tradução: Maria Regina Sader e Simone Batista. Revisão: Rogério Haesbaert.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (Org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p.49-56.

MAIA, Doralice Sátyro. A vaquejada: de festa sertaneja a espetáculo nas cidades. In:

ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTTS, Alecsandro José Prudêncio (Org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p.159-185.

MARAFON, Gláucio José. Principais transformações em curso no espaço rural na atualidade. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial, p.69-84, 2011a.

_____. Relações campo-cidade: uma leitura a partir do espaço rural fluminense. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Gláucio José (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011b. p.155-167.

_____. Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade. **Campo-território: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, jun., 2014, p.1-13.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, Ano 13, nº. 22, v. 2, p. 290-322, 2011.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Geralda de. Vaquejada: a pega de boi na caatinga resiste no sertão sergipano, **Vivência**, n. 34, p. 181-193, 2008.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de. Reorientações produtivas na divisão familiar do trabalho: papel das mulheres do sertão de São Francisco (Sergipe) na produção do queijo de coalho. In: NEVEZ, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p.129-146.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM – Ciência e Tecnologia** –, Ano 13, v. 1, n. 2, , p.31-58, jul/dez. 2013.

_____. Comida: identidade, tradição e cultura enraizada nas manifestações do catolicismo em Sergipe. **Ateliê Geográfico**, Goiânia/GO, v. 8, n. 2, p.274-289, ago/2014.

_____. **Queijo artesanal: configurações territoriais: experiências escalares do global ao local (o caso de Sergipe)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 20, p.113-143, abril 2003.

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana; MESQUITA, Ilka Miglio de. Nos tempos do antigo aldeamento: os Xokó da Ilha de São Pedro de Porto da Folha (1849 – 1878). In: Simpósio Nacional de História, XVIII. **Anais**, Florianópolis/SC, 2015, p.1-10.

OLIVEIRA, Gabriel Anibal Santos de. A política habitacional brasileira e a habitação rural: um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul, RS – Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, VII. **Anais**, Santa Cruz do Sul/RS, UNISC, 2015, p.01-22.

PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira; AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira. **Clima, geografia e agrometeorologia**: uma abordagem interdisciplinar. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Disponível: < www.pnud.org.br>. Acesso: 11 dez. 2015.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. BOUCHER, François. CERDAN, Claire. Globalização, vantagens competitivas e sistemas agroindustriais localizados em zonas rurais de países latino-americanos. In: **Revista Eisorfia**, Florianópolis/SC, v. 4, n. 1, p.107-135, 2006.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza-CE, n. 2, p.45-66, 2005.

_____. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.82-106, fev. 2006. Disponível: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781/6895>>. Acesso: 28 jun. 2012.

SABOURIN, Eric P. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCH-

NEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 215-239.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Adelci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto. **Delimitação e regionalização do Brasil semi-árido – Sergipe**. Aracaju: UFS, 1992.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala europeia. Programa de Seminários INEA sobre desenvolvimento nas áreas rurais: métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, 30 out. 1996. p. 1-9 (Tradução do original italiano por Ângela Kageyama).

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sergio. Pobreza rural e o Programa Bolsa Família – desafios para o desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.443-463.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Camponeses e criadores na formação da miséria – Porto da Folha no Sertão do São Francisco (1820-1920)**. 1981. 256f. Dissertação de Mestrado (mimeografiada), Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 1981.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas/SP: UNICAMP, 1999.

SILVA, José Natan Gonçalves da. **Territórios queijeiros**: tradição e resignificação no Sistema Agroalimentar Localizado do leite em Alagoas. 2021. 271 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021.

SOUZA, Manoel Alves de. **Porto da Folha**: fragmentos históricos e esboços biográficos. Aracaju: Edição do Autor, 2009.

TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris. **Territórios em Conflitos no Alto Sertão Ser-**

gipano. 2014. 582 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2014.

TELES, Tércia Ataíde França. **Linguagem e identidade social – uma abordagem sociolingüística**. Disponível: <http://cetrans.com.br/artigos/Tercia_Ataide_Franca_Teles.pdf>. Acesso: 26 out. 2015.

TONNEAU, Jean-Philippe; AQUINO, Joacir Rufino de; TEIXEIRA, Olívio Alberto. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas públicas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p.67-82, jan./abr. 2005.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Heterogeneidad Estructural de la Agricultura familiar em el Brasil. **Revista Cepal**, Santiago de Chile, n. 111, p.103-121, diciembre 2013. Disponível: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37370/S2013656_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 14 ago. 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. p.31-44.

_____. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: EMBRAPA, 2002. p.39-52.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.